

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Ana Luísa Reis Maciel

**O IMPRESSO *QUILOMBO* COMO AGENTE EDUCADOR (1948-1950):
letramento racial e construção de identidades negras**

Belo Horizonte

2025

Ana Luísa Reis Maciel

**O IMPRESSO *QUILOMBO* COMO AGENTE EDUCADOR (1948-1950):
letramento racial e construção de identidades negras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão.

Belo Horizonte

2025

M152i
2025
T

Maciel, Ana Luísa Reis, 1998 -

O Impresso Quilombo como agente educador (1948 - 1950):
[manuscrito] : letramento racial e construção de identidades negras
/ Ana Luísa Reis Maciel. - Belo Horizonte, 2025.
140 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Ana Maria de Oliveira Galvão.

Bibliografia: f. 132-140.

1. Educação -- Teses. 2. Identidade racial -- Teses. 3. Negros -- Educação --
História -- Brasil -- Século XX -- Teses. 4. Letramento -- Teses.

I. Título. II. Galvão, Ana Maria. III. Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecária: Arlete da Paixão Ferreira CRB6 2872/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA ANA LUÍSA REIS MACIEL

Realizou-se, no dia 22 de agosto de 2025, às 14:00 horas, Sala da Congregação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1579ª defesa de dissertação, intitulada *O IMPRESSO QUILOMBO COMO AGENTE EDUCADOR (1948-1950): letramento racial e construção da identidade negra*, apresentada por ANA LUÍSA REIS MACIEL, número de registro 2023650865, graduada no curso de HISTÓRIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ana Maria de Oliveira Galvão - Orientador (UFMG), Prof(a). Nilma Lino Gomes (UFMG), Prof(a). Kênia Hilda Moreira (UFGD).

A comissão considerou a dissertação aprovada, destacando o mérito do trabalho, a qualidade da análise e as suas contribuições para os campos da História da Educação e das relações étnico-raciais. Sugeriu, ainda, a sua divulgação por meio de artigos e de livros.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2025.

Prof(a). Ana Maria de Oliveira Galvão (Doutora)

Prof(a). Nilma Lino Gomes (Doutora)

Prof(a). Kênia Hilda Moreira (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Nilma Lino Gomes, Usuária Externa**, em 28/08/2025, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kênia Hilda Moreira, Usuária Externa**, em 28/08/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Oliveira Galvao, Professora do Magistério Superior**, em 28/08/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4496306 e o código CRC 8BE4FE48.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Ana Maria de Oliveira Galvão, pela generosidade e a firmeza com a qual me guiou durante o tempo de desenvolvimento deste trabalho, por ser um exemplo de professora e pesquisadora comprometida e atenciosa, por ter acreditado no meu potencial e desenvolvido minhas habilidades até quando eu mesma me sentia limitada. Sua escuta e leitura cuidadosas me reinventaram de alguma maneira e fizeram com que essa pesquisa acontecesse.

Às professoras Kênia Hilda Moreira, Cynthia Greive Veiga e Giane Araújo Pimentel Carneiro, por aceitarem compor a banca, como titulares ou suplentes. E especialmente à professora Nilma Lino Gomes, por ter plantado em meu coração o desejo de pesquisar, quando eu ainda estava na graduação, me inspirando com uma dedicatória no meu exemplar do seu livro *O Movimento Negro Educador*, pelo parecer dado ao meu projeto de pesquisa e por também aceitar compor a banca desta dissertação.

Aos colegas Valquíria, Camila, Giane Silva, Daniela, Shirleide, Cecília, Juliana, Bárbara, Gabriel e, especialmente, a José Carlos (Rone), que compuseram, em diferentes momentos ao longo do mestrado, o grupo de orientação coletiva coordenado pela professora Ana Galvão, pelas risadas, trocas, aprendizado, acolhimento e também pelas leituras e sugestões essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores e funcionários da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, com os quais mantive contato durante o mestrado e que foram sempre disponíveis e gentis.

Ao Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, por ter digitalizado e facilitado o acesso ao impresso *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, objeto e principal fonte desta pesquisa. A Abdias Nascimento, fundador do Instituto e principal organizador do impresso, por ter sonhado com um mundo sem subalternidade racial e por ter se mobilizado, de diferentes maneiras, ao longo de toda a sua vida na luta antirracista, e aos seus companheiros de luta.

Agradeço às mulheres da minha família que vieram antes de mim, minhas avós Ivone e Venina e minha mãe Luciana, por terem me contado suas histórias, minuciosamente e repetidas vezes, construindo meu senso de pertencimento. À minha avó Di e à minha mãe Luciana, por terem acreditado que estudar me faria conquistar paraísos dos quais elas foram roubadas. E novamente

à minha mãe Luciana, por ter me amado incondicionalmente, nunca tive medo de ser ridícula e não tenho medo de morrer porque sou amada.¹

Aos meus familiares Luciana, Gustavo, Ana Clara, Wanderson e Daniel e às minhas amigas Gabriela, Isabella e Nayara, pelo incentivo e suporte emocional, por acreditarem em mim e por estarem sempre disponíveis. E especialmente ao meu grande companheiro Daniel, por me enxergar, me ouvir e por sonhar comigo.

Agradeço também às duas versões da criança que eu fui: a cuidadora e responsável que me trouxe até aqui em segurança e a corajosa e ousada que, como um besouro, ousou erguer suas frágeis asas para fazer um corpo robusto e pesado experimentar a liberdade de voos atrapalhados, mas cheios de satisfação. Agradeço ainda aos meus alunos e alunas e a todas as outras crianças e adolescentes que eu encontrei pelo meu caminho e encheram meu coração e meus olhos de uma esperança ousada de que o mundo pode ser melhor.

¹ Paráfrase da epígrafe do livro *Cartas da mãe* (Henfil 1979).

*São novos tempos e as antigas maldades
Uns são exemplos, outros deixam saudade
Uns vão com o vento pra bem longe, não volte mais
Um novo eu na mesma rua
Um novo flow, mesma conduta
Mesma revolta, o foco em dobro
A vitória é um degrau e não o topo*

Abebe Bikila (BK)

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar as estratégias utilizadas pelo jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* (1948-1950) para educar e promover o acesso à educação entre pessoas negras em direção à transformação da experiência social dessa parcela da população brasileira. A investigação buscou compreender, no impresso, as visões sobre a educação e seus desdobramentos que fizeram com que ela se tornasse objeto de desejo das pessoas subalternizadas. O jornal em questão estava relacionado a outras atividades desenvolvidas por um grupo de intelectuais negros liderados por Abdias Nascimento, tais como o Teatro Experimental do Negro, congressos como O Congresso do Negro Brasileiro e eventos como concursos de beleza negra. Nesse sentido, esse grupo pode ser interpretado como parte do movimento negro nacional no período. A educação fazia parte do impresso como objetivo e como prática, visto que o jornal tinha como missão, explicitada em seu programa, trabalhar para valorização do homem de cor por meio do que o impresso nomeou como a elevação do seu nível educacional, cultural e econômico. Para isso, o *Quilombo*, ao lado de outras ações e eventos desenvolvidos por seus organizadores, se propôs a educar a população negra, organizando oficinas de alfabetização, sugerindo leituras e promovendo debates acerca de assuntos que se relacionavam a aspectos comuns da vida dessa parcela da população no país. Além de promover atividades educativas, o *Quilombo* estimulou a escolarização entre seus leitores e reivindicou a ação do Estado, de figuras políticas e de outras instituições para viabilizar o acesso das pessoas negras à educação primária, secundária, superior e profissionalizante. A educação promovida pelo jornal, além de buscar a ascensão social dos educandos(as) e leitores(as), era posicionada no sentido de tornar as pessoas negras conscientes de sua racialidade e pertencentes a uma comunidade para, por meio da união organizada, promover transformações sociais no sentido de combater a discriminação e a desigualdade raciais. Os intelectuais que produziam o *Quilombo* tiveram a própria trajetória transformada pela leitura, a escrita e a escolarização e por isso viam na educação/intelectualização e na apropriação/reprodução da cultura hegemônica, de maneira mais ampla, caminhos para a superação da subalternidade racial de maneira individual e coletiva. Dessa maneira, os movimentos empreendidos pelo *Quilombo* promoveram uma afirmação positiva da identidade negra, e um letramento guiado pelos interesses e objetivos relacionados à racialidade de seus leitores.

Palavras-chave: Educação; Identidade racial; Imprensa educativa; Imprensa negra; Letramento.

ABSTRACT

This study aims to analyze the strategies employed by the newspaper *Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro* (1948–1950) to educate and promote educational access among Black people, fostering the transformation of the social experience of this segment of the Brazilian population. The investigation provides an understanding of the perspectives on education and its implications, which made it an object of desire for subalternized individuals. The newspaper was connected to other activities developed by a group of Black intellectuals led by Abdias Nascimento, such as the Teatro Experimental do Negro (Black Experimental Theater), events like the Congresso do Negro Brasileiro (Congress of the Black Brazilian), and Black beauty pageants. In this sense, this group can be interpreted as part of the national Black movement during that period. Education was both an objective and a practice within the publication, as the newspaper's mission — explicitly stated in its program — was to work toward the valorization of Black people through what it termed the “elevation of their educational, cultural, and economic level”. To achieve this, *Quilombo*, alongside other actions and events organized by its founders, sought to educate the Black population by organizing literacy workshops, recommending readings, and promoting debates on issues related to the everyday lives of this group in Brazil. Beyond promoting educational activities, *Quilombo* encouraged formal education among its readers and demanded action from the State, political figures, and other institutions to facilitate Black people's access to secondary, higher, and vocational education. The education advocated by the newspaper not only sought the social ascension of its learners but was also positioned to foster racial consciousness and a sense of belonging to a community. Through organized unity, it aimed to drive social transformations to combat racial discrimination and inequality. The intellectuals behind *Quilombo* had their own trajectories transformed by reading, writing, and schooling. As a result, they viewed education/ intellectualization and the appropriation/reproduction of hegemonic culture more broadly as pathways to overcoming racial subalternity both individually and collectively. Thus, the initiatives undertaken by *Quilombo* promoted a positive affirmation of Black identity and a literacy guided by the interests and objectives related to the racial identity of its readers.

Keywords: Education; Racial identity; Educational press; Black press; Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro comparativo dos dados de educação do IBGE	16
Figura 2 – Capa do primeiro número.....	33
Figura 3 – Coluna de informativos presente nos números de 1 a 5.....	35
Figura 4 – Coluna de informativos dos números de 6 a 10	35
Figura 5 – Campanha de arrecadação.....	37
Figura 6 – Manchete sobre a criminalização da discriminação racial	40
Figura 7 – Anúncio do SESC	48
Figura 8 – Abdias Nascimento e Péricles Leal em outubro de 1958.....	53
Figura 9 – Homenagem à diplomata.....	113
Figura 10 – Título de matéria que listava instituições que proibiam o ingresso de pessoas negras	116
Figura 11 – Manchete de matéria sobre o candomblé	120
Figura 12 – Fotografia da matéria sobre o candomblé	121
Figura 13 – Manchete de matéria sobre visita a uma escola de samba	121
Figura 14 – Manchete de matéria sobre evento de samba da quadra da Mangueira	121
Figura 15 – Manchete de matéria sobre o carnaval carioca	122
Figura 16 – Foto das candidatas do primeiro concurso de beleza produzido pelo grupo.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB –	Ação Integralista Brasileira
CLT –	Consolidação das Leis do Trabalho
DASP –	Administração do Serviço Público
DIP –	Departamento de Imprensa e Propaganda
FNB –	Frente Negra Brasileira
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEAFRO –	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros
INEP –	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
MNU –	Movimento Negro Unificado
OEA –	Organização dos Estados Americanos
ONU –	Organização das Nações Unidas
PCB –	Partido Comunista Brasileiro
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSD –	Partido Social Democrático
PTB –	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI –	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC –	Serviço Social do Comércio
SESI –	Serviço Social da Indústria
TEN –	Teatro Experimental do Negro
UHC –	União do Homens de Côr

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Por que estudar o <i>Quilombo</i> ?	14
1.2 Situando o <i>Quilombo</i> na trajetória da imprensa negra.....	17
1.3 As possibilidades de investigação do <i>Quilombo</i> : uma breve apresentação dos estudos já produzidos sobre o tema	20
1.4 Alguns pressupostos teóricos	23
1.5 Metodologia e fontes.....	30
2 O IMPRESSO <i>QUILOMBO</i>: VIDA, PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E PROJETO EDITORIAL.....	33
2.1 O <i>Quilombo</i> : alguns indícios sobre as condições materiais de sua produção	33
2.2 Os objetivos do <i>Quilombo</i> : uma análise do título, do programa e dos anúncios	39
2.3 A trajetória dos idealizadores.....	49
2.4 A postura política do corpo editorial	55
3 “O NEGRO QUER ESTUDAR E PROGREDIR”: A EDUCAÇÃO COMO ASPIRAÇÃO NO PROJETO DO <i>QUILOMBO</i>.....	58
3.1 O papel da educação	60
3.2 Exemplos educacionais	73
3.3 Tipos/níveis educacionais	76
3.4 Estratégias para promover a educação	82
4 A VALORIZAÇÃO E VALORAÇÃO DO NEGRO BRASILEIRO A PARTIR DA CULTURA	84
4.1 A cultura negra no projeto educativo impresso: entre a valorização e a necessidade de elevação.....	85
4.2 A “elevação cultural” no projeto do impresso e de seus organizadores	87
4.3 O papel do letramento no processo de elevação cultural: uma análise das recomendações de leitura	92
5 O JORNAL COMO PROMOTOR DE UMA IDENTIDADE COLETIVA: A CONSCIÊNCIA RACIAL.....	106
5.1 A construção da identidade como um projeto.....	107
5.2 A produção de cânones negros	110
5.3 Os objetivos da coletividade negra	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	132

1

INTRODUÇÃO

O jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* foi um impresso produzido e organizado por um grupo de intelectuais negros, liderados por Abdias Nascimento (1914-2011), no final da década de 1940, na cidade do Rio de Janeiro. O impresso fazia parte de um conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo, que podem ser compreendidas como mobilizações sociais em torno da questão racial. Teve 10 edições entre os anos de 1948 e 1950, inicialmente com frequência mensal, mas com alguns momentos de interrupção. Propunha-se a promover o debate racial no Brasil, expondo posicionamentos diferentes e controversos, além de traçar estratégias de combate ao racismo e lutar pelos direitos da população negra.

Mesmo com uma tiragem² e circulação consideradas baixas, na avaliação de Abdias Nascimento, em entrevista concedida ao jornal *Estado de São Paulo*,³ em 2003, o *Quilombo* foi um importante representante da imprensa negra no Brasil no período em que foi produzido, sendo o responsável por anunciar e registrar diversas ações do movimento negro,⁴ tais como congressos, eventos artísticos, concursos de beleza negra e peças de teatro que alcançavam, inclusive, a população não escolarizada. Como afirma Domingues⁵ (2007, p. 101-102):

A partir das reflexões de Ilse Scherer-Warren, pode-se caracterizar movimento social como um “grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social”. Mas, nesse cenário, como pode ser definido movimento negro? Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade

² Não encontramos informações concretas sobre a tiragem, inferimos que ela foi baixa pelos comentários feitos por Abdias Nascimento em entrevista posterior e pelas campanhas de arrecadação feitas ao longo dos 10 números do impresso.

³ Ver: QUILOMBO, um jornal da imprensa negra, nas décadas de 1940 e 1950. In: *Vermelho*, Brasília, 26 jan. 2018. Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/2018/01/26/quilombo-um-jornal-da-imprensa-negra-nas-decadas-de-1940-e-1950/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

⁴ Este trabalho adota uma concepção alargada de movimento negro, que reconhece as mobilizações anteriores aos anos 1970 e ao Movimento Negro Unificado (MNU). Essa concepção é discutida, entre outros autores, por Amílcar Araújo Pereira (2010) e Petrônio Domingues (2008). Voltaremos a essa discussão ao longo da dissertação.

⁵ Petrônio Domingues é um historiador e professor brasileiro, reconhecido como um dos principais pesquisadores contemporâneos nos estudos sobre a história da população negra e a organização do movimento negro no Brasil. Sua trajetória acadêmica é marcada por investigações sobre os negros no pós-abolição e as lutas por cidadania e direitos dos afro-brasileiros. O autor se tornou uma referência fundamental para este trabalho por fazer análises sobre a formação da identidade coletiva negra, sobre a educação da população negra e sobre o papel da educação na formação dessa identidade em períodos que compreendem o recorte desta pesquisa.

racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Domingues (2007) posiciona, então, as ações promovidas pelo grupo liderado por Abdias Nascimento na segunda fase do movimento negro organizado durante a República (1889-2000).⁶ A primeira fase compreende os grupos que se organizaram entre a abolição da escravidão no Brasil (1888) e a instauração do Estado Novo (1937). Clubes, grêmios e associações negras foram criados, mas não tinham um caráter estritamente político, pois não pleiteavam políticas públicas, não se envolviam com candidaturas a cargos públicos e não promoviam debates ou atividades de protesto. Concentravam-se em promover ações assistenciais com objetivo de reverter a marginalização a que os negros foram submetidos no pós-abolição, além de atividades recreativas. Nessa primeira fase também se encontra a organização e as atividades da Frente Negra Brasileira (1931-1937), que buscou, nas palavras de Domingues (2007, p. 106), “capitalizar o voto da população negra”, com objetivos coletivos — e políticos — mais bem delineados e sistematizados, além de ter estabelecido filiais em vários estados. Ainda nessa fase, a imprensa negra passou a ter um papel fundamental na organização do movimento, denunciando desigualdades e discriminações e reivindicando transformações sociais. Esse primeiro conjunto de mobilizações teria sido interrompido pela repressão do Estado Novo.

A segunda fase — em que se insere o Teatro Experimental do Negro (TEN) e, conseqüentemente, o *Quilombo* — surge com a abertura política ao final do Estado Novo e se caracteriza pelo destacado surgimento da União do Homens de Côr (UHC), em 1943, em Porto Alegre, e do TEN, em 1944, no Rio de Janeiro. Os dois grupos não são os únicos da fase, mas foram os que tiveram mais visibilidade na avaliação de Domingues (2007). Destacam-se por duas características em comum: 1) a forma como agenciavam pautas políticas e cobravam soluções legais, como é o caso da criminalização da discriminação racial; 2) a ampla atuação, tanto geográfica, já que a UHC chegou a estabelecer sucursais em 10 estados e em 23 cidades diferentes, como no que se refere aos tipos de atividades exercidas, que incluíam congressos nacionais para debater a questão racial, eventos culturais e recreativos, como concursos de beleza, participação em campanhas eleitorais e ações educativas. Vale destacar, ainda, que tanto a UHC como o TEN mantiveram oficinas de alfabetização. Apesar do raio de atuação, essa fase,

⁶ No recorte da República pensado por Domingues (2007), inserem-se as três fases do movimento negro por ele analisadas.

na concepção de Domingues (2007), teve menor poder de aglutinação do que a primeira, elemento que talvez esteja associado ao seu fim, que se deu devido ao isolamento político mesmo antes do golpe militar de 1964, uma vez que os partidos progressistas, que historicamente se engajam nas pautas dos grupos subalternizados, influenciados pelo marxismo, viam no identitarismo uma ameaça para a unidade da classe trabalhadora.

A terceira fase, por fim, se caracteriza pelo surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, no contexto dos movimentos de resistência à ditadura militar e sob influência do cenário internacional de lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e das lutas de libertação dos países africanos. Essa fase foi marcada pela proposta de unificar o movimento antirracista no cenário nacional e de combinar a luta das pessoas negras com os demais grupos oprimidos da sociedade. A construção de novos símbolos negros, a revisão de datas simbólicas, como o 13 de maio, a luta pela reformulação dos currículos escolares e livros didáticos, com o objetivo de reavaliar o papel do negro na história do Brasil, bem como as conquistas marcadas na legislação brasileira, fizeram parte das movimentações empreendidas pelo MNU, com o propósito de criar condições para que a palavra *negro* fosse positivamente ressignificada. Em todas as três fases do movimento, Domingues (2007) salienta o papel da imprensa negra e, por fim, reflete sobre as novas formas de mobilização social e a emergência de uma possível quarta fase.

A produção e a circulação do *Quilombo* se deram no início da segunda fase e fazem parte de um conjunto de ações, produções e eventos que pretendiam superar os problemas provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais. Embora nas páginas do jornal haja diálogos com uma parte da elite artística e intelectual que se distanciava da vivência da maior parte da população negra brasileira do período — a quem historicamente foi negada a escolarização e o acesso aos espaços tradicionais de produção de conhecimento e circulação artística⁷ —, essas interlocuções também denunciam problemas de ordem racial, muitas vezes associados a questões socioeconômicas, que atingem as pessoas negras como um todo, e buscam caminhos para mitigá-los. Desse modo, o *Quilombo* pode ser compreendido como parte de um conjunto de publicações que, desde o século XIX, compõe a imprensa negra, contribuindo para a construção identitária das pessoas negras e promovendo, entre essa parcela da população, um senso de coletividade e mobilização política em prol da superação do racismo.

⁷ Embora estudos da área da História da Educação, como os realizados por Fonseca (2002; 2009), tenham constatado que a população negra frequentava as escolas públicas no século XIX no Brasil, no período em estudo, como mostra o trabalho de Silva (2019), apenas 16,43% da população com 10 anos ou mais que tinha completado o grau elementar de estudos no Distrito Federal (então correspondente ao Rio de Janeiro) era negra (pretos e pardos), e apenas 22,88% que sabia ler e escrever no país era negra (pretos e pardos), segundo o Censo de 1950.

Na entrevista ao *Estado de São Paulo*, Abdias Nascimento declarou os objetivos do jornal, evocando o princípio pedagógico e seu papel como divulgador da agenda e das ações do grupo:

Quilombo ajudou a despertar a consciência do negro, de seus valores. Infelizmente, não pôde continuar. Teve uma circulação pequena, mas influente, porque era bem realizado. Ele ajudou a aglutinar as pessoas e a mostrar que o Teatro Experimental do Negro não era só um grupo de teatro, era também uma frente de luta. Nós organizamos duas conferências nacionais do negro, um congresso, advogamos a discriminação racial como crime, políticas públicas em favor do negro, patrocinamos o concurso do Cristo Negro. Não tínhamos um programa estreito e conseguimos concretizar muitas questões (Quilombo, um jornal da imprensa negra..., 2018).

Pelo que se propunha a fazer naquele momento, conforme relatado por Abdias Nascimento, o jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* foi escolhido como objeto desta pesquisa, especificamente no que se refere à investigação do papel do impresso como um agente educador que atuou no letramento racial e na construção de pertencimento identitário entre a população negra brasileira. De modo mais amplo, este trabalho busca compreender as estratégias de produção e circulação de conhecimento não escolares.

1.1 Por que estudar o *Quilombo*?

A forma pela qual se deu a estruturação da sociedade brasileira a partir da colonização fez com que a população negra enfrentasse — e ainda enfrente — desigualdades no tratamento social e nos serviços prestados pelo Estado. Portanto, essa parcela da população acessou tardiamente e de forma desproporcional os espaços oficiais de produção e transmissão de conhecimento, como as escolas e as universidades, e os veículos legitimados de circulação da cultura, como a imprensa, o rádio e teatros, sobretudo nas épocas anteriores à primeira metade do século XX. Por essa razão, a comunidade negra no Brasil teve oportunidades reduzidas de se fazer ouvir, de contar a sua história a partir de sua própria perspectiva e de oficializar suas percepções sobre os eventos tomados como marcos da história do país.

Entre as possibilidades de construção de símbolos e visões sobre um povo, é possível pensar nos fatos gravados nos livros didáticos, nos currículos e discursos escolares, nos monumentos públicos, nos itens expostos em museus ou salvaguardados em arquivos, nos trabalhos acadêmicos, nas produções artísticas de ampla circulação e na imprensa predominante. Em cada produto com apelo histórico existem narrativas que têm o objetivo de se cravar na memória coletiva e, assim, contribuir para construção da identidade de um povo de um lugar. Diante disso, para compreender outros saberes e outras formas de ensinar e

aprender, é preciso considerar cada manifestação da cultura negra — alimentos, arte, costumes, religiosidade, escritos e outros — como recurso de manutenção e produção das histórias dessa parcela da população e, também, como eventos educativos.

O jornal *Quilombo*, bem como as demais produções da vida de seu principal organizador, Abdias Nascimento, foi responsável por viabilizar e divulgar importantes discussões sobre a questão racial no Brasil. Estabeleceu diálogos relevantes com personalidades artísticas e intelectuais brancas sobre as desigualdades raciais, amplificou a voz de atores sociais silenciados, promoveu concursos de beleza negra e congressos para agenciamento de pautas do movimento negro, além de divulgar as principais ações de agentes negros em diversos setores no Brasil. O jornal figura, assim, como um espaço de resistência ao racismo e de representatividade negra em tempos de hegemonia branca e representa um conjunto de referências negras positivas — autônomas, combativas e atuantes —, conferindo sentimentos de identidade e pertencimento.

A atuação educativa do impresso em questão pode ser interpretada como um ato de disseminação de saberes emancipatórios, como pensado por Gomes (2019), pois ele reúne os esforços de intelectuais negros que tinham por objetivos transformar uma realidade social a partir da transmissão e da troca de conhecimentos e da construção de pertencimento em torno de uma identidade coletiva, que tinha potencial para se emancipar dos esquemas de dominação que tolhiam sua humanidade.

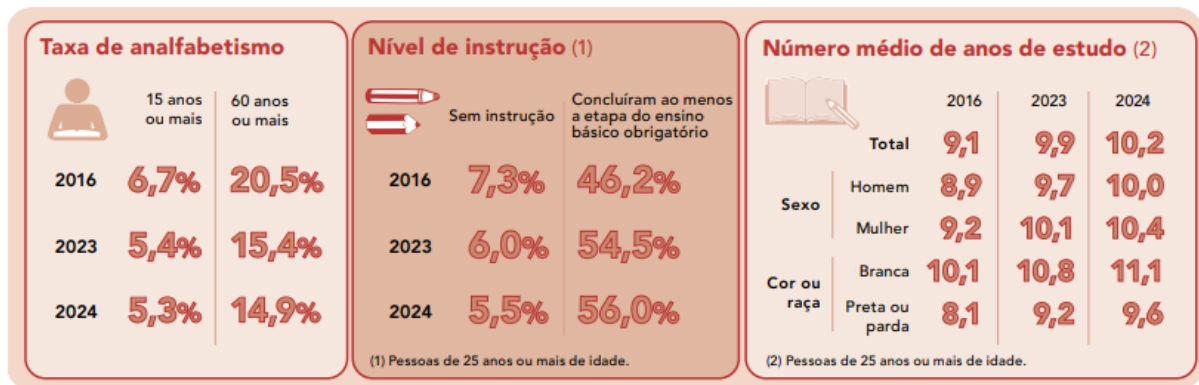
Mesmo podendo ser considerado, assim, um relevante objeto de pesquisa, o impresso tem sido relativamente pouco estudado na área de Educação. Ao mapear os trabalhos que versam sobre o impresso *Quilombo* no Portal de Periódicos CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), na plataforma Scielo⁸ e no Google Acadêmico — utilizando os descritores “jornal Quilombo”; “Abdias Nascimento”; “Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro”, em diferentes combinações —, foi possível encontrar apenas nove trabalhos, sendo quatro deles da área de Educação. Entretanto, a maior parte desses trabalhos, que serão comentados nos tópicos abaixo, toma o *Quilombo* como fonte para investigação da trajetória de Abdias Nascimento ou para investigação do Teatro Experimental do Negro.

Questões do presente também me movem para o estudo do *Quilombo*. Ainda atualmente, muitos métodos, temas e teorias em torno do processo de ensino-aprendizagem

⁸ Ver Portal de periódicos da CAPES em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>; e Scielo em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

escolar partem do ponto de vista ocidental e eurocêntrico, alijando, muitas vezes, dessas narrativas, as populações africanas e os povos originários. Informações atuais revelam que a maior parte da população excluída do sistema educacional brasileiro é composta por pessoas negras, haja vista os dados educacionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2024, que mostrou que a média de anos de estudo entre a população branca é de 11,1 enquanto a de pretos e pardos é de 9,6. A pesquisa revelou também que a taxa de analfabetismo entre as pessoas brancas com 15 anos ou mais é 3,3%, contra 6,9% entre pretos e pardos no mesmo recorte etário (IBGE, 2025). O quadro abaixo, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para divulgação dos dados, demonstra essas desigualdades:

Figura 1 – Quadro comparativo dos dados de educação do IBGE



Fonte: IBGE, 2025, p. 1.

Esses dados podem inspirar muitas reflexões a depender da investigação, mas a forma como eles são produzidos e divulgados já nos revela muito sobre a sociedade brasileira atual: os marcadores de raça, ao lado dos de gênero e faixa etária, ainda persistem como indicadores de desigualdades. Ao mesmo tempo, quando esses dados são comparados com dados de décadas anteriores, verificam-se algumas mudanças, demonstrando que, embora o pleno acesso à educação escolar ainda não se realize, a presença de populações subalternizadas na escola tem sido ampliada. Nesse sentido, a despeito das críticas que possamos fazer à escola e à universidade quanto à perspectiva eurocêntrica que atravessa muitas de suas ações, os grupos minorizados têm se movimentado para se educar formalmente até os dias de hoje, ao mesmo tempo que transformam a educação escolar para incluir outros saberes. Por essa razão, reconhecer e estudar práticas educativas não escolares no Brasil parte da ideia de que há outras formas de educar e de produzir conhecimento, que não as escolares, e que as pessoas que não acessaram a escola encontraram estratégias e espaços para aprender e ensinar.

Pessoalmente, esta pesquisa me é cara porque, na minha trajetória como estudante e professora de História, essas questões também estiveram presentes. Estive na escola como estudante entre os anos de 2003 e 2016 e foi ensinado, à maioria das crianças da minha geração e das gerações anteriores durante a Educação Básica, que as primeiras práticas educativas reconhecidas que se deram no território hoje entendido como Brasil são decorrentes da colonização e operacionalizadas por agentes colonizadores. Por algum tempo, fui levada a acreditar que estudar História era estudar os feitos das pessoas importantes, que contribuíram de alguma forma para a sociedade, o que excluía as pessoas comuns como eu, e que a História era, portanto, a ciência do poder e dos poderosos. Quando, finalmente, entendi que a História é a ciência que analisa a ação humana em relação à dimensão do tempo — principalmente quando me tornei professora e quando me debrucei sobre as escolhas feitas nos currículos oficiais e seus objetivos —, passei a me interessar por ensinar colocando meus alunos e minhas alunas no centro dos processos, mostrando como a experiência deles é influenciada pelos que vieram antes e como os comportamentos que eles contribuem para manter, bem como as revoluções que eles decidem movimentar, têm o poder de transformar a experiência das gerações futuras. A minha família é uma das tantas famílias negras que incentivou a educação escolar dos filhos como um projeto para vencer a subalternização, enquanto desenvolvia a autoestima de crianças negras e nos ensinava a viver em comunidade e acolhimento. Em outras palavras, nos ensinava a aquilombar, na expressão que Abdias Nascimento cunharia algumas décadas depois (Nascimento, 2019). Mais de 70 anos se passaram desde o início da circulação do impresso pesquisado, e o projeto de letramento e afirmação positiva da identidade negra, mesmo com todos os limites e desafios, logrou, de certa forma, êxito e se transformou em um movimento aparentemente permanente.

1.2 Situando o *Quilombo* na trajetória da imprensa negra

A presente pesquisa se debruça sobre a história da educação não escolar, e opera com o pressuposto de que a imprensa periódica e cultural pode possuir função educativa. O objeto da investigação — o jornal *Quilombo* — e a história do movimento negro brasileiro se relacionam com os usos da imprensa para mobilização social. Por isso, é necessário traçar, brevemente, a trajetória da imprensa negra brasileira.

O Rio de Janeiro é um dos principais centros de produção e circulação da imprensa negra desde o século XIX, como mostra Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), apesar de haver impressos negros também em Recife, São Paulo e Porto Alegre. A obra de Pinto, *Imprensa*

negra no Brasil do século XIX, faz uma análise de oito jornais do século XIX, o que demonstra que já existia uma quantidade significativa de negros *letrados* no Brasil. Os conteúdos publicados em jornais produzidos por pessoas negras para pessoas negras indicam também a existência de uma identidade racial engajada, pois se referiam a assuntos comuns a essa parcela da população, e mobilizavam debates e ações em prol da superação do racismo. A partir desse panorama, é possível identificar o papel educativo da imprensa no que se refere à construção de uma consciência racial no Brasil, além do reconhecimento da imprensa como instrumento de expressão e de disputas sociais e políticas. A autora evidencia ainda a temática da educação do negro em diferentes posicionamentos no jornal *O Exemplo* (1892-1930), publicado em Porto Alegre, e aponta que, na maioria dos casos, a imprensa via a educação como ferramenta de ascensão social, associada à cultura negra e às suas reivindicações políticas.

No século XX, a imprensa continua sendo instrumento de mobilização de grupos negros organizados para combater o racismo e seus desdobramentos. Domingues (2007) demonstra que a organização do movimento negro durante a República pode ser mapeada pela imprensa negra em suas diferentes fases:

Para um dos principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte”. Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar (Domingues, 2007, p. 104).

Na década de 1930, ainda na perspectiva de Domingues (2007), como referido, o movimento negro brasileiro alcança um novo patamar de organização, marcado pela criação da Frente Negra Brasileira (FNB), que, apesar da sua polêmica associação com o integralismo,⁹ conseguiu estabelecer delegações em diferentes estados do país, chegando à marca aproximada de 20 mil associados. A FNB se propôs a advogar causas em favor da população negra com importantes representantes políticos: negociou, por exemplo, com Getúlio Vargas, então presidente, o fim da proibição do ingresso de homens negros na guarda civil; chegou a se

⁹ O integralismo foi um movimento nacionalista, conservador, de extrema direita, fundado no Brasil em 1932, inspirado no partido fascista italiano. A Ação Integralista foi um grupo político militarizado, que exaltava a coletividade nacional e símbolos a ela relacionados, adotava como lema “Deus, pátria e família”. Para mais informações, ver Maio; Cytrynowicz (2003).

organizar como um partido, embora não tenha chegado a concorrer à nenhuma eleição; promoveu atividades de lazer e formação para a população negra; e fundou, como parte de suas estratégias de mobilização social, o jornal *A Voz da Raça*, em 1933.

Os anos que se seguiram foram influenciados pela ampliação das tensões políticas na Europa e no Brasil, devido à ascensão dos regimes fascistas e do autoritarismo varguista. O Estado Novo, iniciado em 1937, tinha no controle da imprensa um de seus pilares, colaborando para a extinção de agremiações políticas de toda natureza e para o desaparecimento de muitos desses jornais (Domingues, 2007). A ditadura varguista representa um hiato do movimento negro e, conseqüentemente, da imprensa negra, que ressurgiu após a era Vargas tendo como um dos principais representantes o jornal *Quilombo*. Nas palavras do autor:

Os anos de vigência do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatório. Mas, com a queda da ditadura “Varguista”, ressurgiu, na cena política do país, o movimento negro organizado que, por sinal, ampliou seu raio de ação. (Domingues, 2007, p. 107-108)

Muitas estratégias de mobilização adotadas pelo movimento negro da primeira fase da República foram herdadas pelos movimentos negros das fases seguintes, como é o caso do grupo fomentador do impresso investigado nesta pesquisa. Como mencionado, o *Quilombo* expõe estratégias do movimento negro do século XX no esforço de construir uma consciência racial entre a população negra e de exaltar a identidade negra em sua diversidade de expressões, estando vinculado ao Teatro Experimental do Negro e a outras movimentações do mesmo grupo:

Durante as décadas de 1950 e 1960 o TEN é considerado, por diversos autores, como a mais importante instituição na luta antirracista e pela valorização da população negra no Brasil, tendo sido responsável pela publicação de um importante jornal nesse período, o jornal *Quilombo*, e pela realização da I e da II Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946) e do I Congresso Negro Brasileiro em 1950 (Pereira, 2010, p. 73).

Pereira (2010) demonstra, com o excerto acima, a posição do grupo organizador do TEN, e conseqüentemente do *Quilombo*, como representante do Movimento Negro e a relevância da imprensa como ferramenta de luta desse movimento social no contexto dos anos 1940.

1.3 As possibilidades de investigação do *Quilombo*: uma breve apresentação dos estudos já produzidos sobre o tema

Com base nos estudos localizados no levantamento bibliográfico e em outros trabalhos já realizados sobre o tema, é possível afirmar que Abdias Nascimento tinha, entre seus principais projetos, o Teatro Experimental do Negro, que antecede o impresso que se faz objeto desta pesquisa. Além disso, a maioria do corpo editorial do jornal participava do TEN e tinha experiência em movimentos sociais e organização política. O TEN já anunciava o caráter educacional das ações de Nascimento, além de indicar que o grupo reconhecia o valor da educação e do letramento como instrumentos de superação das desigualdades raciais:

O projeto do Teatro Experimental do Negro englobava o trabalho pela cidadania do ator, por meio da conscientização e também da alfabetização do elenco, recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos. A companhia inicia suas atividades em 1944, colaborando com o Teatro do Estudante do Brasil (TEB), na encenação da peça *Palmares*, de Stella Leonardos. Quando decidem empreender um espetáculo próprio, constatam que não há, na dramaturgia brasileira, textos que sirvam aos seus objetivos. Abdias do Nascimento descobre em *O Imperador Jones*, de Eugene O'Neill, o retrato mais aproximado da situação do negro após a abolição da escravatura. O espetáculo estreia em maio de 1945, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e obtém boa receptividade, com elogios ao protagonista, Aguinaldo Camargo (Mendes, 1993, p. 51).

A presença do TEN no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, como indicado acima, aponta para o fato de que o grupo disputava o reconhecimento e a validação de suas ações pela elite artística e intelectual da época, o que é também verificável pelos diálogos presentes no impresso. O acesso indica, ainda, que, de certo modo, as pessoas envolvidas alcançavam a legitimidade e o prestígio que buscavam, além de possíveis contatos políticos que serão analisados ao longo desta dissertação; afinal, era um espaço de destaque e com acesso restrito. Essas duas pistas demonstram que o *Quilombo*, bem como as outras produções do grupo naquele contexto, tinha uma abordagem racial mais integracionista¹⁰ do que contestadora, como analisaremos em outro momento deste trabalho: o racismo era denunciado e as estratégias para

¹⁰ Integracionismo é o nome dado ao discurso que propõe a colaboração entre brancos e negros na luta para integrar plenamente as pessoas negras à sociedade, como forma de superar o racismo sem promover rivalidades raciais. Em 1978, Abdias Nascimento apresentaria o quilombismo como uma alternativa mais contestadora ao integracionismo, como estratégia de mobilização social negra, adotando um posicionamento crítico ao integracionismo. Entretanto, na década de 1940, as duas expressões (quilombismo e integracionismo) não indicavam posturas opostas.

sua mitigação eram construídas por meio do diálogo com pessoas brancas e pertencentes às elites e às camadas médias, sem criar grandes impasses e desconfortos.

No que tange ao caráter educativo do *Quilombo*, o trabalho de Costa (2015) mostra que o grupo mobilizador do TEN articulava um projeto psicopedagógico que tinha em sua centralidade o povo negro. Nesse sentido, o jornal surge como um divulgador das ações desse grupo e um espaço de ampliação de debates caros a esses agentes.

Nesse sentido, Silva (2019) apresenta um levantamento detalhado sobre quem eram os colaboradores do jornal, sua naturalidade, ocupação profissional e envolvimento com a questão racial, bem como quem são os potenciais leitores do impresso, ao trazer dados sobre a população negra alfabetizada no Rio de Janeiro, onde o impresso era publicado, em 1950. Os levantamentos contidos no trabalho de Silva (2019) permitem, como sugere o subtítulo do texto — “narrativas e aspirações do negro em páginas culturais” —, o entendimento do diálogo entre o jornal e seus leitores, indicando, de certa maneira, o processo de ensino-aprendizagem envolvendo o impresso por meio da relação entre os agentes envolvidos. A autora versa ainda sobre a diversidade de pautas para e sobre todas as classes da população negra e sobre a comunicação dos leitores na seção “Cartas”, que permitem inferir que havia um acesso da população não alfabetizada ao jornal por meio de outras estratégias de comunicação que remontam às tradições africanas de aprendizagem coletiva e de valorização da sabedoria ancestral.

Sobre o engajamento e a relevância política do *Quilombo*, os trabalhos de Costa (2015) e Silva (2019) oferecem dois caminhos para situar o impresso. O primeiro trabalho coloca o impresso numa espécie de linha do tempo da imprensa negra: Costa (2015) desenha o percurso da imprensa negra brasileira, que inicia seu caminho em 1833, e posiciona o *Quilombo* em um grupo de publicações editoriais no recorte temporal de 1915 a 1963; as publicações em questão possuíam uma abordagem de protesto em favor dos direitos de reparação da população negra no debate sobre as questões raciais no Brasil. O segundo trabalho coloca o impresso ao lado de manifestações de outras naturezas, mas que estão alinhadas pelo objetivo de construção de uma identidade cultural da população negra. O trabalho de Silva (2019) oferece uma perspectiva de análise sobre o impresso que permite que ele seja colocado dentro de um movimento de reivindicação do reconhecimento de uma cultura própria do povo afro-brasileiro. Tal apontamento é muito relevante em um contexto em que o poder público, ainda sob influência do varguismo, explorava uma narrativa de unidade cultural entre os brasileiros a partir da valorização da mestiçagem.

Outro viés de análise do *Quilombo* é a sua utilização como fonte para investigação da trajetória de Abdias Nascimento e do movimento negro da época. Seguindo esse caminho, o artigo de Cunha (2012) se apresenta como uma síntese de um dos capítulos de um trabalho de conclusão de curso, que tem como objeto o Teatro Experimental do Negro, e que, portanto, analisa o *Quilombo* como porta-voz do TEN. O artigo explora o impresso como ferramenta de divulgação dos projetos do TEN e como um importante espaço de debate na luta contra o preconceito racial. A historiadora mantém, no cerne do trabalho, a relevância das ações de Abdias Nascimento no combate ao postulado da democracia racial no Brasil. Há também, nesse sentido, o artigo de Afolabi (2018), escritor da área dos estudos luso-brasileiros, que aborda o jornal para a comunidade internacional como revelador das estratégias e esforços de Abdias Nascimento como agente da luta antirracista no Brasil e, mais tarde, como representante do pan-africanismo no país.

Entre os trabalhos que relacionam o impresso com a Educação, há a dissertação de Nunes (2012), que investiga os efeitos educativos do TEN registrados pelo *Quilombo*. No trabalho em questão, o jornal é tomado como fonte para compreender as realizações do grupo, principalmente referentes aos eventos do TEN. Além de divulgar ações e registrar os feitos, o autor argumenta que, no contexto histórico das décadas de 1930 a 1950, a imprensa popular figurava como espaço de denúncia para os setores marginalizados da população brasileira, como era o caso dos operários, das mulheres e da população negra. Os periódicos agenciados por esses grupos, segundo a pesquisa, visavam à conscientização e à aglutinação desses grupos em torno das reivindicações e vivências em comum. Essa análise se relaciona com os trabalhos de Pinto (2010) e Costa (2015) no que se refere à imprensa, e traz elementos em defesa da ideia da natureza educativa da imprensa. Nesse sentido, o jornal *Quilombo*, no trabalho de Nunes (2012), demonstra os esforços dos organizadores de promover de alguma forma uma educação racial. O programa do impresso, também analisado nesta dissertação, apresenta seus objetivos para a população negra diante do cenário em que se inseria e aponta o forte apelo pelo direito à educação. Entre as contribuições de Nunes (2012), destaca-se o apontamento da intencionalidade educadora de Abdias Nascimento e dos demais organizadores do TEN e do *Quilombo*.

Ainda explorando a lógica de que o jornal tinha um potencial educativo na sociedade em que circulava, Fernandes (2020) expõe um dossiê sobre as representações das figuras negras femininas presentes no jornal, apontando a relevância do periódico em relação à construção do imaginário das pessoas que ele alcançou e demonstrando o potencial do jornal como formador de identidade, o que é muito caro às pretensões deste trabalho. A dissertação de Fernandes

(2020), no entanto, se distancia do caminho pretendido por esta pesquisa, já que sua principal proposta é defender a integração das contribuições do *Quilombo* na educação escolar atual — apresentando inclusive uma proposta paradigmática ao final.

O referencial de estética e de performance femininos construídos pelo *Quilombo* também são elementos de destaque abordados por Barros (2021). A autora esmiúça a trajetória de Abdias Nascimento e de Maria de Lurdes Valle Nascimento — educadora, assistente social, ativista pelo Movimento Negro e uma das idealizadoras e realizadoras do jornal *Quilombo* —, demonstrando contornos de suas trajetórias pessoais que influenciaram suas formações como intelectuais e mostrando os passos que antecederam a atuação de ambos em movimentos sociais de protagonismo negro. Em relação ao que se mobilizou nesta pesquisa, a autora contribui com uma análise sobre os aspectos de produção do impresso, indicando as estratégias por trás das escolhas editoriais, semânticas e tipográficas. Outros trabalhos mais amplos sobre a estética negra tomam o *Quilombo* como fonte, como o de Braga (2021) e de Xavier (2021), mas ao lado de outros documentos para traçar uma história da beleza negra.

Diante dos diálogos apresentados, este trabalho investiga o *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, pensando o impresso como um agente educador e focando nas estratégias pedagógicas mobilizadas por ele para fomentar um letramento racial, em que os usos da leitura e da escrita estivessem alinhados aos problemas e às aspirações de seus leitores no que diz respeito à racialidade. O impresso promoveu ainda a valorização da identidade e da cultura negras e estimulou a aglutinação da população negra em torno das questões que são próprias das vivências dessa comunidade. Tais estratégias e ações do grupo de intelectuais mobilizadores do impresso figuraram como eventos educativos não escolares e se inserem em um conjunto de mobilizações que ampliam o entendimento sobre o que é e como se realizou a educação no Brasil.

1.4 Alguns pressupostos teóricos

A primeira discussão teórica mobilizada neste trabalho envolve a expressão *letramento*, especialmente porque o objeto da pesquisa se construiu a partir de um grupo de pessoas que fazia parte de uma parcela da população historicamente marginalizada e que via nos usos da leitura e escrita ferramentas para amplificar debates e validar suas expressões artísticas e denúncias sobre o racismo e seus efeitos. Ao lado da expressão *letramento*, vem, na pesquisa que originou esta dissertação, a sua adjetivação: *racial*, ponto central do conteúdo veiculado pelo *Quilombo* e pelos demais eventos e práticas articulados pelo seu corpo editorial. A partir

da trajetória de Abdias Nascimento, vista em Vieira e Correa (2022), é possível inferir que a ascensão à condição de letrado se configurava, para o sujeito negro no Brasil dos anos 1940, como uma espécie de salvação que, em alguma medida, poderia oferecer alguns acessos que o racismo lhe tomava: “o acesso ao conhecimento, seja na sua forma escolarizada ou apreendido na experiência social, converte sujeitos oprimidos em agentes políticos que protagonizam a resistência” (Vieira; Correa, 2022, p. 3-4). Nesse caso, trata-se de uma “salvação” para toda uma comunidade, mas eventualmente poderia ser uma “salvação” individual. Essa percepção se associa à ideia de educação civilizadora que se converteu, historicamente, na promessa da educação para a ascensão social, como discutiremos no Capítulo 3 desta dissertação.

No cenário dos anos 1940, para viabilizar a luta por políticas de reparação, na agenda do que podemos compreender como movimentos de luta pelos direitos das populações negras, era importante construir uma identidade racial entre a população negra no Brasil, que, embora sentisse na prática os efeitos do racismo, era afastada — pelo ideário liberal que guiou a formação da República brasileira — da dimensão coletiva e conduzida para soluções paliativas e individuais dos seus problemas. A força mobilizadora do impresso em questão combina a construção de pertencimento à identidade racial negra com esforços de alfabetização e letramento¹¹ de pessoas negras, pois isso daria novo peso à sua movimentação política. Dessa compreensão, surge a reivindicação da expressão *letramento racial* para analisar o impresso *Quilombo* na presente pesquisa.

A expressão *letramento racial* tem sido utilizada no Brasil na última década para se referir à compreensão da identidade racial e a implicação da racialidade nas relações sociais e afetivas. A ideia de letramento racial ganhou peso a partir dos trabalhos de psicologia social da autora Lia Vainer Schucman (2012; 2018), que, para pensar relações familiares interraciais, traduziu o conceito formulado pela antropóloga estadunidense France Winddance Twine:

O letramento racial é caracterizado como um conjunto de práticas que pode ser entendido como uma “prática de leitura”, uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social. Esse processo “pedagógico” inclui: 1) o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; 2) a definição do racismo como um problema social atual; 3) o entendimento de que as identidades raciais são aprendidas como um resultado de práticas sociais. E, ainda: 4) a posse de uma gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; 5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de uma determinada sociedade e; 6) uma análise das formas em

¹¹ Aqui compreende-se a alfabetização como o processo de aprender a ler e a escrever, e o letramento como os usos que são feitos da leitura e da escrita e a condição adquirida pelo sujeito que utiliza a leitura e a escrita em suas práticas sociais (Soares, 2009).

que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade (Twine, 2006, p. 344 *apud* Schucman, 2018, p. 130).

A partir dessa discussão, o letramento racial passou a ser compreendido como o processo de tomada de consciência da própria racialidade, bem como das diferenças de tratamento e oportunidades que são produzidos em uma sociedade marcada pelo racismo a partir dos fenótipos. O termo tem sido usado com esse sentido principalmente em trabalhos mais políticos e ativistas, com o objetivo de promover uma educação racial que mitigue os efeitos do racismo estrutural no Brasil.¹² A expressão foi, inclusive, objeto de um verbete veiculado pela Academia Brasileira de Letras,¹³ que a define como “Conjunto de práticas pedagógicas que têm por objetivo conscientizar o indivíduo da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e torná-lo apto a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano”.

Essas discussões acerca do letramento racial, no entanto, afastam, de algum modo, a palavra *letramento* da sua compreensão teórica, solidamente construída por pesquisadoras do campo da Educação no Brasil desde a metade final dos anos 1980, que se refere aos usos da leitura e da escrita no mundo social. Como indica uma das precursoras do termo:

[...] adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, linguística. O “estado” ou a “condição” que o indivíduo ou o grupo social passam a ter, sob o impacto dessas mudanças, é que é designado por *literacy*. É esse, pois, o sentido que tem *letramento*, palavra que criamos traduzindo “ao pé da letra” o inglês *literacy*: *letra-*, do latim *littera*, e o sufixo *-mento*, que denota o resultado de uma ação (como, por exemplo, em *ferimento*, resultado da ação de *ferir*). Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (Soares, 2009, p. 18, grifos da autora)

A definição trazida por Soares expõe o esforço do campo da Educação em construir um termo que alcance o comportamento social em torno da leitura e da escrita em uma sociedade grafocêntrica, como classifica a autora, sociedade essa que atribuiu a essas práticas, ao lado de tantas outras, o papel de produzir distinções sociais. A construção do conceito de letramento

¹² São exemplos de trabalhos que enfocam o termo: Ferreira, 2014; Braúna; Souza; Sobrinha, 2022; Silva; Souza-Dias, 2017.

¹³ “Conjunto de práticas pedagógicas que têm por objetivo conscientizar o indivíduo da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e torná-lo apto a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano”. Letramento racial. *In*: Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/letramento-racial>. Acesso em: 12 dez. 2023.

como colocado acima indica um denso debate sobre os usos da leitura e da escrita, bem como dos níveis de domínio dessas práticas em diferentes grupos sociais, além da hierarquização social gerada a partir disso. Todas essas questões buscam expressar e ultrapassar as limitações de termos como *alfabetização* e similares. O termo *letramento*, tal como construído por esse campo, emerge de uma nova demanda social e acadêmica: a de nomear a condição de quem, após aprender a ler e a escrever, ou seja, após se alfabetizar, faz uso efetivo da palavra escrita.

Street (2014) argumenta que o discurso ocidental presente nas campanhas de alfabetização nos anos 1990¹⁴ teria ampliado o estereótipo pejorativo do *analfabeto* e apresentaria até mesmo alguns traços de colonialidade, ao enunciar a alfabetização como redenção social e individual. O trabalho do autor, por sua vez, conduz a um entendimento de letramento como uso da linguagem para produção e circulação de conhecimento e questiona o ensino da leitura e da escrita da sociedade ocidental industrial como a concepção padrão do que é letramento. Nesse mesmo debate, ele abre espaço para outros entendimentos, partindo de uma concepção mais ampla das práticas de comunicação e rompendo com a hierarquização presente na compreensão de letramento que a obra critica. Outra contribuição importante trazida pelo referido trabalho e útil a esta pesquisa é a diferenciação entre o modelo autônomo de letramento — que se pretende técnico, neutro e associa o letramento à ideia de progresso/ desenvolvimento — e o modelo ideológico de letramento — que reconhece a carga cultural inerente ao processo de letramento e pluralidade de seus objetivos:

O modelo [autônomo] pressupõe uma única direção em que o desenvolvimento do letramento pode ser traçado e associa-o a “progresso”, “civilização”, liberdade individual e mobilidade social. Ele isola o letramento como uma variedade independente e então alega ser capaz de estudar suas consequências. Essas consequências são classicamente representadas em termos de “decolagem” econômica ou em termos de habilidades cognitivas. Um modelo “ideológico”, por outro lado, força a pessoa a ficar mais cautelosa com grandes generalizações e pressupostos acalentados acerca do letramento “em si mesmo”. Aqueles que aderem a este segundo modelo se concentram em práticas sociais específicas de leitura e escrita. Reconhecem a natureza ideológica e, portanto, culturalmente incrustada dessas práticas (Street, 2014, p. 44).

O trabalho de Street se relaciona com outros trabalhos contemporâneos a ele e posteriores, que mostram, ao indicar o peso hegemônico da escrita na sociedade ocidental, a depreciação tanto dos não alfabetizados quanto dos saberes por eles produzidos.¹⁵ Isso oferece ferramentas para compreender o esforço de Abdias Nascimento e do corpo editorial do jornal

¹⁴ O ano de 1990 foi declarado pela Unesco o Ano Internacional de Alfabetização.

¹⁵ Ver, entre outros: Galvão (2022; 2023).

Quilombo na busca por legitimar as percepções e necessidades das pessoas negras naquele contexto — nacional-desenvolvimentismo, sob efeito do varguismo e da tentativa de construção de uma identidade nacional através da mestiçagem racial e cultural, que reforça o postulado da democracia racial. Além disso, possibilita pensar um letramento com carga cultural e política, como o produzido pelo grupo em questão.

Esta investigação buscou identificar, assim, se, entre os objetivos do impresso, estariam os de registrar os feitos do grupo e usar o *status* da escrita impressa para legitimar e evidenciar debates, além de construir, coletivamente, a identidade racial negra. Tudo isso parece indicar que esse grupo reconhecia que estava inserido em uma sociedade que valorizava a leitura e a escrita como forma padrão de produção e transmissão de conhecimento. Embora atuasse em outras formas de produção que não essa, compreendeu o peso do letramento e dele se valeu para alcançar seus objetivos.

A linguista Neide Almeida (2017) aprofunda a relação entre os usos do conceito tradicional de letramento e o recente entendimento do que é letramento racial. Em artigo para o portal Geledés, a autora defende o contato com produções escritas e o papel das práticas de ensino, sobretudo escolares, na promoção da consciência racial e no compromisso antirracista. Esse caminho teórico coloca os indivíduos como leitores do contexto racial e aposta nos usos da leitura e da escrita para construir habilidades de percepção e consequente intervenção social, o que é pertinente na sociedade atual, amplamente escolarizada e alfabetizada.

Assim, consideramos, neste trabalho, letramento racial como os usos da palavra escrita e a condição adquirida por indivíduos e grupos sociais decorrente desses usos, no que se refere à construção da identidade racial e a uma formação antirracista social e politicamente engajada.

O estudo sobre o impresso *Quilombo vida, problemas e aspirações do negro* reúne uma série de nuances destacada nos diferentes trabalhos e na definição esboçada acima: o reconhecimento da legitimidade que a escrita confere ao conhecimento no mundo ocidental, como visto em Street (2014); o acesso ao escrito que ultrapassa aquele que lê, pois o leitor visado¹⁶ — ou seja, as pessoas a quem o impresso se dirige e que se interessam pelos temas abordados por ele — ultrapassa aqueles que podem lê-lo; a dimensão da tomada de consciência racial como propõe o termo letramento racial, conforme utilizado por Schucman (2018); e a condição do grupo ou indivíduo que aprende a ler e escrever conforme definido por Soares (2009).

¹⁶ A estratégia utilizada aqui para determinar o leitor visado do *Quilombo* se baseia na metodologia utilizada por Galvão e Jinzenji (2011), como será aprofundado em outro momento desta dissertação.

Pensando no leitor visado pelo impresso, é importante ressaltar que em suas escolhas editoriais já existiam indícios — tais como temas que interessam a públicos específicos, as menções explícitas ao leitor e o posicionamento do jornal como porta-voz da comunidade — do objetivo de alcançar um público mais amplo, formado, inclusive por pessoas não alfabetizadas. Nesse sentido, provavelmente, o número daqueles(as) que liam ou tinham acesso ao jornal era maior do que as tiragens revelavam que, como mencionado, eram consideradas baixas por Abdias Nascimento. O trabalho de Ana Beatriz Silva (2019) sobre o impresso demonstra esse alcance por meio da análise da coluna “Cartas”, que traz comunicações dos leitores, e faz a seguinte consideração:

Estratégias comunicacionais desenvolvidas durante o período da escravidão também serviram de alicerce para atingir os negros não alfabetizados. Antes da Abolição, o Brasil já contava com um contingente de negros escravizados que sabiam ler. Mas, por serem poucos, a oralidade ainda era a principal ferramenta de registro e comunicação entre negros, que, mesmo oriundos de reinos e regiões distintas do continente africano, estabeleciam formas de contato, tanto para dividirem seus sofrimentos quanto para festejarem e, principalmente, preservar as culturas ancestrais. Portanto, no século XIX, era comum rodas de leituras, na qual o negro letrado lia notícias. As investigações sugerem que, de forma similar, o mesmo ocorria com o *Quilombo* (Silva, 2019, p. 38).

Outra discussão teórica que norteou a produção deste trabalho é a de que, ao considerar a produção e circulação do impresso como uma prática educativa, recorre-se a uma perspectiva anticolonial de educação, visto que o conceito de educação nas sociedades ocidentais é associado ao modelo formal hegemônico inspirado nas tradições europeias. Nesse sentido, Veiga (2022) constrói um panorama da institucionalização da subalternização nos países latino-americanos, marcando o século XIX como determinante nesse processo. Entre os movimentos do período que transformaram a subalternização em um princípio da organização das sociedades latino-americanas está a expansão da escola, que visava, nas palavras da autora, “elevar as raças inferiores ao patamar da civilização e, desse modo, educar as cores pela escola” (Veiga, 2022, p. 87). Nesse sentido, a escolarização do século XIX seguia uma abordagem europeia, homogeneizadora e focada na civilização para o progresso, que não só desconsiderava, mas também buscava eliminar as culturas e os costumes dos grupos subalternizados, como negros e indígenas.

A valorização da escola como instrumento para estruturação da nação e alcance da civilização e do progresso, e a forma colonial como a escola se construiu, fizeram com que

houvesse, historicamente, um apagamento das práticas educativas fora do modelo formal. Nesse sentido, a professora Nilma Lino Gomes (2019) denuncia que:

Os projetos, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses [saberes específicos construídos pela população negra ao longo de sua experiência social] e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos. No contexto atual da educação, regulada pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, esses saberes foram transformados em não existência; ou seja, em ausências (Gomes, 2019, p. 42-43).

Os objetivos desta pesquisa se cruzam com essas considerações, pois se propõem a reconhecer os saberes produzidos pelo povo negro, compreendendo que “o conhecimento-emancipação é cheio de nuances, riscos, conceitos provisórios que podem ser mudados de acordo com a dinâmica social e a politização da sociedade” (Gomes, 2019, p. 59). Essa reflexão nos dá espaço para considerar outras práticas como educativas e, conseqüentemente, mapear e analisar novos eventos no inventário da História da Educação.

Reforçando a ideia de que movimentos sociais educam sociedades e criam novas tendências pedagógicas, revolucionando inclusive a educação escolar, bell hooks (2020) oferece, ancorada no princípio de descolonização das mentes de Amílcar Cabral, uma perspectiva anticolonial de educação, ao reconhecer o impacto da ação popular nos EUA, onde, conforme apontado pela autora, a educação escolar agia como um mecanismo de manutenção das estruturas de dominação, compreendidas como colonização das mentes:

A pedagogia crítica abrange todas as áreas de estudo cujo objetivo é compensarmos preconceitos que têm informado os modos de ensinar e de saber em nossa sociedade desde a abertura da primeira escola pública. Os dois grandes movimentos por justiça social nos Estados Unidos que mudaram todos os aspectos de nossa cultura e causaram pequenas mas poderosas revoluções em nossa educação são o movimento por direitos civis e o feminista. Depois que a pressão militante por igualdade racial levou à dessegregação e a mudanças legais, ativistas black power foram um dos primeiros grupos da nação a chamar a atenção para a miríade de formas pelas quais a educação estava estruturada para reforçar a supremacia branca, ensinando a crianças brancas ideologias de dominação e a crianças negras ideologias de subordinação (hooks, 2020, p. 42).

Encontrar e registrar esses saberes e movimentos educadores não escolares, assim como descolonizar o conceito de prática educativa, está no horizonte deste trabalho.

As concepções de racialidade são outro ponto importante para o desenvolvimento da pesquisa. A construção identitária agenciada pelo jornal se organiza em torno da racialidade, principalmente porque a raça foi central no estabelecimento da subalternidade no Brasil. Assim,

a construção identitária é central no processo educativo aqui analisado. Para compreender a elaboração da identidade em questão é necessário entender que o conceito de raça é externo às elaborações dos movimentos negros em sua diversidade, pois já estava dado como desigualdade em razão da forma como se estruturaram a sociedade brasileira e tantas outras sociedades coloniais. A construção da raça como uma ferramenta de colonização se enraizou na estrutura política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira. A partir disso, as classificações de raça começam a moldar as relações sociais — devido à socialização em sociedades marcadas pela subalternidade racial —, produzindo uma experiência social condicionada a essa classificação que chamamos de racialidade. A ideia de racialidade está, portanto, fundamentada nas relações sociais experienciadas em decorrência da raça, como afirma Carneiro (2023, p. 36-37):

Assim, o saber sobre o negro é considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça produzidos no interior de relações de poder. [...]

Em meu entendimento, o termo “raça” tem essa dupla perspectiva. Enquanto instrumento metodológico, pretende compreender as relações desiguais entre os diferentes grupos humanos, mais especificamente as desigualdades de tratamento e de condições sociais percebidas entre negros e brancos no Brasil. Enquanto prática discursiva, os estudos nele inspirados visam a modificação das relações sociais que produzem as discriminações e assimetrias raciais.

Nesse sentido, a elaboração de uma identidade negra afirmativa empreendida pelo *Quilombo* se deu por meio da conscientização das pessoas negras a respeito da coletividade de sua experiência racial, alertando-as para o caráter estrutural da raça e convencendo-as a se apropriarem da racialidade para promover transformações sociais.

1.5 Metodologia e fontes

Conforme formulado por Moreira e Galvão (2022), os impressos têm sido fontes e objetos expressivos na área da História da Educação, sobretudo nas últimas décadas. Nesta pesquisa, essa tendência se confirma: o jornal *Quilombo: vida problemas e aspirações do negro*, além de objeto desta investigação, foi a principal fonte das análises realizadas. As 10 edições do impresso foram digitalizadas e estão disponíveis no acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO).¹⁷ Além das edições do impresso, outros documentos

¹⁷ Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo/>. Acesso em: 7 jul. 2025. O Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) nasceu em 1981 como um setor de ensino e pesquisa de assuntos afro-brasileiros da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e criar uma biblioteca especializada a partir do acervo de Abdias Nascimento. O instituto foi ampliando suas atividades de ensino, pesquisa e documentação da cultura afrobrasileira ao longo dos anos e se tornou uma associação sem fins

também fazem parte do conjunto de fontes que viabilizaram a investigação, tais como textos de autoria de Abdias Nascimento, a entrevista, já mencionada, dada por ele sobre o jornal, obras literárias indicadas pelos colaboradores do jornal, dados produzidos pelo censo de 1950, além de outros impressos publicados no período, e legislações brasileiras e de outros países mencionados no impresso, como Cuba e os Estados Unidos.

A análise do *Quilombo* se organizou a partir do conceito de leitor visado, como ferramenta metodológica, inspirado na metodologia adotada nos trabalhos de Galvão e Jinzenji (2011), ao pesquisar o *Boletim Vida Escolar*, e de Galvão e Melo (2019), ao propor a reconstrução do leitor por meio dos impressos em seus usos na pesquisa em História da Educação.

O que estamos denominando de leitor visado? Trata-se do leitor previsto pelo autor e/ou editor no momento da produção do objeto de leitura. Diante da impossibilidade de captar as leituras “in loco” e os leitores de “carne e osso” (que, na maior parte das vezes, já não vivem ou deixaram poucos testemunhos de suas experiências), ou mesmo diante das limitações que apresentam procedimentos como a história oral e o trabalho com narrativas memorialísticas, muitos estudos têm buscado, nos próprios textos e na materialidade do impresso, ou seja, em diferentes protocolos de leitura, marcas indicativas que permitam a reconstrução do leitor (Galvão; Melo, 2019, p. 225).

Nesse sentido, muitas das análises propostas nesse trabalho partiram da identificação do leitor visado pelo impresso, por meio das suas nomeações explícitas e por outros indícios como os assuntos tratados, que também revelam possíveis interlocutores. O conceito de leitor visado permitiu melhor analisar as estratégias discursivas adotadas pelos colaboradores do jornal. Além disso, o conteúdo do impresso também foi analisado conforme as ferramentas da análise de conteúdo previstas em Bauer (2002, p. 190):

A análise de conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais e empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características dos *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar essa improdutiva discussão sobre virtudes e métodos.

Diante do exposto, a dissertação está organizada em quatro capítulos, além da presente Introdução. Inicialmente, nos propusemos a analisar as condições de produção e o projeto

editorial do *Quilombo* a partir de algumas condições materiais, das relações entre seus principais organizadores e colaboradores e de alguns aspectos da trajetória intelectual deles. Em seguida, o foco da investigação será a análise da educação no *Quilombo*, em diferentes níveis e modalidades, como objetivo ou como um direito reivindicado, e como prática, já que o impresso age como um agente educador. No quarto capítulo, a compreensão sobre as diferentes concepções de cultura veiculadas pelo jornal e as menções a diferentes expressões culturais, bem como o valor a elas atribuído, se tornam objeto de análise. Por fim, nos dedicaremos a investigar a questão da identidade negra: como e guiados por quais objetivos o *Quilombo* se propôs a construir e difundir uma identidade coletiva e a ressignificar a raça positivamente.

O IMPRESSO *QUILOMBO*: VIDA, PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E PROJETO EDITORIAL

Neste capítulo, faremos uma análise do impresso *Quilombo*: vida, problemas e aspirações do negro, com base em seus aspectos materiais e na biografia dos editores, para compreender como a trajetória do corpo editorial impactou nas escolhas estéticas, políticas e conceituais observadas no impresso. Além disso, buscaremos entender como as redes de sociabilidade dos organizadores se relacionavam com os recursos envolvidos na produção do impresso e em sua projeção.

2.1 O *Quilombo*: alguns indícios sobre as condições materiais de sua produção

A análise dos exemplares do *Quilombo* evoca reflexões sobre suas condições de produção e sobre o engajamento dos colaboradores. O impresso inicia sua circulação com um número de oito páginas, 26 tipos, 12 imagens fotográficas, cinco imagens não fotográficas, sem nenhum anunciante e uma coluna de apresentação do impresso.

Figura 2 – Capa do primeiro número



Fonte: *Quilombo*, n. 1, dez. 1948, p. 1.

Ao longo de suas 10 edições, mesmo com períodos de interrupção e algumas mudanças estruturais, há padrões observáveis: páginas majoritariamente divididas em cinco colunas e textos em letras pequenas, se considerarmos que o jornal tinha dimensões menores (cerca de 28 cm x 42 cm) do que outros jornais da época, como o *Jornal do Brasil*, que possuía sete ou oito colunas de texto (32 cm x 55 cm). As variações com relação aos tamanhos e formatos dos tipos ocorriam apenas nos títulos e em alguns destaques. Na página 3 de todas as edições, a primeira coluna era destinada aos comunicados sobre o jornal ao leitor, como programa, preço e corpo editorial. Do número um ao cinco, a coluna inteira era destinada a esse fim; do número 6 ao número 10, o programa passou a não aparecer mais integralmente, e apenas metade da coluna era destinada aos comunicados desse tipo. No topo da capa de todas as edições, estavam o título e o subtítulo do impresso: *Quilombo, vida problemas e aspirações do negro*. O título do impresso, "Quilombo", era grafado em fonte cursiva, tinha lugar de destaque na primeira linha; o subtítulo, "vida problemas e aspirações do negro", vinha logo abaixo, grafado em caixa-alta e com um corpo bem menor do que o título. O jornal era composto e impresso nas Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro. É relevante destacar, ainda, que ele passou a publicar anúncios a partir do segundo número.

Figura 3 – Coluna de informativos presente nos números de 1 a 5

Quilombo

VIDA PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES DO NEGRO
 Diretor-responsável :
ABDIAS NASCIMENTO
 Propriedade das "Edições Quilombo Ltda."

Diretor-Gerente :
JOÃO CONCEIÇÃO
 Diretor-Secretário :
MARIA DE LOURDES VALE NASCIMENTO
 Redação e administração :
 Rua Alvaro Alvim, 33-37
 Sala 711

Numero avulso no Rio :
 Cr\$ 1,00 — Nos estados : Cr\$ 1,50 — Numero atrasado :
 Cr\$ 2,00 — Assinatura anual :
 15,00 — Assinatura anual (12 numeros) para o estrangeiro : 5 dolares .

Toda correspondência e importancias em dinheiro, cheques, ordens de pagamento, etc. devem ser enviadas em nome do diretor responsavel.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores.

As colaborações devem ser remetidas a esta redação datilografadas, de um só lado do papel, não se devolvendo originais não publicados.

Composto e impresso nas Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil" — Rio de Janeiro — Brasil.

Mensário Ilustrado

NOSSO PROGRAMA

Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores : social, cultural, educacional, politico, econômico e artistico.

Para atingir esses objetivos **QUILOMBO** propõe - se :

- 1 — Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência ;
- 2 — esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenomeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para odios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso ;
- 3 — lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes e negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares ;
- 4 — combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atenta não só contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição ;
- 5 — pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-America e na Constituição Cubana de 1940.

Fonte: *Quilombo*, n. 1, dez. 1948, p. 3.

Figura 4 – Coluna de informativos dos números de 6 a 10

Quilombo
vida, problemas e aspirações do negro

Diretor-responsável :
ABDIAS NASCIMENTO
 Diretor-Gerente :
MARIA DE LOURDES VALE NASCIMENTO
 Redação e administração :
 Rua Mayrink Veiga, 13
 2.º andar

Depart. de publicidade :
 Rua São José, 110-1.º and.
 Tel. : 42-3540

Numero avulso para todo Brasil : Cr\$ 3,00 — Numero atrasado : Cr\$ 5,00 — Assinatura anual (24 numeros) sob registro: Cr\$ 80,00 — Assinatura anual (24 numeros) para o estrangeiro : 5 dolares.

Importâncias em dinheiro, cheques, ordens de pagamento, etc. devem ser enviadas em nome do diretor responsavel.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores.

As colaborações devem ser remetidas a esta redação datilografadas, ou em caligrafia legível, de um só lado do papel, não se devolvendo originais.

Composto e impresso nas Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil" — Rio de Janeiro — Brasil.

Quinzenario ilustrado

Fonte: *Quilombo*, n. 6, dez. 1948, p. 1.

Depois de lançado o primeiro número, houve um intervalo de cinco meses para que o impresso voltasse a ser publicado. A razão do hiato não foi explicada no jornal, mas as notícias sobre outras movimentações do grupo, como a seção “Notícias do Teatro Experimental do Negro”, na sétima página do número 2, demonstram que ele permaneceu mobilizado e atuante durante esse tempo. Do segundo ao quarto números, ele passou a ser veiculado mensalmente. Depois, houve outra interrupção de cinco meses até que o *Quilombo* retornasse à frequência mensal. Depois do número 6, o impresso interrompeu a publicação novamente, dessa vez por apenas um mês, e a edição seguinte foi publicada como equivalente a dois números: 7-8. Mesmo que durante os períodos de maior assiduidade o impresso fizesse uma publicação ao mês, a partir do número 3, o impresso passou a se apresentar como um quinzenário ilustrado.

A partir do número 4, o *Quilombo* adotou um padrão de capa com um uma grande fotografia e apenas uma coluna de texto; já no número 3, essa era a configuração da contracapa, e nas edições seguintes passou a ser a estrutura da capa. A fotografia da capa era apresentada também na segunda página, em uma pequena caixa de texto com o título “Nossa Capa”. O protagonismo da fotografia parecia estar associado à alcunha de “quinzenário ilustrado”, visto que a quantidade e o espaço ocupado por imagens fotográficas e não fotográficas também aumentaram a partir do número 3. O protagonismo das imagens pode estar relacionado a vários fatores. Um deles talvez fosse a limitação da população brasileira no que diz respeito à alfabetização na época — principalmente da população negra¹⁸ —, o que contrastaria com as letras pequenas, que costumam indicar a expectativa de um leitor fluente; mas também a tendência dos periódicos ilustrados que vinha crescendo desde as duas décadas anteriores. Como afirma Costa (2012, p. 302-303):

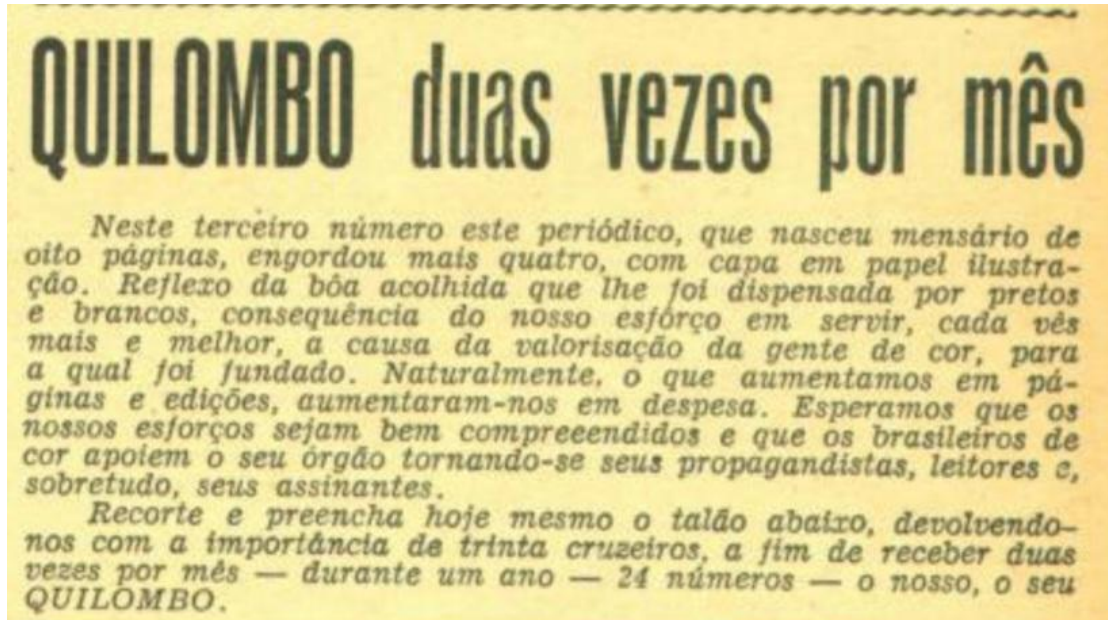
A revista ilustrada foi um produto característico da cultura moderna, gerado pelo sistema de produção capitalista de bens de consumo de massa nas duas primeiras décadas do século XX. Seu surgimento esteve intimamente relacionado ao avanço tecnológico que permitiu a inclusão da fotografia nas páginas dos periódicos, à industrialização da imprensa, à comercialização da notícia e à expansão da publicidade.

A frequência quinzenal, por sua vez, ficou no campo dos projetos, pois havia a intenção de realizá-la, mas as campanhas de arrecadação indicam que existia uma limitação orçamentária

¹⁸ Os dados gerais do Censo de 1950 demonstram que apenas 22,88% da população do país que sabia ler e escrever era negra (pretos e pardos). Além disso, no Distrito Federal, então correspondente ao Rio de Janeiro, onde o impresso era produzido, apenas 16,43% da população com 10 anos ou mais que tinha completado o grau elementar de estudos era negra (pretos e pardos).

para tal feito. No número 3, havia uma campanha de assinatura que anunciava os projetos do jornal a partir dali:

Figura 5 – Campanha de arrecadação



Fonte: *Quilombo*, n. 3, jun. 1949, p. 9.

O comunicado acima permite inferir que o impresso se lançou como um quinzenário contando com a contribuição dos colaboradores, provavelmente a partir da recepção e circulação dos dois números anteriores. É curioso perceber, no entanto, que mesmo diante da impossibilidade de publicação quinzenal, o *Quilombo* não alterou sua classificação como quinzenário na coluna de informativos sobre o jornal, o que pode sugerir que esse projeto se mantinha como um objetivo do grupo, mesmo diante de eventuais limitações. A tabela abaixo oferece mais elementos para interpretar as circunstâncias que impediram uma frequência quinzenal e provavelmente levaram à interrupção do jornal em 1950, como o número de imagens, fotografias e tipos, que demonstram os custos elevados de produção, assim como o número de anúncios, que poderiam ser importantes para financiar esses custos.

Tabela 1 – Elementos materiais do *Quilombo*

Número	Número de páginas	Número de fotografias	Número de imagens não fotográficas	Número de anúncios	Número de seções/matérias	Número de colaboradores	Número de tipos (contando os dos anúncios)	Descrição da capa	Preço em C\$
Nº 1 09/12/1948	8	12	5	0	21	11	26	Uma coluna de texto duplicada, três colunas padrão de texto, três imagens fotográficas.	1
Nº 2 09/05/1949	8	10	3	4	21	9	28	Uma coluna de texto duplicada, três colunas padrão de texto, duas imagens: um desenho e uma fotografia	1
Nº 3 06/1949	12	24	7	10	25	9	32	Uma coluna duplicada de texto, três colunas padrão de texto, seis imagens fotográficas, um dos títulos com tipografia estilizada. A contracapa apresenta a estética das capas das edições seguintes.	1,5
Nº 4 07/1949	12	18	6	8	15	6	34	Uma coluna de texto e uma imagem fotográfica ocupando todo o restante da página.	1,5
Nº 5 01/1950	12	23	3	3 (grandes)	24	8	27	Uma coluna de texto e uma imagem fotográfica ocupando todo o restante da página.	1,5
Nº 6 02/1950	12	18	3	0	24	10	24	Uma coluna de texto e uma imagem fotográfica ocupando todo o restante da página.	1,5
Nº 7/8 03-04/1950	12	31	3	2	19	6	26	Uma coluna de texto e uma imagem fotográfica ocupando todo o restante da página.	3
Nº 9 05/1950	12	31	4	1	17	8	35	Uma imagem fotográfica ocupando toda a página.	3
Nº 10 06-07/1950	12	14	3	1	18	10	23	Uma coluna de texto e uma imagem fotográfica ocupando todo o restante da página.	3

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível observar na Tabela 1, o jornal apresentava muitos elementos estéticos: uma diversidade de tipos, fotografias e imagens; anunciantes na maior parte dos números; e, entre os colaboradores, um grupo fixo que compartilhava outras ações. Essas características demonstram que o jornal tinha todas as características de um impresso sério, dentro dos padrões editoriais do período, logo, ele era um impresso caro de manter. As campanhas de arrecadação e assinatura reforçam a afirmação, feita pelo próprio diretor do jornal em entrevista já apresentada, de que a tiragem e a circulação eram relativamente baixas. Embora o jornal tenha aumentado de preço ao longo do seu tempo de circulação, como demonstra a tabela, o salário-mínimo continuou o mesmo pelos três anos:¹⁹ o valor era 380 cruzeiros, portanto, o valor do jornal equivalia a cerca de 0,8% do salário-mínimo, dado esse que o tornava pouco acessível para as camadas populares. Os anúncios que poderiam ajudar no custeio da produção estavam condicionados à tiragem e à periodicidade, que eram, respectivamente, baixa e irregular, ao que tudo indica, devido aos custos. Logo, o impasse entre os custos de produção e as condições de consumo da maioria dos leitores visados, provavelmente, esteve entre as causas do encerramento do *Quilombo*.

2.2 Os objetivos do *Quilombo*: uma análise do título, do programa e dos anúncios

O impresso, como mencionado, emergiu como parte de um conjunto de projetos mobilizado por um grupo de intelectuais negros que compartilhava outras ações e projetos, com destaque para o Teatro Experimental do Negro, que surgiu quatro anos antes com propósitos similares aos do *Quilombo*. Isso demonstra que o impresso fazia parte de um conjunto de estratégias de mobilização social e sugerem investimentos angariados com a força dos valores e aspirações de transformação social dos intelectuais que compunham o corpo editorial, como se pode observar no depoimento abaixo, de Abdias Nascimento, escrito algumas décadas depois:

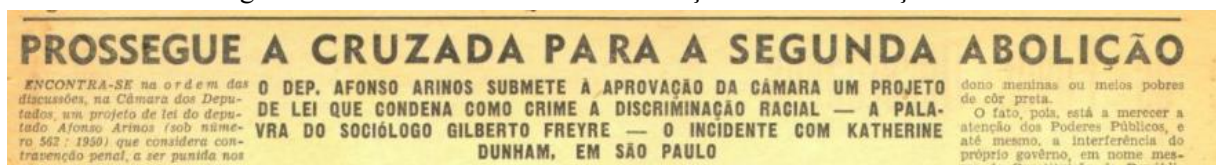
Engajado a estes propósitos, surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana européia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte (Nascimento, 2004, p. 210).

¹⁹ A tabela com a informação sobre os salários-mínimos por ano está disponível no site da Justiça Federal e pode ser acessado pelo link: <https://portal.trf6.jus.br/wp-content/uploads/2024/05/Salario-minimo.pdf>.

A intenção e/ou a motivação comum entre esses projetos sustenta a afirmação de que o impresso possuía uma natureza pedagógica, vinculada à construção de uma identidade racial entre as pessoas negras, e que caminhava associada a um objetivo mais amplo: a superação do racismo, traduzido no subtítulo do jornal — “vida, problemas e aspirações do negro”. O subtítulo indicava que as pessoas negras tinham problemas e aspirações semelhantes em decorrência da forma como se construiu a sociedade brasileira, tais como a pobreza, a autoestima, a exploração do trabalho e a marginalização de suas manifestações culturais. As aspirações pareciam se referir aos acessos negados a elas em função de sua racialidade, como é o caso da escolarização. O nome *Quilombo*, por sua vez, pode ser considerado uma metáfora do que foram os quilombos em tempos coloniais e imperiais, que, naquele momento da República, passariam a representar a união entre as pessoas negras para superar suas adversidades. No impresso, esse paralelo se evidenciava principalmente quando o jornal, ao lutar pela criminalização da discriminação racial, nomeava a criminalização como a “segunda abolição”. Dessa maneira, é possível interpretar que, se as pessoas negras se aquilombaram na colônia e no Império para lutar contra a escravização, elas deveriam se aquilombar na República para lutar contra a discriminação racial.²⁰

O uso das expressões *quilombo* e *quilombismo* como uma estratégia de mobilização, na produção teórica de Abdias Nascimento, era uma referência à união de pessoas negras motivada pelo reconhecimento das semelhanças de suas experiências sociais em prol do acolhimento mútuo e do enfrentamento do racismo. Paralelos feitos em alusão a eventos do passado do país com relação à questão racial, à escravidão e seus desdobramentos apareceram em outros momentos no impresso, como a referência à abolição para promover a luta pela criminalização da discriminação racial. As mobilizações empreendidas pelo *Quilombo*, ao lado de outros eventos, como veremos adiante, culminariam na Lei Afonso Arinos, sancionada no ano seguinte ao da manchete abaixo, em julho de 1951, que tornou a discriminação racial crime no Brasil.

Figura 6 – Manchete sobre a criminalização da discriminação racial



Fonte: *Quilombo*, n. 10, jun. 1950, p. 8.

²⁰ Essa matéria, bem como o engajamento do grupo na luta pela criminalização da discriminação racial, será melhor explorada no capítulo seguinte.

A análise do programa do impresso (Figura 2) também auxilia a compreendê-lo como agente educador. O texto do programa, além de apresentar o jornal, define os objetivos políticos do grupo. O programa circulou em cinco números que estão distribuídos pelos dois anos nos quais o jornal existiu. Mesmo que, no ano final, período de maior assiduidade de publicação, ele tenha sido suprimido, vale considerar que um programa tão robusto circulando por tanto tempo marca a identidade e os objetivos que orientam as pautas do *Quilombo*:

Nosso Programa: Trabalhar pela valorização e valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político econômico e artístico. Para atingir esses objetivos QUILOMBO propõe-se:

- 1- Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência;
- 2- esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso constituir motivo para odios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignomioso;
- 3- lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 4- combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição;
- 5- pleitear para que seja previsto e definido o crime de discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940 (*Quilombo*, n. 1, 1948, p. 3).

O programa demonstra que o impresso tinha objetivos semelhantes ao que, contemporaneamente, classificaríamos como um movimento social: uma associação de pessoas lutando por transformações no cenário coletivo, por meio de diversas estratégias, entre elas a educação, a legislação e a conscientização, tanto das pessoas negras, ao agenciar uma identidade racial, quanto da sociedade de forma geral, ao repudiar o comportamento racista.

Além de anunciar valores que eram caros ao grupo, a estratégia de comunicação expressa no programa foi evidenciar certa incoerência encontrada na sociedade brasileira. Três eram as tendências orientadoras que deveriam forjar uma representação do Brasil, na prática e no projeto de nação, citadas no trecho acima: as leis, a religiosidade cristã e o pensamento científico. Em todas elas, o racismo é condenável. Em relação à legislação, destacamos que a Constituição de 1946 (Brasil, 1946) havia retomado os direitos civis e políticos após o período ditatorial do Estado Novo, determinando as condições de cidadania e proclamando que “Todos são iguais perante a lei” (§ 1º, Art. 141, Capítulo II). Também se preocupava com a justiça social ao anunciar que “a ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. A

todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna” (§ único, Art. 145, Título V, Capítulo II). Era, portanto, um conjunto de compromissos do país estabelecido por uma assembleia formada por pessoas que se apresentavam, no documento, como “representantes do povo brasileiro”.

No que se refere ao papel da ciência, ressaltamos que o contexto de desenvolvimentismo promoveu, no período, a valorização do pensamento científico, sobretudo no que se refere à análise social. Importantes obras da sociologia brasileira²¹ haviam sido lançadas e debatidas nos anos anteriores, analisando a formação do Brasil e criando diagnósticos considerados capazes de nortear políticas públicas em direção ao desenvolvimento. Além disso, naquele momento, o racismo científico e o determinismo biológico já tinham sofrido críticas importantes, que fizeram com que eles estivessem praticamente superados, apesar da eugenia e do higienismo terem se reinventado, como veremos no próximo capítulo desta dissertação. A religiosidade cristã, por sua vez, era a grande régua moral da sociedade brasileira desde os tempos coloniais, e mesmo que o liberalismo republicano tivesse tornado o Estado laico, a Igreja era uma instituição de grande influência no que se refere ao comportamento das pessoas. A fundação da Ação Católica Brasileira também reforçou a influência dos valores cristãos na sociedade brasileira.²² O jornal buscava, assim, conquistar o leitor cristão, arregimentando-o para lutar contra o racismo, ao lembrá-lo de que a igualdade entre os seres humanos era uma das premissas do cristianismo. Aquele era um período em que aproximadamente 93,5% da população brasileira se declarava católica, segundo o censo de 1950 (IBGE, 1956).

Logo, se essas três forças de organização da sociedade eram unânimes sobre a igualdade entre os seres humanos, não era admissível, para o jornal, a ideia de superioridade racial, e não fazia sentido que o leitor, um cidadão brasileiro, não se dedicasse ao combate ao racismo ou, pior ainda, fosse racista. No entanto, embora o impresso apresentasse argumentos para combater a discriminação racial, nenhuma das três vias de argumentação condenava-a de forma explícita. Por isso, além de construir argumentos a partir da igualdade jurídica, dos princípios religiosos e das evidências científicas para combater a discriminação racial, o *Quilombo* também se dedicou a lutar por uma legislação que a criminalizasse, como indicado no quinto ponto do programa. Ressaltamos que não havia naquele momento, no Brasil, uma lei nesse

²¹ As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelos lançamentos de obras consideradas clássicas do pensamento sociológico e histórico brasileiro e de projeção de pensadores como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes.

²² Para maior aprofundamento, ver Cury (1978).

sentido. A primeira lei seria a já mencionada Lei Afonso Arinos,²³ sancionada em 1951, impulsionada, entre outros fatores, por um episódio de discriminação contra a bailarina Katherine Dunham.

Outro ponto relevante do programa são os países que o impresso toma como exemplo de combate à discriminação racial por via legal. O jornal elege a Constituição Cubana de 1940, conhecida por ser uma das mais progressistas do período, e as legislações de alguns estados dos Estados Unidos da América como referências de criminalização da discriminação racial. A Constituição Cubana citada pelo impresso condena a discriminação de forma ampla, ao tratar dos direitos fundamentais, como demonstra o excerto abaixo, mas também em situações específicas, como em relação às condições de trabalho e remuneração:

Título IV – Direitos Fundamentais

Artigo 20 – Todos os cubanos são iguais perante a lei. A República não reconhece quaisquer privilégios ou direitos.

Qualquer discriminação baseada em sexo, raça, cor ou classe, e qualquer outra discriminação prejudicial à dignidade humana, é declarada ilegal e punível.

A Lei estabelecerá as sanções que serão impostas aos infratores deste preceito. (República de Cuba, 2008, tradução nossa).

No caso estadunidense, as diferenças históricas acerca da mão de obra escravizada e dos posicionamentos em relação ao abolicionismo entre os estados do Sul e do Norte, bem como o federalismo, haviam ocasionado várias disputas legislativas a respeito da questão racial, como demonstra Feres Júnior (2007, p. 56):

Em reforço às emendas constitucionais, e com o objetivo de estender o exercício dos direitos individuais postulados nelas, o Congresso americano aprovou em 1875 o *Civil Rights Act*, que proibia o exercício da discriminação racial em todas atividades abertas ao público, como hotelaria, entretenimento, transporte, etc.

Mas a Suprema Corte anulou o Ato do Congresso com o julgamento dos casos de direito civil de 1883, nos quais pontificou que a 14ª emenda regula exclusivamente ações do governo federal, e, portanto, não autoriza a criação de legislação federal que regule práticas de empresas e indivíduos privados que estão amparados pela jurisdição de legislação estadual.

Vale ressaltar que o *Quilombo* foi produzido em um contexto anterior ao conjunto de movimentos que se convencionou nomear de luta pelos direitos civis americanos (1954-1968), que aboliu a segregação racial no país. Por isso, o impresso cita como referência jurídica de

²³ Para maior aprofundamento sobre a Lei Afonso Arinos, ver Pedrosa (2023). Questões em torno da divulgação de casos de discriminação, do episódio com a bailarina Katherine Dunham e seus desdobramentos serão discutidas no Capítulo 3.

criminalização da discriminação racial apenas “alguns estados de Norte-América” (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 3).

Marquese (2019) faz um levantamento de obras dedicadas à análise comparada da escravidão nas Américas que permite compreender as diferenças legislativas no pós-abolição. A perspectiva comparada das produções teóricas que estimularam o abolicionismo fez surgir a ideia de que a escravidão brasileira foi mais aberta do ponto de vista da possibilidade de libertação do escravizado. Essa perspectiva pode ter produzido a falsa sensação de que, no caso brasileiro, as legislações de reparação fossem menos necessárias, como analisa o autor:

Paralelamente, sem saberem das obras caribenhas de James e Williams, Gilberto Freyre (1963) e Caio Prado Jr. (1978) lançavam as bases para uma interpretação nova, cosmopolita e comparada do passado escravista brasileiro. Freyre o fez retomando o padrão de cotejamento elaborado no século XIX pelos abolicionistas norte-americanos e pelos defensores da escravidão no Brasil, que contrastaram o caráter aberto da escravidão brasileira ao caráter fechado da escravidão anglo-saxã. Caio Prado Jr., por seu turno, chamou a atenção para o padrão econômico comum de todas as zonas tropicais escravistas do Novo Mundo, apreendidas a partir da categoria de “colônias de exploração”, em um esquema analítico bastante próximo ao proposto por James e Williams e que encontraria desdobramentos de fundo nas formulações posteriores do pensamento econômico cepalino e da teoria da dependência. Williams e Freyre foram referências centrais para o que é tomado por muitos especialistas como a primeira obra acadêmica explicitamente comparada no campo da escravidão negra nas Américas: o pequeno, porém inovador livro de Frank Tannenbaum, *Slave and citizen*, de 1946. De Eric Williams, Tannenbaum retirou o argumento relativo ao caráter capitalista da escravidão anglo-saxã; de Gilberto Freyre, a percepção de que a escravidão ibérica teria um caráter aberto no que se refere às maiores possibilidades de os escravos obterem a alforria e se inscreverem positivamente nas hierarquias sociais do mundo dos livres (Marquese, 2019, p. 19).

A ideia de que a escravização dos negros africanos deveria ser superada, presente no segundo ponto do programa, carregava uma mensagem pacificadora, que pode ser associada ao comunicado da seção “Nós”, em que Abdias Nascimento anuncia que não pretendem criar um problema no país nem segregar. No entanto, diferente da seção “Nós”, em que o autor se dirige à sociedade brasileira de forma mais ampla, nesse trecho do programa, o objetivo é “esclarecer ao negro”, ou seja, combater entre as pessoas negras uma eventual rivalidade em relação às pessoas brancas, argumentando que a escravidão já havia sido superada e que não havia sido orquestrada pelas pessoas brancas daquele período, mas de tempos passados. Eliminar esse eventual ressentimento era importante para atingir o objetivo de integrar o negro à sociedade, pois, para o sucesso do movimento, era necessário que as pessoas negras quisessem ser integradas, o que não aconteceria se elas vissem as pessoas brancas como algozes.

Por fim, como detalharemos em outro momento desta dissertação, a questão da educação também está presente no programa como ferramenta para promover a valorização e a “valorização” do homem de cor, conforme ambicionava o jornal. No caso do programa, a alusão era à escolarização, devido ao entendimento de que os estudos poderiam auxiliar na melhoria do nível socioeconômico, livrando as pessoas negras dos problemas relacionados à pobreza. Além disso, a menção ao ensino superior e às instituições militares também pode estar associada ao interesse de ver representada a população negra em postos de trabalho considerados elevados ou de autoridade, conforme desenvolveremos no capítulo seguinte.

Além do programa do jornal, no primeiro número, a seção “Nós” apresenta as intenções, os valores e o objetivo do impresso e seus leitores visados:

Nós saímos — vigorosa e ativamente — ao encontro de todos aqueles que acreditam, — com ingenuidade ou malícia —, que pretendemos criar um problema no país. A discriminação de cor e de raça no Brasil é uma questão de fato (Senador Hamilton Nogueira). Porém a luta de QUILOMBO não é especialmente contra os que negam os nossos direitos, sinão em especial para fazer lembrar ou conhecer ao próprio negro os seus direitos a vida e a cultura. [...]

O nosso trabalho, o esforço de QUILOMBO é para que o negro rompa o dique das resistências atuais com seu valor humano e cultural, dentro de um clima de legalidade democrática que assegura a todos os brasileiros igualdade de oportunidade e obrigações. Os atentados à essa paridade jurídica, e de fato praticado frequentemente em nosso meio, são anti-democráticos, separatistas e lesivos a integração nacional da qual negro é um dos principais protagonistas. Nós recusamos o “gheto”, a “linha de cor” que dia a dia vem se acentuando em nossas relações sociais tentando exilar-nos em nossa terra e em nosso espírito (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 1).²⁴

Como se pode observar, a principal intenção do jornal era a valorização das pessoas negras do Brasil e a superação do preconceito racial. Percebe-se também que o público principal a quem o impresso se dirigia eram as pessoas negras, mas envolvia também as demais pessoas da sociedade que se engajavam no debate racial, independentemente da posição delas em relação a isso. As estratégias adotadas para alcançar esses objetivos envolviam projetos com diferentes ênfases, como sugere o impresso. Entre esses projetos, estava a promoção de eventos, como os concursos de beleza, congressos, oficinas e peças de teatro, que eventualmente alcançavam outros públicos, além dos leitores do impresso. Essa percepção reforça a interpretação do jornal como ferramenta de mobilização social correspondente aos valores e à agenda do movimento negro da época. É interessante ainda observar, no trecho acima, que o

²⁴ Optamos por manter a ortografia em todas as citações do jornal *Quilombo*, pois acreditamos que o leitor do presente não terá nenhuma dificuldade em entender os trechos.

impresso não se posiciona contra aqueles que negam o preconceito racial como um problema nacional, mas vai ao encontro deles, no sentido de convencê-los. Nessa direção, o jornal evidenciava a ideia de integração: a união e formação de consciência entre as pessoas negras tinha como objetivo superar as desigualdades que as acometia, e não isolar a população negra para eventualmente protegê-la da discriminação. Nesse sentido, o jornal defendia a não existência de guetos, formados pelo que define como “linha de côr”, mas a luta de todos em torno de uma causa comum. Para isso, era preciso transformar a mentalidade dos potenciais discriminadores.

A análise dos anúncios publicados também pode ajudar a compreender o projeto educativo do impresso. Como mencionado, a partir do segundo número, o *Quilombo* passou a contar com anunciantes diversos, alguns mais regionais, como uma tinturaria, outros de marcas internacionais, como a Bayer, e até estatais, como a Caixa Econômica Federal. Nas edições de número 2 a 5, no entanto, havia um anúncio mais notável do que os demais, tanto pelo espaço que ocupava quanto pela recorrência com que passou a aparecer. Tratava-se de anúncios do Serviço Social do Comércio (SESC) que ocupavam $\frac{4}{5}$ de página. Embora os anúncios não vendessem nenhum produto, difundiam os serviços de saúde oferecidos pelo SESC, que, nas palavras do anunciante, “nada te custa, teu empregador o mantém em teu benefício e no de tua família” (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 6). A origem do SESC remonta a um conjunto de entidades criadas ao longo da década de 1940 que buscava qualificar o trabalhador no espaço do próprio trabalho. Criado em setembro de 1946, por meio de um decreto, o SESC foi a terceira dessas iniciativas.²⁵ Os objetivos de sua criação descritos na legislação abaixo remetem à relação de Getúlio Vargas com o trabalhismo e à questão de classes, que tinham inspiração no corporativismo italiano (Fortes, 2007), ou seja, buscavam pacificar a rivalidade entre trabalhadores e patrões:

Considerando que o Serviço Social, do Comércio muito poderá contribuir para o fortalecimento da solidariedade entre as classes, o bem estar da coletividade comerciária e, bem assim, para a defesa dos valores espirituais que se fundam as tradições da nossa civilização, DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC), com a finalidade de planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade (Brasil, 1946).

²⁵ Além do Serviço Social do Comércio, as principais entidades criadas nessa conjuntura foram: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fundado em 1942; Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1942; e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), fundado em 1946.

Por mais que o SESC tenha sido criado na gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), ele integra um conjunto de ações que se iniciou com o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1942. A preocupação com a “solidariedade entre as classes”, como indica o trecho acima, reflete a intenção de evitar um conflito de classes consequente da organização política e social dos trabalhadores a partir da identidade de classe. Os objetivos do SESC estavam ligados a uma integração da população brasileira, no que se refere a uma possível rivalidade econômica, e isso, de certa maneira, comunga com a postura do *Quilombo* no que diz respeito à questão racial: a busca pela integração das raças, ou seja, mesmo que se busque a construção de um pertencimento e uma aglutinação entre as pessoas negras, não há, no discurso produzido pelo jornal, nenhuma ideia de rivalidade ou de oposição em relação às pessoas brancas. Além dos inúmeros anúncios do SESC observados ao longo dos 10 números do impresso, a publicação fazia menções elogiosas ao SESI, como na coluna “A luta pela harmonia social”, veiculada no número 6, quando a entidade foi parabenizada por ser “uma força de conagraçamento coletivo” (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 10). O viés corporativista fica ainda mais evidente quando se observa, na mesma matéria, a seguinte afirmação: “Sob patrocínio do Serviço Social da Indústria, criado pelos industriais, o operário realiza sua emancipação” (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 10). No número, na seção “Tópicos”, há mais uma evidência da congruência entre o objetivo de integração racial do impresso e o projeto de harmonização entre classes das entidades do que, contemporaneamente, é denominado Sistema S: “Nosso movimento [do *Quilombo*] não é um protesto: é uma afirmação. Não se inspira na luta de classes; inspira-se na ideia de cooperação. Não tem por lema segregar; mas unir” (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 3). Essa similaridade de posicionamentos por si só já explica o número de anúncios e o evidente interesse do SESC em financiar parcialmente o *Quilombo* e em associar sua imagem ao impresso, mas há ainda outro elemento comum: a educação. Trata-se, principalmente, da educação para o trabalho, tanto pela formação moral do trabalhador quanto pela profissionalização propriamente dita. O empresariado brasileiro, representado pelo SESC e pelo SESI, tinha interesse em formar trabalhadores, e o *Quilombo* acreditava que a educação profissional promoveria trabalho digno e ascensão socioeconômica.

Figura 7 – Anúncio do SESC

COMERCIÁRIO!

O SESC Carioca, nos seus Postos de Puericultura e nas suas Casas do Comerciário, aparelhados de acordo com a ciência e a técnica modernas, proporciona aos filhos dos comerciários, até a idade de 14 anos, toda a assistência médico-social de que necessitam.

Matriculando teu filho no SESC estarás cuidando de um bem inestimável - a saúde - da qual depende principalmente a eficiência, na coesividade, do homem de amanhã.

E não te esqueças:
O Sesc nada te custa; teu empregador o mantém em teu benefício e ao de tua família.

SESC
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

Fonte: *Quilombo*, jun. 1949, n. 3, p. 10.

Os elementos acima apresentados nos permitem uma compreensão do jornal como agente de discussões e transformações, ultrapassando a noção de que seria apenas de um veículo de transmissão das ideias de seus colaboradores. O programa e a seção “Nós” apresentam a missão e os valores do impresso que estariam acima de qualquer eventual posicionamento controverso que viesse a aparecer em suas páginas, destacando seu caráter integracionista e conciliador, sem fugir das lutas necessárias para atingir seus objetivos, se posicionando, assim, como um espaço aberto para o debate acerca da questão racial e das soluções para combater problemas, bem como para atingir as aspirações do negro brasileiro. Os anúncios, ao lado dos elementos que nos permitem mensurar os custos de produção, permitem reflexões a respeito dos desafios enfrentados pelo corpo editorial para manter o *Quilombo*, além de inspirar as inferências a respeito das redes de sociabilidade que o cercavam, como veremos abaixo.

2.3 A trajetória dos idealizadores

Para a compreensão dos propósitos educativos do impresso *Quilombo*, é necessário, ainda, analisar o perfil dos seus idealizadores e colaboradores. Para a realização da análise, selecionamos os autores que colaboraram em pelo menos três números do jornal e que integraram pelo menos um dos outros projetos e ou eventos²⁶ associados à questão racial, que tenham sido divulgados ou discutidos no *Quilombo*, para entender a trajetória, os valores e os objetivos sociais e políticos do corpo editorial, pensando-o como um movimento social. Dessa maneira, chegamos aos seguintes nomes: Abdias Nascimento; Edison Carneiro; Guerreiro Ramos; Ironildes Rodrigues; João Conceição; Maria Nascimento e Péricles Leal. Eles podem ser compreendidos, portanto, como o núcleo de um grupo de mobilização social que tem por base a criação e difusão de uma identidade racial positiva entre as pessoas negras e a ascensão social, econômica e política dessa parcela da população.

Investigando obras biográficas dos intelectuais mencionados, foi possível identificar pontos em comum em suas trajetórias, além de mapear, ainda que parcialmente, as redes de sociabilidade que levaram ao encontro e à mobilização do grupo. A ideia de rede de sociabilidade aqui é pensada a partir da definição de Sirinelli ao analisar as relações no meio intelectual:

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas (Sirinelli, 1996, p. 248).

A educação como projeto de ascensão ou de manutenção do status social e econômico é um desses pontos em comum: a escolarização conferiu a esses indivíduos a identidade de intelectuais. Xavier (2020, p. 33) apresenta Maria Nascimento como “mulher negra, oriunda de família da classe trabalhadora, que ascendeu por meio da educação”, e, mencionando a trajetória de outras mulheres intelectuais negras, destaca o processo de intelectualização como uma estratégia de ativismo coletivo, organizado por várias famílias negras no pós-abolição.

A participação de Maria Nascimento no *Quilombo* esteve especialmente ligada ao público feminino. Além de escrever ocupou o cargo de diretora-secretária dos números 1 a 4 e

²⁶ Entre os projetos e eventos estão, principalmente, o Teatro Experimental do Negro (TEN) e sua agenda; a Conferência Nacional do Negro; concursos de beleza negra como Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe; o Congresso do Negro Brasileiro de 1949; o Instituto Nacional do Negro; e o Conselho Nacional das Mulheres Negras.

passou a ser diretora-gerente a partir do quinto número, substituindo João Conceição. As preocupações de Maria Nascimento na coluna se relacionavam com as questões atreladas a experiências das mulheres, especialmente das mulheres negras, como o trabalho doméstico e a educação de crianças. A preocupação com a alfabetização também aparecia na coluna e nas ações de Maria no TEN. Um primo de Maria, em entrevista a Xavier (2020, p. 42), declarou: “Lembrei até de conversas que tive com Abdias sobre o tema da importância dela nisso [alfabetização]. Maria foi quem indagou: ‘como o pessoal iria fazer teatro sem conseguir ler um texto?’”. Na ocasião da mobilização no TEN e no período de publicação do *Quilombo*, Maria Nascimento era casada com Abdias. As pesquisas de Xavier (2020) revelam que eles eram primos distantes e que se aproximaram no curso de Contabilidade do Ateneu de Franca, no estado de São Paulo, cidade natal de ambos.

Abdias Nascimento também teve seu processo de formação intelectual integrado ao seu engajamento social e político. Vieira e Correa (2022) apontam que a formação e a intelectualização de Abdias foram centrais entre as estratégias de ascensão e busca por protagonismo social e político como um homem negro. Sua primeira formação foi em Contabilidade como modalidade de profissionalização do ensino secundário na sua cidade natal, Franca, como mencionado. Aos 16 anos, em 1930, Abdias se mudou para a capital do estado como voluntário do exército. Entre os soldados, se diferenciava dos demais por possuir ensino secundário, o que o permitiu galgar posições mais intelectualizadas e adquirir outras formações. Ainda no exército, passou a se mobilizar em prol da questão racial, por meio da Legião Negra²⁷ durante a Revolução Constitucionalista de 1932.²⁸ A partir desse momento, as formas de mobilização adotadas por Abdias colocaram a imprensa, o letramento e a associação a grupos racializados como elementos fundantes da sua identidade política. Vieira e Correa (2022) demonstram que o envolvimento de Abdias na Revolução Constitucionalista como militar lhe rendeu contatos que o levaram a se mobilizar na Frente Negra Brasileira, por meio da qual atuou na imprensa, pela primeira vez, no jornal *A Voz da Raça* e, depois, no jornal *A Offensiva*, no Rio de Janeiro. Abdias, portanto, começou a atuar em um movimento negro organizado a partir da sua condição de letrado, usando a leitura e a escrita como estratégias.

²⁷ A Legião Negra foi um batalhão do exército formado apenas por militares negros durante a Revolução Constitucionalista em 1932; estima-se que a Legião chegou a ter cerca de 2 mil homens que foram colocados na linha de frente dos combates. Para mais informações, ver Gomes (2005).

²⁸ A Revolução Constitucionalista foi um movimento armado que se desenvolveu no estado de São Paulo e questionou a legalidade do primeiro mandato de Getúlio Vargas, tinha como principal pauta a exigência da elaboração de uma nova constituição para o país. Para maior aprofundamento, ver Domingues (2003).

Após se envolver em uma ocorrência policial, ao reagir a um episódio de discriminação racial em 1936, Abdias foi expulso do exército e se mudou para o Rio de Janeiro, onde voltou a se organizar politicamente. Foi preso como opositor do regime varguista e, posteriormente, adquiriu um diploma universitário em Economia. Antes de fundar o *Quilombo*, Abdias atuou no jornal *O Povo* e se engajou em outros projetos destinados ao combate à discriminação racial no Brasil (Vieira; Correa, 2022). Entre eles, estava o Teatro Experimental do Negro, provavelmente o primeiro em que Abdias atuou como liderança negra. O jornal *Quilombo* foi criado como expressão do papel da imprensa e da cultura letrada na formação de Abdias Nascimento e, também, a partir do reconhecimento da imprensa como ferramenta de mobilização e publicização/validação de registros naquele período.

Abdias Nascimento teve uma extensa atuação como intelectual, artista e político brasileiro. Durante sua vida, teve seus pensamentos e ações impactados por eventos diversos, como a luta pelos direitos civis das pessoas negras nos Estados Unidos, a Ditadura Civil-Militar brasileira e o conseqüente exílio, o movimento pan-africanista no contexto das lutas de independência no continente africano na segunda metade do século XX, o Projeto Unesco,²⁹ entre muitos outros que, pelo que se pode depreender de suas obras e de outros autores, foram reinventando-o. O autor também se engajou em muitos grupos políticos e de contestação social, por isso é difícil precisar quem era Abdias Nascimento na década de 1940, quando o impresso foi criado, dada a multiplicidade de suas facetas. Àquela altura, certamente já fazia parte de uma elite intelectual e tinha bons contatos com a elite política, haja vista os acessos que possuía, por exemplo, ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro³⁰ e até mesmo o acesso às condições de produção de um impresso (Vieira; Correa, 2022).

A intelectualização como caminho de ascensão também é descrita por Maio e Santos (1996, p. 179) ao relatar a trajetória de Guerreiro Ramos: “Baiano, mulato e oriundo das classes subalternas: eis a origem de Guerreiro Ramos”. Após frequentar as melhores instituições educacionais de Salvador, migrou para o Rio de Janeiro porque recebeu uma bolsa de estudos. Tornou-se, além de um intelectual, ativista social e funcionário público federal. Embora Guerreiro Ramos já tivesse provavelmente se cruzado com Abdias em momento anterior, devido à sua atuação política, a maior parte das aparições de Guerreiro Ramos no impresso foi registrando suas atividades no TEN e seus trabalhos como escritor.

²⁹ O Projeto foi um ciclo de estudos sobre as relações raciais no Brasil patrocinado pela Unesco no início dos anos 1950. Na ocasião, o Brasil era visto internacionalmente como um caso excepcional de harmonia racial. Para maior compreensão do impacto do Projeto Unesco no pensamento racial, ver, entre outros, Maio (1999).

³⁰ O Theatro foi fundado em 1909, no alvorecer da República, para ser a principal casa de espetáculos do Brasil. Portanto, o acesso à casa era limitado e guardado para a elite artística.

João Conceição foi o diretor-gerente do *Quilombo* durante os cinco primeiros números, além de assinar várias matérias do impresso durante esse tempo, como a coluna “Para Frente, Todos!” no número dois, uma coluna convidando à mobilização em que a frase “só depende de nós, negros” (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 5) permite inferir seu pertencimento étnico-racial. Na segunda página do quinto número foi publicado um quadro informando que o jornalista afastou-se do cargo no *Quilombo* porque havia se tornado correspondente no Brasil de um jornal estadunidense: o *The Pittsburgh Courier*. A partir de então, João continuou sendo colaborador no *Quilombo*, assinando matérias e traduções de matérias de periódicos e outros textos da mídia estrangeira.³¹ As informações disponíveis no impresso permitem identificar João Conceição como jornalista por suas atividades e não há dados sobre sua formação. Sua ascensão profissional pode ser atribuída, de forma tácita, ao domínio da leitura e da escrita.

Péricles Leal já nasceu em um ambiente familiarizado com a leitura e a escrita, o único branco entre os intelectuais atuantes no TEN e no *Quilombo* investigados neste trabalho. Filho de um jurista e jornalista, em uma reportagem de televisão que o homenageou,³² a família relatou que ele já escrevia artigos jornalísticos desde os 12 anos. A participação no TEN e no *Quilombo* marcam apenas o início de sua carreira como dramaturgo, tendo escrito, mais tarde, novelas para grandes emissoras de televisão, como a TV Tupi e a TV Globo. No impresso, as participações de Péricles estão sempre associadas ao teatro e à literatura, tendo assinado algumas vezes a seção “Livros” e de forma fixa a seção “Teatro Negro no Brasil”. O tema das matérias assinadas pelo jornalista já indicava sua área de interesse. No caso da trajetória de Péricles Leal, a educação e o letramento não figuraram como forma de ascensão social, visto que, aparentemente, ele já vinha de uma família com algum prestígio: seu pai, José Simeão Leal, tinha múltiplas formações (médico, jornalista, diplomata) e morou em diferentes partes do país exercendo cargos públicos. Além disso, atuou como crítico de arte, em diferentes cidades no estado da Paraíba e na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo que a educação não tenha sido um caminho de ascensão para Péricles, ela tinha papel fundante na vida da família, já que o que provia a família e guiava as mudanças de cidade era o trabalho intelectualizado de seu pai. Além disso, evidentemente, o ofício do pai influenciou Péricles, que seguiu um caminho relativamente parecido.³³

³¹ Não foram encontradas informações sobre a trajetória de João Conceição além da sua atuação como jornalista, comunicada no próprio impresso. Na edição de número 5, é informado que ele atuava como professor particular, sem detalhamento de área ou segmento.

³² PÉRICLES Leal, o criador esquecido. 2009. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VkkwTx57hY>. Acesso em: 14 jan. 2025.

³³ As informações sobre Péricles Leal estão disponíveis na biografia do site do Museu Brasileiro de Rádio e Televisão, bem como na reportagem da TV Cultura e no verbete do Itaú Cultural.

Figura 8 – Abdias Nascimento e Péricles Leal em outubro de 1958



Fonte: Arquivo Nacional.

Assim como Péricles, Edison Carneiro veio de uma família com histórico de escolarização. Filho de um engenheiro civil e professor, nasceu em Salvador, em uma família negra de classe média que tinha outros profissionais intelectuais. Entre os intelectuais envolvidos no *Quilombo*, Edison talvez seja o que tenha a postura política mais subversiva para a época, visto que, desde a adolescência, se relacionou com figuras assumidamente comunistas no Brasil, tais como Jorge Amado e Carlos Marighella. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1939, então capital do Brasil, como parte de seu anseio de se projetar como escritor. Ao apontar a construção da identidade intelectual e, conseqüentemente, política de Edison, Rossi (2011) indica que:

o interesse de Edison Carneiro pela cultura afro-brasileira começou a se pronunciar a partir de suas atividades junto à Academia dos Rebeldes, com a sua conversão ideológica ao comunismo, tal interesse praticamente selaria os destinos de sua produção intelectual e de suas conseqüentes tomadas de posição no campo intelectual brasileiro (Rossi, 2011, p. 133).

Levando em consideração a postura política aparente do impresso, por meio da veiculação de campanhas e dos posicionamentos ideológicos explícitos em trechos acima, é possível inferir que as contribuições de Edison se restringiam às matérias que ele assinava. A maioria delas tematizava a cultura afro-brasileira, principalmente as religiões de matriz

africana, temas que estavam presentes em outros trabalhos de Edison ao longo de sua trajetória.³⁴

Ironildes Rodrigues teve sua atuação mais notável no TEN como alfabetizador, mas sua trajetória como professor se inicia antes. Mineiro de Uberlândia, Ironildes se mudou para o Rio de Janeiro, no início da década de 1940, para cursar o preparatório para o curso de Direito (Rodrigues, 1998). Sua trajetória de escolarização e intelectualização orientam sua atuação como professor, visto que, diante das dificuldades financeiras, precisou adiar sua formação para conciliar os estudos com o trabalho. Entre as funções que desempenhou, passou a preparar jovens que desejavam ingressar na Faculdade Nacional de Direito, como ele havia feito. Sua trajetória como liderança negra se tornou reconhecida e é, até hoje, celebrada pelo IPEAFRO na aba “Personalidades” do portal. A partir do TEN, Ironildes passa a se mobilizar pela questão racial:

Foi a minha pugna para a libertação social e econômica do negro, por assim dizer, feita lá na província, com uma turma de negros decididos e idealistas que sentiam, como um espinho picando-lhes a alma, toda a segregação do mundo dos brancos racistas. Não tinha ideia desse movimento em conjunto num plano de luta total pelo Brasil afora. Só em contato com um negro de gênio como Aguinaldo Camargo é que tive a ventura de penetrar num reduto em que um pugilo de crioulos rebeldes e indomáveis mostrava o que era brigar de gato por uma ideia aliada a um forte contingente cultural e espiritual que era o Teatro Experimental do Negro (Rodrigues, 1998, p. 207).

O relato de Ironildes reforça a premissa de que o grupo envolvido na produção do *Quilombo* e dos outros projetos em torno do TEN pode ser considerado como um movimento social organizado. Indica, ainda, as motivações e aspirações coletivas por trás desses projetos, que tinham a educação como eixo fundamental. Ironildes Rodrigues (1998, p. 208) declara que o “Teatro Experimental do Negro tinha por base o teatro como um veículo poderoso de educação popular”. Essa afirmação nos permite interpretar os valores e princípios transmitidos pelo teatro como educação, mas também aponta para a função de Ironildes no TEN, que se inicia com um curso de alfabetização para adultos, ministrado junto com Maria Nascimento. Como relatado pelo autor: “além dos rudimentos de Português, História, Aritmética e Educação Moral e Cívica, ensinei também noções da História e Evolução do Teatro Universal, tudo entremeado com lições sobre o folclore afro-brasileiro e as façanhas e lendas dos maiores vultos de nossa raça” (Rodrigues, 1998, p. 208). Se, por um lado, é possível visualizar nos conteúdos

³⁴ Os livros de Édison Carneiro lançados anterior e contemporaneamente ao *Quilombo* indicam a área de interesse do autor: *Religiões negras* (1936), *Negros bantos* (1937), *O Quilombo dos Palmares* (1947), *Castro Alves* (1947), *Candomblés da Bahia* (1948), e *Antologia do negro brasileiro* (1950). As quatro últimas obras foram mencionadas no impresso.

listados por Ironildes um alinhamento com o currículo escolar do período, por outro, também é visível a inclusão de outros elementos compatíveis com o propósito de positivar e ampliar a mobilização em torno da identidade racial das pessoas negras.

A similaridade entre as jornadas dos intelectuais negros que produziram o *Quilombo*, os usos da leitura e da escrita em suas vidas, bem como a conjuntura histórica em que se movimentaram,³⁵ explicam a centralidade da educação como tema em seus projetos e especialmente no *Quilombo*, que surge como porta-voz do grupo.

2.4 A postura política do corpo editorial

As matérias e notícias veiculadas no *Quilombo* indicavam o comprometimento do grupo com a política, desde o incentivo a uma participação política estratégica por parte dos leitores até a promoção de várias candidaturas preocupadas com a desigualdade racial, como é o caso da candidatura de Abdias Nascimento, em 1950, para o cargo de vereador no Rio de Janeiro, divulgada nos números 6, 7-8, 9 e 10. As obras biográficas consultadas também demonstram que a trajetória política de Abdias tinha influenciado sua projeção até ali. Como mencionado, Abdias inicia sua vida política a partir de sua carreira militar na Frente Negra Brasileira, o que lhe rendeu uma associação com o Integralismo. Esse envolvimento político causou, mais tarde, sua prisão como opositor ao regime estadonovista. Na obra coletiva *Memória do exílio*, de 1976, Abdias explica as polêmicas envolvendo sua atuação política na década de 1930:

Refletindo hoje, agora, é fácil dizer que o caminho certo é o da esquerda. Mas aí é que é. A coisa é meio complicada. Todas as minhas coisas foram e são complicadas. Andei por todo canto, e tive problemas tanto na direita quanto na esquerda. Naquele momento de perplexidade, antes mesmo de sair do exército, já me alistara ao movimento integralista. [...]

As lutas nacionalistas e antiimperialistas, a oposição ao capitalismo e à burguesia, foram os temas que me atraíram para fileiras integralistas. Etapa importante da minha vida. No integralismo foi onde pela primeira vez comecei a entender a realidade social, econômica e política do país e as implicações internacionais que o envolviam (Nascimento, 1976, p. 29-30).

Guerreiro Ramos, assim como Abdias Nascimento, teve um envolvimento político determinante na sua posição e projeção intelectual. Maio e Santos (1996) apontam para o fato de que, antes de ir para o Rio de Janeiro, Guerreiro Ramos havia trabalhado para Isaías Alves,

³⁵ Após a queda do Estado Novo e dos regimes nazifascistas com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil e diversos outros países passaram por uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas. A influência estadunidense atribuiu à educação uma perspectiva liberal de ascensão tanto individual como nacional (desenvolvimentismo), como detalharemos no capítulo 3 desta dissertação. Para maior aprofundamento, ver Lombardi (2014).

um importante político da região e irmão do futuro interventor no estado da Bahia, Landulfo Alves. No momento de sua participação nas ações do TEN e do *Quilombo*, Guerreiro era funcionário do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e compartilhava com Abdias um passado de envolvimento nebuloso com a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os contatos políticos de Guerreiro Ramos nos anos 1930 teriam lhe rendido dificuldades para se firmar na carreira acadêmica na década posterior, visto que, após a derrota do nazifascismo no mundo, a associação com o getulismo passou a ser mal interpretada do ponto de vista das ciências sociais, já que muitos eram os elementos que o associavam ao fascismo. No entanto, esses mesmos contatos garantiram a Guerreiro Ramos facilidades na carreira como funcionário público.

As biografias acima permitem inferir que o envolvimento, tanto de Guerreiro Ramos quanto de Abdias, com o integralismo não se traduz na postura política fascista que se atribui ao núcleo mais expressivo da AIB, e foi provavelmente nesse período de formação político/ideológica que seus caminhos se encontraram.

No impresso, algumas figuras políticas aparecem com menções elogiosas, a maioria delas associada a figuras que representavam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou o Partido Social Democrático (PSD), ambos associados ao varguismo, o primeiro fundado pelo próprio Getúlio Vargas e o segundo por ex-interventores do Estado Novo. Entre essas figuras, estavam o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra (PSD), o então candidato a deputado Jael de Oliveira Lima (PSD) — que aparece em muitos números como patrocinador de alguns projetos —, e o deputado Benício Fontenele (PTB) — que na página 10 do número 9 do impresso, em 1950, anuncia voto em Getúlio Vargas nas eleições presidenciais que se seguiram. Além disso, o jornal promovia candidaturas de vários outros partidos, desde que os candidatos fossem negros. A aparição dessas figuras, associadas aos anúncios do SESC e aos elogios ao SESI, fazem com que seja possível afirmar que o impresso era propenso ao conjunto de ideias e pessoas que circundavam Getúlio Vargas, embora isso pareça uma contradição com o passado de Abdias.

Embora haja uma aparente incoerência entre a postura política de importantes organizadores do grupo antes da fundação do *Quilombo* e o posicionamento político do impresso, é possível entender o pragmatismo dessa organização. O relato de Abdias acima transcrito mostra que essas contradições eram mais circunstanciais do que ideológicas, visto que o nacionalismo, os direitos sociais e a busca pela soberania nacional aparecem como valores comuns aos projetos de Vargas e ao posicionamento de Abdias.

Conforme apontado por Ferreira (2001), o PTB herda do varguismo a associação com o trabalhador após o Estado Novo e, conseqüentemente, a confiança das massas. Embora, para o

autor, seja inegável certa manipulação da população, essa manipulação não é absoluta. De forma prática, “no primeiro governo de Vargas, os trabalhadores tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos, e, a partir de cálculos sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios da legislação por submissão política” (Ferreira, 2001, p. 81). Cruzando essa constatação com o posicionamento de Abdias sobre a complexidade política dos anos 1930-1950 e considerando a conjuntura diplomática³⁶ nos anos de circulação do jornal, compreende-se que lutar pelos direitos de grupos subalternizados exigia estratégia. Essa estratégia precisava associar a construção de identidade — de classe ou de raça— necessária à mobilização da ideia de integração nacional, ao mesmo tempo em que mencionava a igualdade jurídica entre os homens.

Foi um trabalho cuidadoso construir e fazer circular um jornal com objetivos tão ambiciosos e que se comunicava com diferentes públicos para alcançá-los. Transformar a vida, resolver os problemas e alcançar as aspirações da população negra brasileira na virada dos anos 1940 para 1950 demandava a organização da identidade racial entre a população, a promoção de importantes discussões no campo acadêmico e o estabelecimento de acordos e alianças políticas. A combinação dessas operações resultou nos discursos e nas práticas desenvolvidos pelo *Quilombo*, que analisaremos nos capítulos seguintes.

³⁶ Eram os primeiros anos da Guerra Fria e o Brasil, assim como os demais países da América Latina, sofria influência dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, a preocupação com a coerência com o alinhamento ao bloco capitalista revestia de cuidado a comunicação dos grupos políticos com as massas sobre direitos sociais. A exemplo dessa preocupação, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade em 1946 e teve seus mandatos cassados. Para mais informações sobre ver Oliveira (2017).

3

**“O NEGRO QUER ESTUDAR E PROGREDIR”: A EDUCAÇÃO COMO
ASPIRAÇÃO NO PROJETO DO *QUILOMBO***

Neste capítulo, analisaremos como a educação é abordada no impresso *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* (1948-1950). As reflexões partirão da categorização das menções explícitas à educação, alfabetização, escola, leitura, escrita e termos semelhantes. Nesse sentido, a análise se organiza a partir de quatro eixos: o papel da educação nos projetos de desenvolvimento coletivo ou pessoal; a forma como se estruturou a educação escolar em outros países, tomando-os como exemplo ou os criticando; os tipos e/ou níveis educacionais mencionados (formal/não formal, acadêmica/profissional, básica/superior); e, por fim, as estratégias empreendidas pelo *Quilombo* para promover a educação entre as pessoas negras. A menção à educação, como destacamos no Capítulo 2, já aparece no programa do jornal, que a considera, explicitamente, como um instrumento para alcançar as aspirações do grupo como movimento social:

Trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político econômico e artístico. Para atingir esses objetivos QUILOMBO propõe-se:

[...]

3. lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 3).

As palavras *valorização* e *valoração* anunciando não só o terceiro ponto (referente à educação), mas todos os pontos do programa, são um demonstrador das estratégias do *Quilombo*: buscar reconhecimento do valor que já existe no homem de cor e adicionar valor a ele por meio de vários “setores”, entre eles, a educação. O trecho acima demonstra, além das intenções do grupo em relação à população negra, algumas aspirações mais gerais em relação à educação no Brasil: a afirmação “enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus” é um indício de que, no imaginário do corpo editorial, a ampliação do acesso à educação no país aconteceria; era somente uma questão de tempo.

O protagonismo da educação nas ações individuais dos colaboradores e nas mobilizações sociais e políticas verificado no impresso também pode ser observado em outras esferas da sociedade brasileira daquele período. A educação era vista, de modo geral, em uma perspectiva liberal de ascensão, em seus múltiplos sentidos, em um contexto de transformações

— econômicas, sociais e políticas — no Brasil e no cenário mundial, após a queda do Estado Novo e dos regimes nazifascistas, com o fim da Segunda Guerra. No campo educacional, desde, pelo menos, os anos 1930, foram implementadas diferentes reformas de ensino em âmbito nacional, criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), elaboradas e publicadas obras fundantes do pensamento pedagógico brasileiro e organizadas campanhas de alfabetização de adultos e de educação rural. Nesse contexto, tornam-se estreitas as relações entre educação, trabalho e desenvolvimento, conforme apontado por Lombardi (2014). Esse contexto explica tanto a importância dada à educação pelo grupo quanto a crença de que em breve ela se tornaria pública e gratuita em todos os níveis, conforme indica o excerto abaixo:

Na estratégia de desenvolvimento então proposta, a educação deveria desempenhar um papel fundamental. Com isso, também na área educacional, a concepção de planejamento para todos os setores da vida social, da economia à assistência, passou a ser recomendada pelos organismos internacionais. Não é por outro motivo que, no Brasil, alguns intelectuais, com trânsito nos Estados Unidos e em organismos internacionais como a Unesco, passam a ter crescente importância. Não é de pouca importância que já no governo de Gaspar Dutra (1946-1951), Lourenço Filho e Anísio Teixeira eram tidos como assessores de primeira linha para questões educacionais (Marcílio, 2005, p. 122). A influência do grupo dos “normalistas”, para usar a denominação de Marisa Correa e usada por Maria Luiza Marcílio, para designar o grupo formado especialmente por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Francisco Campos, passou a ser forte com o fim do período ditatorial, colocando-se como uma verdadeira missão o combate à ignorância das massas (idem, p. 238). Nesse contexto de fim da Segunda Guerra Mundial, era através do grupo de intelectuais liberais identificados com a causa das liberdades, que a influência da ONU e da UNESCO passou a ser articulada (Lombardi, 2014, p. 31-32).

Moreira (2017) demonstra ainda que, mesmo alguns anos antes (entre os anos 1920 e 1930), a ampliação do ensino secundário e as disputas em torno do seu objetivo indicavam a educação como projeto para modernizar a República:

O chamado movimento da Escola Nova surge nesse contexto, como uma das expressões do largo empenho em associar reforma da educação e reforma social. De outro, acreditava-se que a instrução pública ao superar os estreitos limites cívico-nacionalistas serviria à reconstrução social e a regeneração moral. O movimento da Escola Nova desenvolveu-se a partir de inovações pedagógicas em modelos e experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte (Moreira, 2017, p. 117).

Além de o impresso ter sido publicado nesse contexto de valorização da educação, diversos indicadores mostram que a população negra era, muitas vezes, excluída dos espaços socialmente validados de produção e circulação do conhecimento. Os dados do Censo de 1950

(IBGE, 1956) revelam que, entre a população branca de 10 anos ou mais, o índice de analfabetismo era de 39,8%, enquanto entre a população negra (pretos e pardos), na mesma faixa etária, a taxa era de 69,3%. Ou seja, para a população negra o acesso à educação era consideravelmente reduzido, o que explica os esforços concentrados do grupo para viabilizar esse acesso.

A promoção da educação como caminho para a superação da discriminação racial também foi utilizada em outras agremiações, como a Frente Negra Brasileira, na qual Abdias Nascimento se mobilizou. Domingues (2016) defende, a partir da análise dos exemplares do jornal *A Voz da Raça*,³⁷ que o departamento de instrução foi o que mais se destacou entre os departamentos da FNB. Além de a Frente Negra ter lançado um jornal em que, segundo Domingues (2008), quase todos os exemplares faziam alusão à educação e incentivavam a instrução da população negra, ela também criou um curso de alfabetização de jovens e adultos — todas essas iniciativas cerca de 10 anos antes da fundação do *Quilombo*. A trajetória de Abdias na Frente Negra, como visto no capítulo anterior, provavelmente também influenciou a adoção desse padrão de mobilização social por meio da valorização e da promoção da educação.

3.1 O papel da educação

A primeira seleção de trechos do impresso demonstra que, como indicado no programa do jornal, a educação era vista como um caminho para que as pessoas negras pudessem ascender socialmente e, assim, vencer a subalternização. Neste caso, o conceito de educação era amplo, sem restrição de modalidade ou nível, pois todo tipo de atividade educativa parecia ser benéfica, em algum aspecto, para atingir os objetivos do corpo editorial: promover a valorização do “homem de cor”. Os trechos selecionados para compor este tópico não só indicam a aposta na educação das pessoas negras como caminho para sua “elevação” como grupo, contribuindo para a mitigação do racismo, mas também trazem exemplos de pessoas negras que, por meio da educação, ascenderam socialmente, passando, em tese, a experimentar uma vida melhor e com menos problemas.

Essas ideias, uma vez mais, somente podem ser compreendidas quando analisamos ideários mais amplos que estavam em circulação no período, como a eugenia e o higienismo. No Brasil, o movimento eugenista remonta ao final do século XIX, mas é possível interpretar os projetos de eugenia e higienismo desde o início da República, e a educação esteve associada

³⁷ *A Voz da Raça* foi o jornal criado pela Frente Negra Brasileira para ser porta-voz e parte das suas estratégias de mobilização, circulou entre os anos de 1933 e 1937.

a esses projetos nas diferentes fases. Nos anos iniciais da República, a mestiçagem era vista como um problema para o país, pois inviabilizava a ideia de pureza racial. O ano de 1911 foi marcante na história brasileira quando se fala em eugenia, pois foi quando Batista Lacerda, no Congresso Universal de Raças, em Londres, proferiu o discurso em que argumentava que a mestiçagem culminaria no branqueamento do povo brasileiro. Esse discurso anunciaria uma nova fase da eugenia, em que o objetivo era fazer com que negros e indígenas desaparecessem ao longo do tempo. Logo, esse se tornou um projeto relacionado ao desenvolvimento nacional, conforme analisa Silva (2013, p. 904):

A população passou a ser considerada na sua constituição biológica e o Estado tratou de ajustar as estratégias de governo a partir de outras formas de governamento, de novos regimes de verdade sobre a vida e, ainda, sobre a raça. A eugenia será a ciência da espécie humana, considerada na sua diversidade racial. Será o saber da intervenção, inflexão sobre os desejados e indesejados, os eugênicos e disgênicos, os (bio)anormais, os que merecem ou não viver/procriar.

Nesse sentido, mesmo que no Brasil a eugenia não tenha promovido um projeto nacional instrumentalizado de controle de reprodução, a educação escolar agia como uma forma de normalizar o discurso eugenista e de formar os educandos para a eugenia: “Os dispositivos normalizadores, como é o caso da educação, ou melhor, da instituição escola, terão na verdade da raça novos aportes para a construção de sujeitos eugênicos” (Silva, 2013, p. 904). Essa fase foi marcada pelo determinismo biológico, que atribuía a algumas características genéticas determinados “vícios sociais”, ainda muito influenciada pelas teorias de Cesare Lombroso, Guglielmo Ferrero, e, no Brasil, representadas e reproduzidas principalmente por Nina Rodrigues e Renato Kehl. A partir dessa ideia de mestiçagem transitória, a eugenia deixou de estar ligada à ideia de pureza racial e passou a ser associada à ideia de melhoramento da espécie.

A partir da década de 1920, o pensamento eugênico passou a se associar ao pensamento higienista — que buscava a erradicação das “pestilências” que assolavam o Brasil —, pela sua relação com a ideia de melhoramento, como demonstrado por Silva (2013), e essa associação entre eugenia e higienismo estaria relacionada até mesmo à fundação do Ministério da Educação e da Saúde em 1931.

Frente às precárias condições sanitárias do país, os eugenistas brasileiros atentavam, sobretudo, para o higienismo, para a eugenia preventiva, que na percepção de Belisário Penna era a verdadeira Medicina Social. Para ele a higiene era a “precursora no aperfeiçoamento da humanidade” (PENNA, 1923, p. IV). Kehl (1920 apud SOUZA, 2006, p. 55) (Silva, 2013, p. 912).

O autor indica que essa busca por aperfeiçoamento, que uniu o higienismo à eugenia, teria inspirado reformas educacionais e “investimento em conferências em escolas e instituições educacionais, a publicação em jornais e livros de acesso mais amplo da população escolar” (Silva, 2013, p. 913). Alguns anos mais tarde, quando, “no governo Vargas, se assume a miscigenação como aporte para a identidade nacional, se institui, na mesma ordem, a chamada ‘ideologia’ da ‘democracia racial’ como biopolítica no Estado Novo” (Silva, 2013, p. 919), e a educação passa a ser vista como forma de aperfeiçoamento dos comportamentos que conduziriam a população à sua “melhor” versão, a partir do que o autor chamou de “dispositivos disciplinantes”. É nesse sentido que a educação parece ser tomada por iniciativas, assim como a do *Quilombo*, como forma de adicionar valor às pessoas negras. Trabalhos como os de Arantes (2016) demonstram o impacto da eugenia e do higienismo na história da educação, a partir da atuação e dos discursos de intelectuais envolvidos com a educação, como Ulysses Pernambucano, Carneiro Leão e Aníbal Bruno, que contribuíram tanto para a elaboração de reformas educacionais quanto para a elaboração de manuais e de práticas escolares que favorecessem a eugenia, por volta da década de 1930.

Em relação à aposta na educação da população negra para superar uma sociedade desigual, marcada pelo racismo, os textos publicados no *Quilombo* seguem as tendências do período. De alguma maneira, a ideia de elevação por meio do acesso à escolarização produzia a compreensão de que a presença da população negra se tornaria mais aceitável em determinados espaços sociais, porque ela seria transformada para atender aos padrões hegemônicos. Em entrevista concedida ao jornal, Abelardo Santana, dono de uma banca de livros, afirmou que, quando a população negra pudesse acessar a educação em todos os níveis, o país teria uma população “superior”. Compara, ainda, a situação dessa população com a dos imigrantes europeus, o que leva o(a) leitor(a) a entender que a superioridade a que se refere está relacionada ao trabalho e à educação, que promoveria um melhoramento da raça em um sentido higienista; indica também a influência da cultura letrada europeia nas concepções de educação e desenvolvimento. É o que podemos observar no trecho abaixo:

no dia em que houver possibilidades para os patricios de Henrique Dias (negros) ingressarem nas escolas, da primária à superior, sem constrangimentos; no dia em que meus irmãos de raça seguirem o exemplo da formiga ou dos imigrantes europeus que trabalham e poupam no verão para não perecer no inverno, nesse dia o Brasil terá em mãos um material humano muitas vezes superior ao importado do além mar (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 3).

A expressão *material humano* e a ideia de melhoramento transmitida pelo uso da palavra *superior* indicam a influência da eugenia e do higienismo como projetos nacionais, muito fortes

na primeira fase da República, mas ainda influente no contexto da década de 1940, em que pensamentos, mesmo considerados progressistas para o período, seguiam o raciocínio de que as pessoas negras precisavam ser, de alguma maneira, corrigidas pela educação e pelo trabalho e estimuladas ao “melhoramento”, conforme aponta Silva (2013, p. 904):

A educação era a “arma” mais poderosa de divulgação e implementação de políticas higienista-eugenistas no país. Educação e Eugenia foi o título da conferência de abertura do Congresso Eugênico Brasileiro (1929), proferida por Levi Carneiro (1929, p. 115), onde defendia a educação como meio de intervenção eugênica. Estava claro, inclusive observado outras manifestações no Congresso, que era preciso uma estratégia pedagógica para que a eugenia fosse possível nessas terras mestiças e doentes.

Outros trechos do impresso reafirmam o pensamento de que a educação e o trabalho eram caminhos para o desenvolvimento dos “homens de cor”:

Este operário trabalhava de dia e estudava de noite. No ano passado graduou-se em técnico de contabilidade pela academia do comércio do Rio de Janeiro. É filho de Manoel Arruda da Costa; seu esforço e tenacidade, serve de exemplo a muitos rapazes e moças de cor que não estudam sobre a alegação de que não tem tempo, esquecendo de que a atenção intelectual e social é fruto de trabalho árduo, até mesmo sacrifícios. Sentimo-nos orgulhosos de registrar, mesmo atrasados, a formatura de Djalma Arruda da Costa, a quem auguramos uma carreira brilhante (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 11).

No caso acima, a celebração da formatura de uma pessoa “de cor” tem dois aspectos marcantes: a combinação entre educação e trabalho, destacada tanto pela concomitância das duas atividades na primeira frase como pela perspectiva de “carreira brilhante” que a educação trouxe para o trabalhador celebrado; e a apresentação de Djalma como exemplo para os negros, cujo trabalho se apresentava como um empecilho para dedicação aos estudos. Do ponto de vista coletivo, o sucesso alcançado por pessoas negras por meio dessa combinação representava ainda a comprovação de que a inferioridade que o comportamento racista atribuía aos negros não era de ordem biológica, mas sim fruto das desigualdades sociais, como demonstra a argumentação abaixo, publicada em uma seção sem assinatura, intitulada “Valorização do homem de cor”:

A princípio, eram apenas algumas vozes isoladas. Hoje milhares de negros, em todo o território nacional, despertam do marasco a que se haviam entregado, olhando para o alto, procurando enxergar a luz da liberdade, liberdade da ignorância, da miséria, do analfabetismo, etc. [...] Existe já uma disciplina, uma união, uma consciência de raça. O negro não é um sêr inferior. Façam desaparecer as barreiras da ignorância, da miséria, e do analfabetismo — e ei-lo a brilhar nas artes, nas letras, no comércio, na política (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 3).

Se em alguns momentos o impresso atribuía aos seus leitores negros a responsabilidade de buscar a educação como mecanismo de elevação, convencendo-os a fazê-la inclusive por meio de exemplos de “pessoas de cor” bem-sucedidas, em outras matérias trazia problematizações e reivindicações de acesso à educação em direção a um interlocutor mais amplo, como o Estado ou a sociedade como um todo. É interessante observar que a falta de acesso à educação é vista como um dos fatores, ao lado de outros, como a “miséria econômica”, que causariam a desigualdade social. As causas da desigualdade não estariam, assim, no indivíduo, mas em questões de ordem social. Além disso, contrariamente a uma visão ainda presente no período, influenciada pelo pensamento eugênico, também não estava em uma suposta inferioridade dos “mestiços”. É o que se pode ver em artigo de Arthur Ramos publicado na seção “Democracia racial”, no segundo número do impresso:

A experiência da “mistura de raças” nos trópicos veio revelar que não havia nenhum inconveniente no resultado destas misturas. Inferioridades do produto mestiço, quando surgem, estão ligadas não ao fenômeno da mistura, mas há outros fatores deficitários de meio, como desigualdades de oportunidades de educação, miséria econômica, vícios ou falhas alimentares, etc. (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 8).

Arthur Ramos teve uma grande relevância na transformação do pensamento eugênico no Brasil, pois, no que se refere à formação e produção intelectual, teve uma trajetória semelhante à do eugenista Nina Rodrigues: era médico psiquiatra, mas se dedicou a estudos que tomavam a raça como tema em um sentido antropológico — atuou inclusive como professor do curso Raças e Culturas no Brasil, na Universidade de Louisiana, nos EUA. Essa semelhança conferia a Arthur Ramos legitimidade científica, nos padrões da época, para elaborar teorias raciais que poderíamos considerar, no que se refere à mestiçagem, mais progressistas.³⁸ O posicionamento de Arthur Ramos faz com que ele se torne voz importante dentro do impresso, pois se insere, na verdade, no contexto de um projeto nacional (político e intelectual) de valorização da mestiçagem como marca identitária da brasilidade, iniciado na década de 1930, com a publicação de obras como a de Gilberto Freyre e a propaganda getulista, de uniformização cultural, em que a mestiçagem é tratada como uma vantagem. Esse pensamento surge para lidar com a ideia de que a mestiçagem era uma fase intermediária em direção ao branqueamento — promovida pelos pensadores eugenistas brasileiros do final do Império e do

³⁸ Para maior aprofundamento sobre Arthur Ramos, ver Oliveira (2023).

início da República, em que a eugenia guiava o plano de consolidação da nação.³⁹ Arthur Ramos apresentava, conforme apontado por D’Ávila (2006), um posicionamento mais moderado, ainda que dentro do pensamento higienista, pois defendia, nas palavras do autor, “que a negritude e a mistura racial eram menos importantes do que o ambiente e a cultura como determinantes da competência e transformando-o [o pensamento popular sobre raça] em uma mitologia sobre a evolução social e histórica do Brasil” (D’Ávila, 2006, p. 30). Nesse sentido, o pensamento de Ramos servia aos propósitos do jornal de promover uma leitura social que atribuísse a outros elementos, sem determinismos biológicos, os “atrasos” da civilização brasileira; e as baixas oportunidades de acesso à educação figuravam como um dos principais elementos.

Há ainda outros momentos em que o acesso à educação e a superação da pobreza são indicados como formas de contornar a discriminação racial e os demais problemas enfrentados pela população negra. O trecho abaixo é parte de uma entrevista com um membro de um clube negro de Porto Alegre, a Sociedade Recreativa da Floresta Aurora, fundada antes mesmo da abolição, como indica a matéria, em 1872. Os princípios do clube parecem inspiradores para o impresso, a julgar pelas expressões destacadas no texto, tais como “devemos ajudar uns aos outros”. Demonstra também a ideia de que a união e o apoio mútuo entre os negros seriam fundamentais para superar as dificuldades enfrentadas por essa parcela da população, entre elas, os “atos discriminatórios”:

O Negro gaúcho que quer estudar e progredir: [...] Quem poderá negar, tendo boa fé e conhecimento de causa, que dentre as nossas questões básicas de progresso está a da coesão? O negro que possui mais instrução normalmente se afasta dos demais. Isso é um erro. Dirão os negros que conseguiram situar-se melhor na vida que a aproximação com seus irmãos de baixo só lhes poderá trazer prejuízo. Não penso assim. Com união os negros constituíram uma opinião pública que não permitiria a prática dos atos discriminatórios que diariamente se registram no país, e também seriam autossuficientes para se educarem e melhorar seu nível socioeconômico (*Quilombo*, 1949, n. 9 p. 2).

A ideia de união entre os negros para viabilizar conquistas entre a comunidade, como o acesso à educação, é uma ideia que precede a conceituação contemporânea de quilombamento ou quilombismo, proposta mais tarde por Nascimento (2019). Esse caminho se configurava como mais um dos muitos propostos em combinação pelo impresso, junto do incentivo individual, da cobrança ao Estado e a representantes políticos, além da organização de oficinas e cursos de financiamentos de origem diversa, para oportunizar a educação das pessoas negras.

³⁹ Jerry D’Ávila (2006) estuda as elaborações a respeito da mestiçagem e sua relação com a educação no Brasil em um período imediatamente anterior à época em que o *Quilombo* foi produzido. Para uma compreensão mais panorâmica a respeito da mestiçagem no Brasil, ver Munanga (2019).

Essa combinação de movimentos e estratégias indicava, entre outros elementos, um diálogo aberto a respeito da questão racial no Brasil — pois acolhia tanto um pensamento moderadamente higienista, como o de Arthur Ramos, até discursos mais afirmativos a respeito da identidade negra, como o da Sociedade Recreativa da Floresta Aurora — e também certo pragmatismo no que se refere à questão racial, pois mais do que compreender a origem das desigualdades e da discriminação, buscava-se resolvê-las. A união entre as pessoas negras é instrumentalizada na convocação de eventos que possibilitavam o alinhamento do movimento, como na convocação para o congresso abaixo:

Há muito tempo Arthur Ramos, o mestre cujo recente desaparecimento abriu um desses claros impreenchíveis em nossa cultura, já falava da responsabilidade que cabia aos líderes negros na adoção de medidas que objetivassem a melhoria das condições de vida da população de côr. O negro passaria da condição de matéria prima de estudiosos para a de modelador da sua própria conduta, do seu próprio destino. [...] Deseja o Congresso encontrar medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional. [...] Durante o congresso o negro procurará estudar-se, decifrar sua personalidade e configurar seus problemas coletivos (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 1).

Em vista disso, a educação tem dois papéis articulados: promover a ascensão socioeconômica, garantindo melhores empregos e carreiras que remuneram melhor, e instruir as pessoas negras para a vida social das camadas dominantes, por meio do estímulo à absorção dos saberes, hábitos e expressões culturais hegemônicas. Combinados esses dois efeitos, a educação passa a ser apresentada como a “salvação” para a população negra, conforme demonstrado abaixo:

Nós, os negros, devemos estar alertas e escolher para nosso candidato aquele que, como Truman, souber corajosa e patrioticamente enfrentar a repugnante discriminação nas oportunidades ao bem-estar e a humilhante discriminação que nos é imposta em muitos setores da vida administrativa do país. Mas urgente importante, porém, é a tarefa de salvar o brasileiro de cor, de dignificá-lo através da educação e da sua melhoria econômica. A gente negra destaca-se em nosso conglomerado demográfico qual mancha de miséria, ignorância e aviltamento (*Quilombo*, 1950, n. 3, p. 1).

O trecho acima é parte de uma matéria assinada por Abdias Nascimento e demonstra a pretensão de que a educação promovesse a “melhoria econômica” do brasileiro de cor, usando as palavras *salvar* e *dignificar* para nomear o processo pelo qual passaria o povo negro ao alcançar a escolarização. A reflexão sobre a escolha de representantes políticos que viabilizassem essa salvação fazia parte do discurso do jornal, que em outras ocasiões anunciou candidaturas e apresentou projetos de candidatos cujos projetos incluíssem, de alguma maneira,

a mitigação das desigualdades raciais. A exemplo, Nascimento cita Harry Truman, então presidente dos EUA, que havia iniciado o processo de dessegregação no ano anterior começando pelas forças armadas e aquecendo a discussão da dessegregação em outras áreas (Chappell, 2008).

Em outros trechos, o pleno acesso à educação e à alfabetização aparece como esperança associada a projetos que já estavam sendo desenvolvidos, como uma espécie de exercício de futuro em que as pessoas negras tivessem seus problemas resolvidos e suas aspirações alcançadas. É o caso das atividades da Fundação Leão XIII,⁴⁰ elogiada por Maria Nascimento no trecho abaixo:

Quem porventura tiver visitando uma das aulas já poderá ter a esperança como eu tenho de que um dia talvez mesmo amanhã a juventude dos morros do Rio não será mais analfabeta. E aqui chegamos ao ponto fundamental da valorização da gente de cor: a educação. Pela educação é que havemos de conquistar igualdade moral, intelectual, cultural, artística, econômica e política. Quando todo negro souber ler e escrever teremos o passo mais decisivo para nossa própria recuperação. Enfim, educar e alfabetizar a população dos morros é uma forma de libertar e emancipar a gente negra. Porque a ignorância, o analfabetismo, é a forma mais terrível de escravidão (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 11).

O trecho reforça o potencial “salvador” da educação e incentiva a escolarização como meta fundamental para que a “gente de cor” alcance todas as suas aspirações. A combinação dos discursos analisados até aqui visava promover reflexões que culminassem em uma corrente de pensamento que favorecesse o acesso à educação para o objetivo maior do jornal, que era a integração plena das pessoas negras na sociedade brasileira e a extinção do comportamento discriminatório ou supremacista, conforme demonstra o excerto abaixo:

Por que os brasileiros de cor, patrioticamente interessados no estudo dos meios que os conduzam à sua integração definitiva na nacionalidade, através da ascensão social e econômica possibilitada pela educação e pela cultura, estão praticamente liderando a elaboração de um pensamento, precipitando e forçando a cristalização de uma política racial cujo conteúdo ideológico se encontra em nossa tradição, em nossos costumes, que nunca permitiram ou endossaram a supremacia de um grupo étnico sobre os representantes de outras raças (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 1).

Além de associar a educação e a ascensão socioeconômica como duas ferramentas para a superação da discriminação racial e para a integração social das pessoas negras, como grupo,

⁴⁰ A Fundação Leão XVIII é uma instituição assistencialista, criada em 1947, que existe até os dias atuais com os mesmos propósitos. Na matéria assinada por Maria Nascimento, a Fundação estava sendo elogiada pelas atividades que desenvolvia na Comunidade do Salgueiro. Para mais informações sobre a fundação, ver seu site oficial disponível em: <https://www.leaoxiii.rj.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

os trechos também indicam, como referido, a educação como caminho para a ascensão individual. Essas duas ideias não são, entretanto, contraditórias, pois revelam um objetivo político de que pessoas negras ascendessem economicamente e ocupassem cargos e posições sociais de destaque por meio do apoio mútuo dentro da comunidade negra. Ter pessoas negras em posições de destaque ou de autoridade, além de possivelmente promover a representação dos interesses da comunidade, estimulava outras pessoas negras a tentarem alcançar esses lugares, principalmente por meio dos estudos. Nesse sentido, o *Quilombo* passou a apresentar personalidades negras que obtiveram sucesso profissional por meio dos estudos como uma forma de incentivo pelo exemplo, tanto para os possíveis futuros educandos quanto para os potenciais fomentadores do acesso à educação:

Fernando Paes de Oliveira tem envergadura de artista internacional, pela qualidade do seu meio de expressão, pela cultura artística que possui, pela fina educação que exorna sua forte personalidade. Temos certeza de muito em breve Fernando Paes será uma glória nacional, um orgulho e um exemplo para os negros do Brasil (*Quilombo*, 1950, n. 5 p. 2).

Comemoramos esse mês mais um aniversário da morte de Mário de Andrade, daquele que foi, com justiça, a mais completa organização de escritor dos últimos 35 anos. [...] O homem de letras (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 2).

A escolha de J. Romão da Silva para sócio titular da entidade máxima de estudos geográficos da nossa terra, — figurando ao lado de nomes da maior projeção nacional e internacional, marca uma justa recompensa aos esforços desse negro humilde e estudioso competente e largamente familiarizado com os diversos ramos da geografia sobre os pontos de vista técnico e prático (*Quilombo*, 1950, n. 7-8, p. 4).

Ainda seguindo a lógica da promoção da educação para viabilizar a ascensão socioeconômica, o impresso veiculava projetos (de figuras políticas e organizações sociais) que apostavam nessa operação e, para isso, marcava a diferença entre as pessoas que haviam passado por um processo de escolarização/intelectualização e as que não haviam passado:

A Conferência Nacional do Negro, considerando a conveniência de se continuar o estudo das questões referentes ao negro e em geral do homem de cor, em reunião democrática resolve convocar o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, iniciativa do Teatro Experimental do Negro entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 1950 no Distrito Federal. A conferência nacional do negro convida os escritores, os historiadores, os antropólogos, os folcloristas, os musicistas, os sociólogos e os intelectuais em geral a prestigiar, com a sua colaboração, a realização do Congresso, e pede a cooperação de negros e mulatos, homens do povo, para que o Congresso possa ser representativo das aspirações e tendências gerais da população de cor (*Quilombo*, 1949, n. 3, p. 5).

Quem é democrata sincero, quem não guarda sentimentos anti-negros, evita a degradação e o amesquinamento do povo de côm, ajuda-o a se elevar com dignidade pessoal e coletiva e isso só se consegue com estudo e não através de carnavais, escolas de samba terreiros de macumbas, que mesmo sendo, como de fato são legítimas manifestações da alma negra [...] não ajudam a galgar posições mais elevadas nos quadros de nossa sociedade (*Quilombo*, 1949, n. 4, p. 3).

Nos dois exemplos acima há uma separação, no primeiro caso, entre os intelectuais e os “homens do povo”, e no segundo trecho há uma separação entre as manifestações da cultura negra popular e a cultura letrada,⁴¹ em que figuram os estudos. É importante ressaltar que o segundo trecho (parte da coluna “Branco de alma preta”) integra uma homenagem a um escritor que usou uma premiação para criar uma bolsa de estudos para jovens negros.

Essa diferenciação entre os intelectuais e os homens do povo feita pelo jornal nos trechos acima remete à ideia do letramento abordada na introdução, pois, como pensado por Soares (2009), há uma diferença na percepção e no tratamento social do sujeito que utiliza a leitura e a escrita na sua prática cotidiana numa sociedade grafocêntrica. O contexto de valorização da educação objetivando o desenvolvimento em que se inseria o impresso refletia as influências disso. Podemos citar como exemplo o trecho de uma carta veiculada em página inteira que tematizava a liberdade religiosa: “Como católico, como advogado, como intelectual, cumpria ao Chefe de Polícia respeitar a liberdade de consciência, o direito alheio e a livre manifestação do pensamento. Foi o que fiz” (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 11). A fala indica que ser letrado era um adjetivo ou condição de valor e que, por isso, se espera de um intelectual um comportamento socialmente mais razoável do que o de uma pessoa não letrada. Evidencia-se, mais uma vez, o valor da educação para o corpo editorial do impresso e para a sociedade da época.

Ainda no que se refere ao acesso à educação, o *Quilombo* também denunciava casos de crianças e jovens negros que tiveram suas matrículas negadas em escolas em virtude do seu pertencimento étnico-racial. Dois casos, por exemplo, foram denunciados na coluna “Linha de côm”, escrita por Raquel de Queiroz, publicada na seção “Arquivo” do primeiro número, e outros na coluna “Tribuna estudantil”, como se pode ver nos trechos abaixo:

Recorda o caso denunciado pela minha cara amiga e grande escritora Lia Correa Dutra, a respeito de dois alunos seus que não foram admitidos em certa escola oficial — porque eram mulatos? E por falar em escolas, sabe, o meu distinto confrade, que a Fundação Rio Branco, escola de preparação de rapazes para carreira diplomática, igualmente recusa alunos de côm? (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 2).

⁴¹ A promoção da cultura hegemônica e o projeto de “elevação cultural” serão melhor desenvolvidos no capítulo seguinte.

É comum, quando se diz que em determinados educandários não é permitido ao jovem de côr se matricular, surgirem acomodados dizendo enfaticamente: “— A questão é simplesmente econômica. Se o negro tiver dinheiro poderá estudar onde ele aprover”. No entanto a questão verdadeiramente não se reduz a isto. Ai está o Colégio Notre Dame de Sion, que não aceita alunas negras, nem mesmo que elas se sujeitem a pagar apesar das mensalidades. No mesmo caso se encontram os colégios Andrews, Benett, N.S. de Lourdes e tantos outros, para citar apenas estabelecimentos secundários. O mais estranhavel é que determinados educandários dirigidos por padres católicos e freiras também se destaquem nessa frente constituída para impedir a formação intelectual da gente de côr. Amai-vos uns aos outros... (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 4).

As denúncias acima demonstram que a falta de acesso à educação não estava apenas ligada ao número de instituições escolares disponíveis ou a recursos financeiros que possibilitassem aos negros pagar por educação ou dedicar-se aos estudos em vez de empregar seu tempo e energia em atividades remuneradas, mas também à discriminação racial que os impedia de estar em algumas instituições. Era necessário, nesse sentido, entre os esforços para promover a educação, além de criar estabelecimentos de ensino, ampliar o número de vagas disponíveis, convencer as pessoas negras a buscarem a escolarização e combater a discriminação racial. O impresso veiculou ainda outros casos de discriminação racial para sustentar uma batalha cara ao corpo editorial: a luta pela criminalização do racismo, que inclusive impactaria, entre outras aspirações, o acesso à educação. A reivindicação, chamada pelo impresso de “A segunda abolição”, buscava combater a “discriminação de cor”. As denúncias de discriminação racial apareciam com o objetivo de comprovar o racismo brasileiro, de modo a justificar as ações para combatê-lo. Essa mobilização alcançou seu objetivo quando foi sancionada a, já mencionada, Lei Afonso Arinos, que tipificava como “contravenção penal” os atos de discriminação racial, determinava a igualdade de tratamento e previa direitos iguais independente da “raça ou cor” dos cidadãos.

As notícias da época⁴² associaram a repercussão do tema e a elaboração da lei a um episódio de racismo sofrido pela bailarina estadunidense Katherine Dunham, que estava em cartaz no Teatro Municipal de São Paulo e teria sido impedida de se hospedar no Hotel Esplanada devido à cor de sua pele. Na ocasião, a bailarina teria feito um desabafo em entrevista e a repercussão acalorou o debate sobre o preconceito racial na câmara. Dunham tinha alguma proximidade com integrantes do TEN e do *Quilombo*, em especial com Abdias Nascimento, tendo concedido entrevista ao impresso na edição de número 10. Antes disso, Abdias, junto a

⁴² Uma matéria recente da BBC News explica o caso: CARVALHO, Rone. A dançarina americana que ajudou a criar a primeira lei contra racismo do Brasil. *BBC News Brasil*, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgk9gxd3do.amp>. Acesso em: 16 out. 2024.

um grupo de artistas negros do TEN, havia sido barrado no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, em um ato de discriminação racial — sobre o qual o presidente Eurico Gaspar Dutra teria se pronunciado em repúdio.⁴³

Isso demonstra a relevância das denúncias e, conseqüentemente, o papel do *Quilombo* e a eficácia de sua estratégia para alcançar a criminalização da discriminação racial. Quando se tratava de discriminação sofrida em um estabelecimento educacional, na concepção do jornal, parecia haver um agravante: ela impedia que pessoas negras não só tivessem acesso a um espaço ou a um bem, como também as impedia de superar a posição de subalternização na sociedade, visto que a educação promoveria a “elevação” ou a “valorização” do homem de cor, reduzindo os problemas por ele enfrentados.

A opinião de Jael Oliveira Lima, engenheiro branco cuja candidatura a deputado foi apoiada pelo *Quilombo*, apresentada em entrevista, evidencia mais uma vez a educação como “arma para vencer” os desafios impostos pela subalternização das pessoas negras e pobres. Arma esta que aparentemente fazia parte do seu projeto político:

Vindo da escravidão sem preparo, sem base educacional e profissional, o negro brasileiro encontrou-se sem armas para vencer, daí o baixo nível de vida que hoje desfruta. Mas isso não é sinal de falta de capacidade, inferioridade, falta de inteligência e energia realizadora. A gente negra é de uma vitalidade espantosa, de um vivacidade espiritual e mental admiráveis. Precisamos ajudar essa gente boa e simples (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 5).

O nome de Jael Oliveira Lima foi destaque em outras ocasiões no impresso por apoiar financeiramente os eventos promovidos pelo corpo editorial, ao lado de outras figuras políticas dispostas a se engajar no objetivo de promover a valorização da população negra por meio da educação e da cultura, como anuncia o impresso. A valorização poderia se converter ainda na “salvação” dessas pessoas de destinos ruins, como a criminalidade. Era o que sugeria o impresso em uma coluna sobre criminalidade: “Eis o objetivo do nosso movimento, que não se limita a um setor apenas mas que abrange todos os campos da atividade humana, procurando a agir sobretudo como operante fator de educação, de valorização, recuperação e de consciência” (*Quilombo*, 1950, n. 7-8, p. 3).

Nesse caso, a educação e a intelectualização têm, além de um papel socioeconômico na promoção da valorização dos indivíduos, uma função moralizante — também associada à ética do trabalho e à lógica higienista acima discutidas —, prevista na ideia de “recuperação da

⁴³ Tanto o episódio de discriminação racial como o pronunciamento de Eurico Gaspar Dutra, intitulado “Dutra contra o racismo”, foram publicados no *Quilombo* (fev. 1950, n. 6, p. 4).

consciência”. Esse papel se assemelha ao apresentado no trecho da carta (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 11), citado anteriormente, em que o seu autor esperava um comportamento diferente do chefe de polícia, porque ele era um intelectual. A análise do trecho acima e da carta remetem à tendência da educação civilizatória, que, embora não estivesse em seu auge no momento de produção e circulação do impresso, estava, de certa forma, enraizada no pensamento educacional brasileiro.

Os trechos que fazem alusão explícita à educação e à alfabetização apresentam quase uma unanimidade nos posicionamentos expostos no jornal: o acesso à escolarização seria benéfico e poderia promover a ascensão econômica e social da população negra. Havia também o entendimento de que a falta de acesso à alfabetização e à escolarização era um dos principais obstáculos para a superação dos problemas raciais. Foi identificada, em relação a essa tendência geral, apenas uma exceção, no número 5, em uma matéria assinada por Guerreiro Ramos. Mais tarde, no número 10, Guerreiro Ramos trata o processo educacional de forma positiva, contradizendo a sua posição no número 5. Seguem os trechos:

Quando Augusto Comte disse que os mortos dirigem cada vez mais os vivos pôs o dedo neste problema da auto-mutilação que cada homem se impõe a fim de encaixar-se no sistema social. A educação é, em boa parte, um treinamento que objetiva “reduzir a independência e a liberdade do indivíduo até o nível necessário à existência social” Reiner Maria Rilke disse que ela consiste em substituir os dons por lugares comuns (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 6).

Com respeito aos homens de cor, oferece-lhes a sociedade brasileira praticamente todas as franquias. E se há um problema dos homens de cor em nosso país, ele consiste eminentemente em exercitá-los pela cultura e pela educação para usar aquelas franquias (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 11).

Como podemos observar, as citações apresentadas sobre o papel da educação tanto para os indivíduos como para a comunidade negra, e para a sociedade de maneira mais ampla, trazem uma certa uniformidade nos discursos veiculados pelo impresso: desenvolver, promover ascensão, “elevação” ou “melhoramento”. Há, no entanto, outra percepção que se refere ao papel da educação e/ou da cultura letrada. O trecho abaixo atribui a uma fundação educacional o papel de reconhecer e registrar as produções negras. Atribuição essa que caminha em direção ao objetivo de “valorar”, ou seja, reconhecer e divulgar o valor já existente das manifestações negras.

Fundação do “Centro Literário de Estudos afro-brasileiros”, em janeiro deste ano em Porto Alegre, é por si só motivo de satisfação entre negros e brancos interessados no conhecimento da cultura que os pretos trouxeram da África para o Brasil (*Quilombo*, 1949, n. 4, p. 4).

O trecho acima, veiculado na coluna “Letras — uma revista afro-brasileira”, celebrava a fundação de um centro literário e a publicação de um impresso ligado a ele, a revista *Letras*. Tanto o centro literário quanto a revista são expressões do que o impresso chamou de “valorização” do homem de cor, pois se propunham a estudar, produzir e divulgar saberes afro-brasileiros nos moldes da cultura letrada, promovendo um reconhecimento desses conhecimentos como valiosos ou legítimos e, conseqüentemente, do valor da população negra e de suas expressões para a constituição da sociedade brasileira.

O papel da educação na concepção do *Quilombo*, portanto, estava relacionado aos objetivos de promover a “valorização e a valorização do negro brasileiro”, conforme anunciado no programa citado no início do capítulo. No que se refere às menções explícitas à educação, a valorização estava mais ligada à busca por escolarização e à escolarização para a pessoas negras. No entanto, a educação empreendida pelo impresso, por meio de suas matérias, também buscava demonstrar o valor dos saberes, das práticas e das realizações da população negra brasileira, como no caso da revista fundada pelo centro literário citado, que em outro momento a matéria anunciou como “nossa colega”.

3.2 Exemplos educacionais

Em algumas menções à educação, escolarização e alfabetização, o *Quilombo* apontou e discutiu casos, tendências e modelos educacionais de outros países, tomando-os como exemplo do que fazer ou não fazer e tentando encontrar inspirações para a organização brasileira da educação e também para estimular e incentivar a promoção da educação de maneira ampla. O trecho a seguir, escrito por Maria Nascimento na seção “Fala a mulher”, apresenta o exemplo indiano e estabelece pontos de comparação com a situação brasileira, para apresentar a educação como recurso para promover uma participação política capaz de transformar a realidade social, destacando o papel da ativista Vijaya Lakshmi Pandit na batalha pelos direitos femininos:

o que não diria Mme Pandit da nossa situação se visitasse o Brasil! Como qualificaria a atuação das mulheres negras brasileiras — de cor como as indianas — com o nível de educação política baixíssimos com apenas uma diminuta porcentagem delas já listadas como eleitoras? No entanto a situação da mulher indiana era até recentemente bem pior que a nossa. Após cerca de duzentos anos de dominação inglesa, apenas doze pessoas em cada cem — declarou Mme Pandit — sabiam ler e escrever. Mas a Índia reagiu, os homens e as mulheres, lutando ombro a ombro afim de melhorar rapidamente o nível de vida, dar de comer ao povo e educá-lo (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 7).

O recurso discursivo usado — estimular a reflexão sobre o que pensaria ou faria a ativista se fosse brasileira — soa como um incentivo à ação de lideranças negras, conforme já foi apresentado anteriormente em alguns excertos, como no trecho em que Abdias Nascimento cita Arthur Ramos para responsabilizar “líderes negros” na “adoção de medidas que objetivassem a melhoria das condições de vida da população de côm”. A educação, nesse caso, figuraria não só como recurso de luta, mas como direito e como indicador de qualidade ou “condição” de vida.

A questão da cidadania apareceu mais uma vez quando Roger Bastide, em matéria especial para o *Quilombo* na seção “Democracia racial”, mencionou o movimento negro da França, que serviria, assim como na referência à Índia, não somente como exemplo educacional, mas principalmente como exemplo de movimento social, que teria entre suas principais conquistas o acesso da população negra à educação:

Se pretendessemos escrever uma história de movimento negro na França seria preciso partir da influência das pequenas escravas negras das Antilhas trazidas para a França no século XVIII, que foi tão profunda na literatura francesa da época, e da situação dos negros, transformados em cidadãos, na Revolução Francesa.

Essa influência, todavia, era apenas indireta. Somente aos 40 anos depois do início da colonização francesa na África foi que se criou uma literatura saborosa de língua francesa mas de alma africana.

[...]

A literatura não exprime, porém, senão uma pequena parte do que se poderia chamar de movimento negro francês. Existem atualmente na França mais de 2.000 negros, estudantes de liceus ou da Universidade, e 150 malgaches, que constituirão amanhã os quadros da nova África (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 3).

O trecho permite perceber a relevância da literatura na organização do movimento negro, estratégia tão valorizada pelos intelectuais que produziam o *Quilombo*, que analisaremos no Capítulo 4 desta dissertação. Outro ponto relevante é a menção ao imperialismo francês em um momento em que se delineavam os movimentos de descolonização no continente africano, apresentando a educação como uma preparação para um futuro de liberdade africana⁴⁴ e demonstrando o crescimento da abrangência e da força da mobilização negra no mundo.

O excerto abaixo, parte de uma coluna não assinada na seção “Tópicos”, sugere um passo a mais da argumentação do impresso. Trata-se do exemplo de um homem negro que não só demonstrou sua capacidade de aprender, mas também a sua capacidade de ensinar em uma das universidades “mais famosas dos Estados Unidos”, país que ainda tinha a segregação racial

⁴⁴ A Carta das Nações Unidas, elaborada como parte dos tratados de paz da Segunda Guerra Mundial, e o princípio de autodeterminação dos povos anunciavam um cenário diplomático de maior possibilidade de libertação para as nações exploradas pelo imperialismo. Para maior aprofundamento, ver Costa (2024).

regulamentada por lei na maioria dos espaços sociais de diversas unidades da federação. Esse exemplo servia não apenas como motivador, como os demais, mas também como prova do equívoco presente nos discursos eugenistas e do argumento final para convencer os políticos e outros possíveis fomentadores a promoverem acesso à educação para a população negra no Brasil.

A Universidade de Harvard, uma das mais famosas dos Estados Unidos em seus 300 anos de existência Ariana, acaba de aceitar em seu corpo docente, na qualidade de professor clínico de Bacteriologia e Imunologia da sua faculdade de Medicina, o doutor William Hinton de Boston. É o primeiro catedrático negro que transpõe os umbrais do importante estabelecimento de ensino superior sendo o Dr. Hinton também famoso por seu teste de sífilis Davis-Hinton (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 3).

A relação com os casos estadunidenses nem sempre era de inspiração, pois em alguns casos assumia o caráter de repúdio, conforme demonstrado na reprodução do discurso da bailarina Katherine Dunham, proferido, em português, em uma conferência no TEN, denunciando e criticando a segregação em diferentes ambientes, inclusive nas escolas:

Hoje ainda a maior parte dos negros da América vivem condições econômicas inferiores às do Branco. Após o estabelecimento dos negros em uma comunidade, como pessoas livres, sem que houvesse uma integração verdadeira, começaram terríveis e expoliações sociais notadamente a instituição do “linchamento” nos estados do Sul, a formação da “Ku Klux Klan”, que é um culto que tem por princípio o extermínio dos negros, dos judeus e dos católicos. É preciso ainda, acrescentar a isso o toque de recolher, a separação nas escolas, nos restaurantes e nos lugares de culto (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 10).

O tom de denúncia adotado fazia sentido se pensarmos que o *Quilombo* buscava um alcance internacional, como nos permite inferir a campanha de divulgação abaixo e as matérias assinadas por colaboradores estrangeiros. Soma-se a isso um contexto de expansão do movimento negro no mundo, haja vista a luta pelos direitos civis nos EUA e as lutas africanas por descolonização anteriormente citadas.

Devem existir dezenas de milhares de jovens de côr nas escolas superiores, colégios e universidades dos Estados Unidos que estão estudando uma ou outra dessas línguas [Italiano, Espanhol, Francês ou Português]. A esses jovens desejo recomendar a leitura permanente de QUILOMBO (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 4).

As menções à educação estrangeira se tornam, nesse sentido, contribuições para o debate da questão racial e da questão educacional no Brasil, que, de acordo com as pretensões e

projetos do impresso, se converteriam em políticas públicas e movimentos sociais capazes de transformar a realidade social diagnosticada.

3.3 Tipos/níveis educacionais

Entre os anos 1930 e 1950, houve uma convergência de eventos históricos e movimentos políticos no Brasil e no mundo que impactou, entre outros elementos, as concepções de educação e o interesse social por educação, conforme argumenta Moreira (2017), ao analisar legislações e reformas educacionais no período: “Os avanços constitucionais relativos à educação decorriam do reconhecimento da educação como direito também dos adultos, seguiu-se então à criação do Conselho Nacional de Educação, a elaboração do Plano Nacional de Educação” (Moreira, 2017, p. 122). É também durante esse período que crescem, se desenvolvem e se formam, intelectual e ideologicamente, os indivíduos envolvidos na produção do impresso e o próprio impresso. Por essas razões, é possível perceber diferentes demandas por educação no *Quilombo*.

Há ainda, nos anos iniciais da República, junto da ampliação do sistema educacional associado à demanda por desenvolvimento e industrialização, uma busca por educação profissionalizante em termos práticos, bem como uma influência na educação escolar no sentido de formar trabalhadores. Conforme demonstra Oliveira (2019, p. 396):

O ensino profissional também ganhava relevo no período, e esteve entre as teses apresentadas na I e na II Conferência Nacional de Educação em Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente. Em 1927 a *Revista do Ensino* transcreve texto de autoria de José Rangel, no qual começava se esboçar um claro deslocamento dos trabalhos manuais percebidos como uma dimensão fundamental da formação geral das crianças — o que venho denominando de um *ethos* do trabalho —, para outra perspectiva na qual a escola, em tese, seria a responsável por uma preparação cuidadosa dos futuros trabalhadores.

No impresso, essas diferentes demandas por educação se fazem sentir principalmente a partir de duas perspectivas. Por um lado, há a aspiração da elite negra por uma educação intelectualizante — afinal de contas, a intelectualização foi o projeto pessoal de muitos integrantes do corpo editorial, como visto no capítulo anterior. Esse interesse por uma educação acadêmica, por adensar a “elite intelectual” negra, por encontrar pessoas negras em posições de poder, é comungado por outras vozes veiculadas no impresso, como veremos nos trechos abaixo, e derivam, em muito, da reprodução do modelo europeu. Entretanto, há também, por outro lado, a expressão de um projeto político de educação técnica e profissionalizante, que normalmente aparece em entrevistas com figuras políticas ou em comunicações que pensam

soluções para problemas cotidianos não só de raça, mas também de classe. Vale lembrar que se trata de um momento de efervescência do trabalhismo, e, nesse contexto, ter um trabalho regulamentado significava ser um sujeito de direitos. Nesse sentido, a demanda por educação das massas se relacionava não somente com as aspirações de desenvolvimento dos educandos, mas também com a demanda industrial por mão de obra qualificada. Daí o surgimento de institutos de pesquisa educacional financiados pelo empresariado, como demonstra Lombardi (2014).

Em ambas as perspectivas há a possibilidade de ascensão do educando. Nesse sentido, a demanda por educação aparece entre a população negra que se expressa por meio do *Quilombo*:

Ninguém desconhece os tremendos obstáculos que encontra o jovem negro quando se inscreve para prestar o exame vestibular ao Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores); ou no exame de admissão às escolas militares superiores. Atualmente já existem cadetes de cor, mesmo assim posso assegurar que conseguiram ser admitidos após inacreditáveis sacrifícios.

[...] Nos dias de hoje a pressão contra a educação do negro afrouxou consideravelmente, mas convenhamos que ainda se acha muito longe do ideal. Quando o diretor de um estabelecimento de ensino não pode proibir a entrada de um aluno negro no corpo discente de seu educandário, e a veia de seu preconceito entra em efervescência, ele move-lhe uma perseguição durante o decorrer do curso, promove seu alijamento psicológico, dificulta o que houver de mais banal; enfim tudo faz crer que há uma campanha subterrânea e organizada visando anular as aspirações do negro que deseja estudar.

Por tudo isso para muitos constitui surpresa e incredulidade quando um negro diz ser universitário ou mesmo estudante secundário. Em alguns nota-se mesmo o semblante estranho como se dissesse: “— Como deixaram este passar?” De fato, quando um jovem de cor chega a uma faculdade, tem atrás de si, não raras vezes, um amontoado de desilusões e lágrimas: mas a persistência é inerente do negro, e ele consegue vencer. É fato sabido que entre nós o ensino é quase objeto de luxo, difícil para todo mundo, branco, preto ou seja lá de que cor. Mas, particularmente para os negros, essa dificuldade é redobrada, não só pelos preconceitos que acabamos de expor, como também pelo motivo de serem os mais necessitados entre os pobres, sendo normalmente obrigados a trabalhar desde a mais tenra idade (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 4).

A reivindicação do estudante Haroldo Costa, publicada na seção “Tribuna estudantil”, menciona a educação militar e a educação superior como objetivos, e o ensino secundário como anterior à universidade. Moreira (2017) aponta para o fato de que entre os anos 1920 e 1950, período que compreende a circulação do *Quilombo*, a proposta do ensino secundário passou por algumas disputas e reformas: “legislações sobre o ensino secundário no contexto investigado evidenciaram disputas, por um lado, ao definir-se ora como ensino preparatório, ora como

formativo, por outro, ao enfatizar ora o ensino humanista, ora o científico” (Moreira, 2017, p. 113). A perspectiva do estudante demonstra que, em seu imaginário, o ensino secundário ainda figurava como um preparatório para a universidade, enquanto as disputas apresentadas por Moreira (2017) refletiam a compreensão política de que as camadas populares estavam alcançando esse nível de ensino. As dificuldades de acesso da população negra a esse nível educacional relatadas pelo estudante Haroldo Costa se relacionam principalmente à discriminação racial, mas também à questão econômica e à necessidade de trabalhar, o que, por sua vez, hierarquiza os tipos de educação e os ofícios dela advindos. Fica implícito que a educação superior levaria a ofícios de poder que, em uma sociedade estruturalmente racista, não devem ser ocupados por pessoas negras. Essas pessoas, além de enfrentarem o racismo, eram (e ainda são) maioria entre as mais pobres, devido à falta de políticas de reparação no pós-abolição, e por isso precisavam começar a trabalhar mais cedo e não poderiam pagar pela educação.

A exemplo das oportunidades de ascensão que a educação acadêmica e/ou intelectualizante oferece, o próprio impresso apresenta a trajetória de Guerreiro Ramos, um dos integrantes do corpo editorial, que, como apresentado no capítulo anterior, passa a ter algum prestígio social, e até mesmo político, a partir de sua intelectualização:

Aos 11 anos empregou-se numa farmácia em Salvador como lavador de frascos, passando depois a cacheiro. Um dia caiu-lhe nas mãos um livro de Marden ALEGRIA DE VIVER que lhe infundiu a ambição de estudar. Estimulado por sua mãe, ingressou no Ginásio da Bahia onde fez o curso secundário. Para manter-se e ajudar à sua mãe fez esse professor explicador dos seus colegas ricos e de moças e rapazes das melhores famílias de Salvador (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 2).

O trecho também apresenta essa ideia de hierarquização entre os trabalhos manuais, como lavador de frascos, e o ofício que Guerreiro Ramos adquire depois de ingressar no ensino secundário: o de professor, mesmo que informalmente, mas de colegas de famílias mais ricas, que eram quem normalmente acessava esse nível educacional. O mesmo ocorre com outro membro do corpo editorial, que buscou a intelectualização e o sucesso profissional:

Conforme já tivemos ocasião de noticiar, o escritor Edson Carneiro inscreveu-se no concurso para a cadeira de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, vaga com a morte de seu mestre e amigo Arthur Ramos. Dependia, porém, a aceitação daquela inscrição de que o conselho da F.N.F reconhecesse “notório saber em antropologia” de Edson Carneiro. Tal reconhecimento não lhe negou, entretanto, a Faculdade Nacional de Filosofia que, desta maneira, habilitou-se para concorrer a vaga de Arthur Ramos (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 10).

Marcando a segunda perspectiva, temos, ainda, o seguinte trecho que se refere ao projeto político de educação técnica e profissionalizante:

compreendendo a importância e a urgência de uma solução para o momentoso problema [Regulamentação do trabalho doméstico], o sr Café Filho apresentou a câmara um projeto de lei regulamentando a classe das domésticas, num planejamento de criação de escolas que transformaria êsse grupo em verdadeiras profissionais especializadas (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 9).

O trecho se insere em uma página que tematizava a regulamentação do trabalho doméstico. Com uma série de reportagens, o impresso denunciava a forma como esse tipo de trabalho ainda reproduzia padrões escravocratas e, entre as movimentações para solucionar o problema, apresentava o projeto do então deputado Café Filho. O projeto associava a educação profissionalizante à regulamentação do trabalho, dando a entender que a profissionalização por meio de uma formação constituiria uma espécie de estatuto da categoria. Fica implícita também a ideia de que a formação ou os estudos tornariam o trabalho mais relevante ou eficiente, que pode ser traduzido pela expressão “verdadeiras profissionais”. A proposta de Café Filho se associa à ideia de educação para o trabalho abordada por Oliveira (2019), que tem tentado se fixar no imaginário social desde os anos 1920, inclusive por meio da educação escolar. Outras expressões dessa perspectiva são, como já analisado, as menções elogiosas ao Serviço Social da Indústria, que aparecem dentro de matérias nos números 6 e 7-8, respectivamente nas páginas 10 e 11, e também na edição 7-8, numa publicidade que ocupava a página 8 inteira. As ações do SESI são, em sua maioria, de formação profissional e se relacionam com as demandas da burguesia industrial.

Ainda pensando na educação profissional, na edição de número 9 foi realizada a divulgação de um projeto do corpo editorial do impresso. Trata-se do Conselho Nacional das Mulheres Negras, envolvido em solucionar os problemas das mulheres, principalmente por meio da educação. No entanto, o texto menciona, além da educação profissional, outras modalidades educacionais, tais como a alfabetização, atividades não curriculares e “até o ginásio”, que se tratava da primeira etapa do ensino secundário, como veremos abaixo:

Desejamos fazer funcionar imediatamente um curso de arte culinária, de corte e costura, de alfabetização. [...] Quero deixar bem claro não se tratar de uma escola do governo ou autarquia, que tem meios para custear os professores. Será pois uma campanha voluntária para a elevação do nível educacional da mulher negra. [...]
Outro objetivo do Conselho é a educação da infância; e para atingir esse objetivo pretendemos manter curso de canto, música, teatro infantil, teatro de bonecos e ballet. [...]

Irão funcionar imediatamente os seguintes setores do Conselho Nacional das mulheres negras:

Ballet Infantil — de preferência formado de crianças dos morros cariocas já havendo inscritas várias meninas e meninos do Morro do Salgueiro.

Educação e instrução — vários cursos, desde alfabetização até ginásio, sob a orientação da doutora Guiomar Ferreira de Matos coadjuvada pelos senhores Ironildes Rodrigues, Wilson Silva e Milka Cruz

Curso de orientação às mães — em colaboração com o “Centro de Orientação e Reeducação”, dirigido pelas Dras Nely Goethschel, Virgínia Pahim e Maria Manhães (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 4).

É interessante perceber que atividades extracurriculares, como canto, música, teatro infantil, teatro de bonecos e balé, estavam dentro do propósito de educação na infância. Logo, também eram pensadas como atividades educacionais e se conectavam com outro propósito do impresso, que é a promoção da “elevação cultural” das pessoas negras, ideia que será melhor desenvolvida no capítulo seguinte. Outra percepção marcante é a de que as ações de educação profissionalizante eram direcionadas às mulheres adultas junto da alfabetização, o que permite inferir que a alfabetização e a profissionalização agem como estratégias para viabilizar a cidadania das mulheres negras, que por meio do trabalho poderiam experimentar os direitos sociais, como os previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por meio da alfabetização poderiam, ainda, acessar os direitos políticos e se inteirar das discussões políticas do país de maneira plena. A educação escolar, da alfabetização até o ginásio, era pensada para as crianças junto das atividades extracurriculares, o que sugere a aproximação com os hábitos das classes dominantes: mesmo que a educação profissionalizante solucionasse problemas práticos de maneira mais rápida, a educação para intelectualidade fazia parte do projeto de elevação cultural.

A premissa de que as atividades extracurriculares eram pensadas como atividades educacionais é reforçada por um trecho do impresso em que uma atividade do Teatro Experimental do Negro é parabenizada pelo Ministério da Educação:

Em dezembro do ano passado, e por iniciativa do Serviço Nacional de Teatro, órgão do Ministério da Educação, realizou-se no Teatro Ginástico um espetáculo comemorativo do Centenário da morte de Luiz Carlos Martins Pena, o fundador do teatro de comédia no Brasil.

[...]

Em nome do senhor Ministro da Educação e por este serviço [Casa do Estudante Brasil] desejo transmitir a V. S. e por seu intermédio a todo o Teatro Experimental do Negro minhas congratulações pelo êxito da representação de “A Família e a Festa na Roça”, em que brilhantemente atuou o conjunto sob sua direção (*Quilombo*, maio 1948, n. 2, p. 7).

A análise permite a percepção de que o impresso não desclassificava outras formas de inteligência e de saber, apenas compreendia a reprodução da cultura hegemônica, inspirada nas sociedades europeias, fruto da herança cultural da colonização, como estratégia para a ascensão social, econômica e política. Estratégia essa, muitas vezes, combinada com outra: a de positivação de elementos da cultura negra. Isso se revela nos trechos abaixo:

Solicito a minhas amigas que me escrevam. Sem se importar com erros de gramática, que isto aqui não é Academia de Letras e sim uma tribuna democrática para discussão de ideias e problemas nossos. [...] possuo uma amiga de inteligência espontânea e viva, empregada doméstica. Tem uma filhinha que ela leva para a creche todas as manhãs e vai buscar quando eu termino o trabalho à noite (Maria Nascimento em *Quilombo*, 1950, n. 1, p. 8).

Não se pode dizer que os pretos africanos careçam de literatura culta e escrita, Como é frequente dizer. Entre a produção intelectual dessa categoria se assinalou em particular a dos “vais” da Libéria e Serra Leoa, que utilizam uma escrita silábica de sua invenção. Mas por certo, o que mais chamou a atenção dos exploradores, viajantes estudiosos e a mais característica da África negra é a literatura oral e folclórica, que cultivam especialmente as castas de trabalhadores intelectuais denominadas “Griots” (Nestor R. Ortiz traduzido por Ironildes Rodrigues, em *Quilombo*, 1950, n. 9, p. 8).

A interpretação aqui feita é a de que, entre as pessoas negras, o impresso buscou convencê-las de que adquirir os hábitos tidos como das elites faria com que alcançassem uma vida melhor. Ao mesmo tempo em que, para a produção sociológica/percepção social do período, buscou-se desmistificar a percepção de que os hábitos e as expressões da cultura “popular” eram inferiores. No sentido de combater a ideia de inferioridade das pessoas negras, além de promover debates com personalidades intelectuais relevantes na seção “Democracia racial”, elencar exemplos de pessoas negras de sucesso intelectual, artístico e profissional de maneira mais ampla e produzir matérias informativas à respeito da cultura negra, o *Quilombo* também se propunha a agenciar políticas públicas e medidas legais de combate à discriminação, através do apoio de candidatura e contatos com figuras políticas, conforme já mencionado anteriormente e que podemos observar no excerto abaixo:

Trecho transcrito de discurso de Cid Franco na câmara dos vereadores: snr presidente e snrs vereadores. Está escrito na Constituição Brasileira: “Todos são iguais perante a Lei”
Entretanto, à página 145 do “Indicador das Obras Oficiais do Estado de São Paulo”, publicado pela Imprensa Oficial, lê-se o seguinte: “Fundação Nossa Senhora da Auxiliadora do Ipiranga”. “Finalidade: — Instrução primária religiosa e doméstica a meninas órfãs, de oito a treze anos de idade, de cor branca e brasileira, (regime de internato)”. [...] É feito em nome do ódio e do preconceito, ódio e preconceito incompatíveis com o progresso democrático do nosso tempo, ódio e preconceito que hei de

combater em tôda parte, na imprensa, no rádio, nas salas de aula, nesta Câmara ou em praça pública (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 8).

É possível compreender, dessa maneira, que o impresso se articulava para promover a educação em distintos níveis e modalidades, inteirando-se das concepções de educação do período e se associando a diferentes atores sociais para promover ascensão social e melhorias nas condições de vida de pessoas negras de variadas faixas etárias e contextos sociais e econômicos por meio da educação.

3.4 Estratégias para promover a educação

As principais estratégias adotadas pelo jornal para promover a educação entre as pessoas negras giravam em torno de estimular o reconhecimento de uma identidade coletiva racial. Seja para apoiar candidaturas e cobrar políticas públicas, seja para fomentar o interesse individual pela educação, o impresso apostava na identificação e no apoio mútuo entre as pessoas negras brasileiras. A partir disso, havia um estímulo à busca de soluções coletivas para os problemas enfrentados pela população negra. Nesse sentido, o impresso apresentava os projetos dos movimentos negros para promover acesso à educação, incluindo os do corpo editorial, expunha iniciativas políticas que visavam ampliar esse acesso, e também cultivava uma consciência de que era necessária uma união entre as pessoas negras para alcançar e se manter nas instituições educacionais. Os trechos a seguir são exemplos disso:

Os negros que já estudam em colégios ou faculdades precisam adquirir a consciência da necessidade de um trabalho de esclarecimento do negro mais ignorante. E que lutam também pela união da gente de cor em torno das organizações que trabalham pela sua valorização social, através da educação, da cultura ou da arte. Porque somente assim não estará longe o dia em que todos os negros do Brasil sejam admirados pela sua natural lucidez e instrução adquirida, e nesse dia os nossos filhos não aprenderam como hoje em seu livro de geografia: “de todas as raças a negra é a mais ignorante”. (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 4).

“União dos homens de cor do Distrito Federal” foi fundada a 19 de Março do corrente ano [1949] por um grupo de negros e mulatos, animados do propósito de trabalhar pela elevação social dos seus patrícios. Entre os que lutam pelo melhoramento dos seus irmãos de cor, está um grupo que constitui a primeira Diretoria da “União” [...]

O Snr. Joviano Severino de Melo, que agora exerce as funções de secretário Geral da União, foi quem nos prestou essas informações [sobre as pretensões da UHC]:

— União da família brasileira para quebrar o preconceito de côr herdado da escravidão. E de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem, aprovados pela O.N.U, em dezembro de 1948, pleitear o ingresso do negro na alta

administração do país. Queremos ter homens de côr Ministro de estado, senadores, deputados, prefeitos, juizes, diplomatas...

— Mas como pretendem atingir o objetivo?

— Estamos arregimentando os intelectuais negros, os portadores de diplomas superiores, a fim de nos ajudarem. A presença, entre nós, desses médicos, advogados, professores, engenheiros, dentistas, assistentes sociais, se virar ainda como incentivo aos estudantes de côr em seus possíveis complexos e marca também o rumo educacional do que propomos realizar (*Quilombo*, 1949, n. 3, p. 8).

O primeiro trecho é parte da entrevista, já anteriormente apresentada, com o estudante secundarista Haroldo Costa, e o segundo se trata de uma entrevista com Joviano Severino de Melo, membro da União do Homens de Côr. Ambas refletem o pensamento de que, para as pessoas negras conseguirem acesso à educação, elas precisam se unir, e que a ascensão de uma pessoa negra por meio da educação beneficiaria toda a comunidade negra.

Ao longo do capítulo, discutimos que outra estratégia abordada estava associada ao incentivo para que as pessoas negras se educassem. Esse incentivo era feito principalmente por meio da apresentação dos exemplos de pessoas negras que superaram, pelo menos parcialmente, a subalternização por meio dos estudos. As denúncias de discriminação racial figuravam também como uma estratégia de promoção da educação, pois se convertiam em um compilado de argumentos que fundamentaram a batalha pela criminalização da discriminação; se conseguissem criminalizar a discriminação racial, essa legislação abriria as portas de estabelecimentos que rejeitavam pessoas negras, ampliando o acesso à educação.

Por fim, de maneira autônoma, o corpo editorial promovia, através do TEN, cursos e oficinas de alfabetização e, por meio do *Quilombo*, uma educação no sentido de formar pessoas negras a partir da oferta de informações sobre os mais variados assuntos, do estímulo a reflexões políticas, sociais e a respeito de sua própria identidade e da coletiva, e os desafios a ela relacionados.

4

A VALORIZAÇÃO E VALORAÇÃO DO NEGRO BRASILEIRO A PARTIR DA CULTURA

O “setor” cultural aparecia no programa do *Quilombo* — ao lado de outros, como o educacional — como alvo do projeto de “valorização e valoração do negro brasileiro” (*Quilombo*, jun. de 1948, n. 1, p. 1). Neste capítulo, buscaremos analisar as concepções de cultura veiculadas no impresso, bem como as duas categorias de movimentos do corpo editorial para alcançar essa valorização. Nas menções à cultura presentes no jornal, foi possível identificar que: 1) havia um projeto, chamado pelo impresso de “elevação cultural” da população negra, que dizia respeito à apreensão de costumes e hábitos da cultura hegemônica e eurocêntrica, como o balé, os usos da leitura e da escrita, e o teatro; 2) havia também um outro projeto, o de positivar e promover práticas culturais associadas às pessoas negras no Brasil, tais como o samba, o carnaval, as religiões de matriz africana e afins. Parte essencial do programa, replicado nos números de 1 a 5, materializada nos verbos que apresentam a dupla de objetivos (valorizar e valorar), sustenta essa interpretação: pretendia-se tanto reconhecer o valor das expressões negras quanto adicionar valor aos negros brasileiros, por meio da educação, da política e, como veremos a seguir, da cultura. Desse modo, havia dois objetivos em um só, pois, ao mesmo tempo que se aspirava a valorização social e econômica das pessoas negras e se apostava na reprodução de alguns costumes e valores para tal, buscava-se também a validação da negritude como expressão cultural.

Esses dois movimentos podem parecer, inicialmente, antagônicos, visto que a exaltação da cultura negra apontava para a afirmação identitária da população negra, no sentido de combater a ideia de superioridade cultural, ou qualquer outro tipo de superioridade relacionado à etnicidade. Por outro lado, a obstinação em absorver e reproduzir a cultura hegemônica parecia sugerir, de alguma forma, que faltava alguma coisa ao povo negro, no que se refere à cultura. Veiga (2022) analisa a produção da falta como ferramenta de subalternização dos povos nativos e afrodescendentes nas Américas. Nesse sentido, a sociedade brasileira organizou-se como nação sob influência dos modelos europeus, a partir de um sistema colonial que justificava as ações do colonizador para erradicar essas faltas (Veiga, 2022). A análise do impresso revelou a presença dessa percepção, o que explicaria o interesse, ou pelo menos a disposição, das pessoas negras pela assimilação da cultura eurocêntrica. Absorver e reproduzir

costumes e hábitos da elite branca eliminaria a falta e, conseqüentemente, os motivos comumente apresentados para a prática da discriminação racial.

O atributo da falta é um elemento estrutural básico para a fundamentação de inferioridade de discriminações de todo tipo e elaboração de estigmas desqualificadores; ela é um dos pilares da subalternização e necessariamente se vincula ao campo da estética, pois a seleção e o uso de características desqualificadoras para oprimir o outro pressupõe experiências para além da razão (Veiga, 2022, p. 125).

No período em que o impresso foi produzido, o debate sobre a questão racial, nos meios intelectuais, já havia superado o racismo científico, a ponto de que a maior parte dessas “faltas” fosse contestada (falta de capacidade, de cultura, de habilidade, de moralidade etc.), mas o imaginário social ainda as aceitava, e as aceitou por muito tempo depois. É compreensível, portanto, que o corpo editorial do *Quilombo* reconhecesse o valor das manifestações culturais associadas às pessoas negras e defendesse esse valor, buscando apreender os elementos que, por muito tempo, foram dados como faltantes e naturalmente necessários para o reconhecimento da humanidade dessas pessoas no Brasil.

4.1 A cultura negra no projeto educativo impresso: entre a valorização e a necessidade de elevação

Alguns trechos do impresso e outras ações do corpo editorial, tais como os concursos de beleza Boneca de Pixe e Rainha das Mulatas,⁴⁵ demonstram que o grupo via valor e beleza na forma como as pessoas negras eram e se expressavam, mas precisava convencer seus interlocutores desse valor. Ainda no primeiro número do jornal, em uma coluna de apresentação intitulada “Nós”, assinada por Abdias Nascimento, assim é posicionada a cultura negra:

A cultura, com intuição e acentos africanos, a arte, poesia, pensamento, ficção, música, como expressão étnica do grupo brasileiro mais pigmentado, paulatinamente vai sendo relegada ao abandono, ridicularizada pelos líderes do “branqueamento” esquecendo-se esse “aristocratas” de que o pluralismo étnico, cultural religioso e político dá vitalidade aos organismos nacionais (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 1).

Nesse excerto, Abdias Nascimento chama a atenção do leitor visado sobre a desvalorização e o preconceito com a cultura negra e indica um caminho para a valorização do pluralismo cultural brasileiro, por meio da inclusão de temas, categorias e manifestações negras

⁴⁵ Os concursos serão analisados no próximo capítulo.

nas formas de produção cultural socialmente legitimadas. O TEN, que se inseria na agenda de movimentos sociais do mesmo grupo que mobilizava o *Quilombo*, era um exemplo de uso dessa estratégia: o grupo se apropriava do teatro como ferramenta de expressão para transmitir questionamentos sociais e aspirações do povo negro, bem como para exaltar a identidade negra. Nesse mesmo processo, o teatro formou leitores, de forma prática, oferecendo oficinas de alfabetização, e de forma ideológica, oferecendo chaves de leitura social e modos de ser, estar, interpretar e transformar o mundo, a partir, por exemplo, da construção de uma identidade racial. O *Quilombo* promovia o mesmo tipo de iniciativa, pois, além de um projeto do mesmo grupo, foi por vezes interpretado como um porta-voz do TEN e, inclusive, classificado assim por Abdias Nascimento.

Cerca de seiscentas pessoas, entre homens e mulheres, se inscreveram no curso de alfabetização do TEN, a cargo do escritor Ironildes Rodrigues, estudante de direito dotado de um conhecimento cultural extraordinário. Outro curso básico, de iniciação à cultura geral, era lecionado por Aguinaldo Camargo, personalidade e intelecto ímpar no meio cultural da comunidade negra. Enquanto as primeiras noções de teatro e interpretação ficavam a meu cargo, o TEN abriu o debate dos temas que interessavam ao grupo, convidando vários palestrantes, entre os quais a professora Maria Yeda Leite, o professor Rex Crawford, adido cultural da Embaixada dos Estados Unidos, o poeta José Francisco Coelho, o escritor Raimundo Souza Dantas, o professor José Carlos Lisboa (Nascimento, 2004, p. 211).

Acima, é possível perceber a combinação entre o que é desejável saber com o que é necessário expressar: se, por um lado, era ministrado um curso de “cultura geral”, o que remetia a uma ideia de cultura hegemônica; por outro, eram realizados debates para levantar temas que eram caros à comunidade negra. Essa estratégia proporcionava o acesso das pessoas negras a espaços sociais de destaque, promovendo a “elevação cultural” dessa população, ao mesmo tempo em que transformava a mentalidade social para a aceitação dos elementos culturais associados à identidade negra. O número aproximado de inscritos no curso de alfabetização informado por Abdias Nascimento também merece destaque. É um número expressivo, considerando que se tratava de uma iniciativa de um grupo independente, sem obrigatoriedade ou relação direta com a profissionalização e a empregabilidade, embora as habilidades adquiridas, bem como a rede de relações desenvolvidas, pudessem contribuir para boas oportunidades de trabalho. Talvez possamos afirmar que, mesmo diante das exaustivas jornadas de trabalho e dificuldades práticas como o tempo e a locomoção, as pessoas buscavam a alfabetização, indicando o crescente valor social da leitura e da escrita a elas atribuído pelas camadas populares. No caso do TEN, eram pessoas adultas que, a julgar pelos dados

educacionais abordados no capítulo anterior, provavelmente não tiveram essa oportunidade por meio da escolarização na infância e na juventude.

No primeiro número do *Quilombo*, foi apresentada a transcrição de partes de um pronunciamento feito por Guerreiro Ramos numa conferência promovida pelo TEN, o que nos permite analisar alguns sentimentos e percepções que guiavam esse projeto de “elevação”.

No Brasil não há linha de casta. Na medida em que o homem de cor assimila os padrões da cultura da classe dominante, êle é tratado de maneira frontal, muito embora se registre uma forte tendência, entre os brancos, para evitar relações frontais com homens de cor em situações ornamentais e de aceção estética (diplomacia, salões elegantes, casamentos, escola militares, etc.).

[...]

O mestiço brasileiro é um “ansioso” (MAX SCHELER). Para êle “o ser mais, o valer mais, etc., na possível comparação com outros, chega a constituir o fim de sua ansia, antes que todo valor objetivo” (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 8).

Essa declaração fornece a constatação de que, entre as pessoas negras, a demanda por tratamento igualitário era urgente. Nesse mesmo texto, Ramos afirmou que o “mestiço brasileiro” se vê do ponto de vista do branco; desse modo, é possível entender que vencer a discriminação social era, muitas vezes, uma necessidade individual e interna compartilhada por muitas pessoas negras, e não uma aspiração coletiva. Por isso, havia um interesse em assimilar a cultura da classe dominante, como afirma Guerreiro Ramos no excerto acima. Transformar os padrões vigentes para tornar as expressões da cultura negra bem vistas pela sociedade seria um processo muito mais longo, justamente porque é coletivo em sua essência. “Elevar” indivíduos negros por meio do acesso à cultura hegemônica e à educação escolar, no entanto, conseguiria aplacar essa “ansiedade”, porque traria resultados mais rápidos, mais facilmente perceptíveis e produziria vários efeitos: quando uma pessoa negra era tratada “frontalmente” e acessava os espaços referidos por Guerreiro Ramos, ela sentia que venceu a subalternidade de alguma maneira. O acesso dela a esse tratamento e a esses espaços criava possibilidades para outras pessoas negras, além de concretizar a ideia de que elas não eram menos capazes do que as pessoas brancas de fazer qualquer ação, em qualquer esfera social.

4.2 A “elevação cultural” no projeto do impresso e de seus organizadores

Apesar de muitas vezes ser anunciada em combinação com o objetivo de valorização da cultura negra, a ideia de “elevação cultural” era explícita e individualmente defendida em alguns momentos no impresso, como uma meta, quando, por exemplo, foi divulgada a candidatura de Abdias Nascimento à deputado:

Amigos meus, colaboradores e simpatizantes do movimento que fundamos visando a elevação cultural e econômica do negro brasileiro, resolveram lançar minha candidatura à Assembleia Legislativa do Distrito Federal. [...] Naturalmente temos de recuperar as enormes reservas criadoras do homem de côr. Após a abolição, ele ainda não se adaptou completamente aos novos hábitos, técnicas de trabalho e estilos espirituais das classes superiores da nossa sociedade (*Quilombo*, 1950, n. 7-8, p. 1).

O texto de lançamento da candidatura, veiculado no impresso e assinado por Abdias, revelava as nuances desse projeto de “elevação cultural”. A questão econômica estava em foco, porque a promessa de ascensão financeira motivava as pessoas subalternizadas, ao oferecer um propósito para estudar e assimilar a cultura hegemônica. De modo geral, a superioridade referida por ele era, sobretudo, de classe, logo, econômica. Além disso, como vimos no capítulo anterior, estávamos, como nação, sob o prisma do desenvolvimentismo, e essa aspiração de elevação, evolução, desenvolvimento, ascensão fazia parte do imaginário das pessoas, mesmo quando se referia à sua individualidade. O desafio do *Quilombo* era, portanto, relativo ao seu próprio nome: convencer as pessoas negras e as pessoas brancas aliadas à causa a transformar isso em um objetivo coletivo que alcançasse todas as pessoas negras brasileiras. Assim, a candidatura não era lançada por Abdias, mas sim pelos amigos, colaboradores e simpatizantes do movimento negro: a indicação e dedicação coletivas no lançamento da candidatura reforçavam as causas pelas quais ele trabalharia quando eleito.

Outro aspecto relevante nesse anúncio é o posicionamento de integração de Abdias Nascimento. Além de não criar uma rivalidade de raças, estava sendo colocada nas pessoas negras a tarefa maior para vencer a subalternização: elas é que deveriam se adaptar aos “hábitos, técnicas de trabalho e estilos espirituais das classes superiores”. Embora essa postura possa parecer questionável do ponto de vista anticolonial,⁴⁶ ela era social e politicamente estratégica para o período, pois atraía aliados brancos entre a elite intelectual e política, além de gerar ações entre as pessoas negras, que, ao se movimentarem pela sua própria ascensão, envolviam-se em um movimento social coletivo. Podemos observar essas questões no excerto abaixo:

Sabendo o Sr Jael de Oliveira Lima que o I.N.N. [Instituto Nacional do Negro] estava cogitando de criar uma Escola Profissional destinada a moças e rapazes, associou-se a essa iniciativa e oferecer a sua colaboração de engenheiro e de capitalista.

⁴⁶ O contexto das lutas de independência afro-asiáticas, a partir da segunda metade do século XX, fez emergir o pensamento pan-africanista, que, entre outros aspectos, buscava a descolonização da mentalidade nos países colonizados pelos europeus e denunciava as violências cometidas pelo colonialismo e pelo imperialismo. Essa corrente de pensamento e organização política guiou não apenas as lutas por libertação nos países do continente africano, como também vários movimentos de pessoas negras em todo o mundo, inclusive na América. Para maior aprofundamento, ver Fanon (1979).

A escola profissional do I.N.N. será provida de oficinas especializadas em marcenaria, tipografia, eletricidade, sapataria e alfaiataria, e nela os alunos receberão, ao mesmo tempo, uma habilitação profissional e uma cultura ajustada a profissão.

O objetivo máximo da Escola Profissional é oferecer aos seus alunos meios para que se tornem capazes de se elevarem socialmente, através do exercício esclarecido de uma profissão.

Esta iniciativa integra-se, assim, na linha da política que vem sendo executada no Brasil pelo Teatro Experimental do Negro e que consiste em promover a instalação em nossa sociedade de mecanismos integrativos que acelerem a elevação do nível econômico e cultural dos brasileiros de cor (*Quilombo*, 1950, n. 7-8, p. 5).

O trecho acima compõe uma matéria elogiosa a um empresário branco que também teve a candidatura política divulgada no *Quilombo* e demonstrava como o jornal agenciava politicamente oportunidades para que as pessoas negras pudessem se “elear”, por meio da educação, da profissionalização e da cultura, estabelecendo alianças a partir dessa postura de conciliação com as pessoas brancas.

A matéria também evidenciava que, por mais que o impresso nomeasse o leitor que idealizava, sendo principalmente as pessoas negras, quando invocava “homem de cor”, “brasileiros de cor”, “patricias de cor”, “negros” e mesmo os “brancos democratas”, era necessário para esse grupo esforços maiores que a escolha dos vocativos e a seleção por meio conteúdo de interesse, pois, como visto no capítulo anterior, havia um obstáculo para alcançar o público desejado: muitas dessas pessoas não eram alfabetizadas. Por essa razão, o corpo editorial se lançou na movimentação política de promover não só a alfabetização, mas guiar o uso da leitura e da escrita dessas pessoas como um dos *mecanismos integrativos* mencionados na citação acima. Assim, se reforça a ideia de formação do leitor. O conceito de leitor-modelo serve aqui à interpretação da relação entre o impresso e seus leitores.

Se o Autor e o Leitor-Modelo constituem duas estratégias textuais, então nos encontramos diante de uma dupla situação. De um lado, conforme dissemos até aqui, o autor empírico, enquanto sujeito da enunciação textual, formula uma hipótese de Leitor-Modelo e, ao traduzi-la em termos da própria estratégia, configura a si mesmo autor na qualidade de sujeito do enunciado, em termos igualmente “estratégicos”, como modo de operação textual. Mas, de outro lado, também o leitor empírico, como sujeito concreto dos atos de cooperação, deve configurar para si uma hipótese de Autor, deduzindo-a justamente dos dados de estratégia textual. A hipótese formulada pelo leitor empírico acerca do próprio Autor-Modelo parece mais garantida do que aquela que o autor empírico formula acerca do próprio Leitor-Modelo. Com efeito, o segundo deve postular algo que atualmente ainda não existe e realizá-lo como série de operações textuais; o primeiro, ao invés, deduz uma imagem-tipo de algo que se verificou anteriormente como ato de enunciação e está textualmente presente como enunciado (Eco, 1986, p. 47).

O tema, o vocabulário, os vocativos, o veículo e outros elementos fazem parte, tradicionalmente, da idealização do leitor, mas também, em um processo simultâneo, da formação/ instituição do leitor, pelo texto lido. No *Quilombo*, esse movimento é perceptível pelas ações do corpo editorial para viabilizar o acesso das pessoas negras aos elementos culturais desejáveis, como a literatura, o teatro e o próprio jornalismo. Nessa operação, o jornal se transformava numa espécie de tutor de seus leitores, dizendo-os o que ler, que tipo de prática cultural reproduzir, como deveriam guiar sua vida profissional, como deveriam votar, como deveriam educar suas crianças. Todos esses conselhos partiam de uma argumentação baseada na identificação que poderia ser compreendida da seguinte maneira: o *Quilombo* era construído por pessoas negras, que sabiam como era a vida e quais eram os problemas e as aspirações desses sujeitos, e tinha uma proposta para lidar com esses problemas e alcançar essas aspirações de maneira coletiva.

A partir dessa relação de confiança que o jornal supunha ter estabelecido com seus leitores, ele promovia um letramento racializado, isto é, as pessoas alfabetizadas pelas oficinas do TEN e que adotavam a leitura e a escrita na sua prática social, a partir das orientações do *Quilombo*, o faziam à medida que se inteiravam da coletividade de sua identidade racial e problematizavam as questões econômicas, sociais e raciais no Brasil. Ao mesmo tempo, o impresso orientava a elite intelectual negra em torno de práticas culturais que poderiam elevá-la de modo ainda mais consistente. Buscava, por fim, leitores entre os “brancos democratas”, simpatizantes das causas das populações negras, para mostrar-lhes como essas ações eram conduzidas entre/ para as pessoas de “cor”.

Entre os chamados mecanismos integrativos desenvolvidos pelo grupo — além da oferta de oficinas de alfabetização e cursos de dramaturgia e cultura geral; da atuação político-partidária; da indicação de obras literárias e debates sociais — havia uma estratégia já observada no capítulo anterior: o exemplo das pessoas negras que se beneficiaram da “elevação cultural”, como se pode observar nos excertos abaixo:

Estamos informados de que o prof. Geraldo Campos de Oliveira será indicado, pelos negros de São Paulo, como um de seus candidatos à Câmara de Deputados. Jovem e culto Geraldo tem dedicado todo o seu talento ao ensino e ao jornalismo (*Quilombo*, 1950, n. 7-8, p. 5).

Guerreiro Ramos é um tipo stendhaliano, uma natureza humana complexa em que os extremos se conciliam. Sua evolução cultural e espiritual tem sido uma espécie de contraponto (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 2).

Katherine Dunham chega ao Brasil no momento em que os negros começam a tomar consciência viva da sua posição na comunidade brasileira — e o fazem

por meio dessa grande via de acesso que é a cultura. [...] A presença de Katherine, mesmo nos quadros em que não age pessoalmente, transparece sempre. Sua ação traz uma forte marca de inteligência que denuncia seu grau de cultura (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 3).

Nos exemplos acima, foi usado o adjetivo *culto* para se referir a uma virtude daquele que assimilou os padrões culturais hegemônicos e que, por isso, podia aspirar se tornar um representante dos negros de São Paulo. A apropriação da “cultura” foi indicada como determinante nas trajetórias mencionadas, tanto no caso de Guerreiro Ramos, em que a palavra *evolução* foi escolhida para nomear esse processo, quanto para se referir à tomada de consciência das pessoas negras brasileiras no terceiro excerto, pois, de acordo com o impresso, essa tomada de consciência ocorreria por meio da cultura. Por fim, o uso da palavra *grau* sugeria que a cultura poderia ser medida em níveis. Esses trechos, ainda mais se comparados à primeira citação do capítulo, assinada por Abdias Nascimento (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 1), evidenciam a ambiguidade do pensamento do corpo editorial com relação à percepção de cultura. Se existiam graus de cultura e as pessoas mais cultas eram as que mais reproduziam os modos das classes dominantes, como poderia o impresso defender o pluralismo cultural e proteger do silenciamento as expressões da cultura afro-brasileira?

A ambiguidade dos posicionamentos do impresso com relação à percepção de cultura levanta questionamentos sobre a hipótese de uma estratégia dupla de movimentação social, como as religiões de matriz africana, o samba, a capoeira e o carnaval. A questão é se esses dois eixos de ação foram pensados propositalmente em combinação ou se a racialidade era, e ainda é, tão determinante na experiência social das pessoas negras que, mesmo diante de um “adestramento”, como o próprio jornal nomeia,⁴⁷ para a reprodução das práticas hegemônicas, os temas e fazeres próprios da comunidade negra resistem. Naquele período, essa era uma estratégia relativamente comum entre os movimentos sociais. Guimarães (2021), ao analisar a mobilização política da população negra, demonstra que outros grupos sociais minorizados se organizavam dessa maneira relativamente ambígua; e Domingues (2016), ao investigar o movimento negro na fase anterior à fase que compreende o TEN e o *Quilombo*, menciona essa estratégia em outras agremiações negras, como a Frente Negra e a UHC.

Essa busca pela construção de uma identidade positiva, ao mesmo tempo em que se reproduz as referências europeias e eurocêtricas, refletia, de certa maneira, o comportamento

⁴⁷ O *Quilombo*, no número 6, ao anunciar um concurso de beleza, afirmou que o objetivo do concurso era “adestrar a mulher de cor para a vida social das classes mais elevadas da nossa sociedade” (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 12). Os concursos serão analisados no capítulo seguinte, mas a ideia transmitida pela palavra *adestramento*, que foi usada para se referir à “formação” das mulheres, também acompanha os esforços para promoção da elevação cultural de maneira mais ampla.

das nações latino-americanas que buscavam o desenvolvimento seguindo os passos dos países desenvolvidos — e que se desenvolveram os explorando.⁴⁸ Esse comportamento foi marcado pelos planos de desenvolvimento econômico e por acordos e alianças diplomáticas estabelecidas para alcançá-lo.

4.3 O papel do letramento no processo de elevação cultural: uma análise das recomendações de leitura

No que se refere à promoção da leitura e da escrita como parte da “elevação cultural”, é possível observar o que Street (2014) chamou de *letramento ideológico*. Mesmo escrevendo algum tempo depois sobre um contexto dos anos 1980 e 1990 e as demandas de alfabetização para o desenvolvimento no chamado terceiro mundo, a classificação de Street pode ser mobilizada para nomear a ação do *Quilombo*. A leitura e a escrita eram, inicialmente, para esse grupo, ferramentas para a realização do teatro, que, por sua vez, era uma ferramenta de expressão, um tipo de expressão capaz de se fazer ver e ouvir pelas classes dominantes. Não se tratava simplesmente de saber ler e escrever, mas de ler e escrever assuntos do interesse daquela comunidade, buscando atender as demandas políticas específicas e fazendo com que o letramento tivesse um sentido político: “A tarefa política, por conseguinte, é complexa: desenvolver estratégias para programas de alfabetização/letramento que lidem com a evidente variedade de necessidade letradas na sociedade contemporânea” (Street, 2014, p. 41).

Para compreendermos o lugar do letramento nas páginas do impresso, analisaremos, inicialmente, a seção “Livros”. Trata-se de uma seção que foi fixa até o número 6 do jornal. A seção em questão sugeria leituras, comentando o conteúdo da obra e elogiando o trabalho dos autores. Além do incentivo à leitura de modo geral, havia um forte aspecto racial, visto que, entre as obras indicadas, dois predicados se alternavam ou se combinavam: ou o tema do livro estava relacionado à questão racial e/ou o autor era negro. Tudo parecia estratégico na seção: afinal, a leitura formava o indivíduo, seus valores, gostos, práticas e, portanto, sua identidade. O letramento aparecia, nesse sentido, como central. Os usos da leitura e da escrita na prática social das pessoas negras era uma das maiores ferramentas usadas pelo grupo para a construção de uma identidade racial. Fora da seção, outras leituras também foram indicadas, mesmo depois

⁴⁸ O ano de 1948 foi o ano de fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma organização que visava principalmente favorecer o desenvolvimento dos países do continente americano. A OEA foi fundada em Bogotá, mas a sede ficaria em Washington, nos EUA. Para maior aprofundamento, ver Arrighi (2004).

do número 6, quando ela foi descontinuada. Essas recomendações também foram objeto de análise. É o que podemos ver no quadro a seguir.

Quadro 1 – Obras literárias indicadas pelo *Quilombo*

Livro	Autor	Perfil do autor⁴⁹	Categorização racial do autor⁵⁰	Tema da obra⁵¹	Posição em que é indicado	Número em que é indicado
<i>Clara dos Anjos</i>	Lima Barreto	Jornalista e escritor de literatura brasileiro	Negro	Preconceito racial e social	Seção Livros	1
<i>Magie Noire (Black Magic)</i>	Paul Morand	Diplomata e dramaturgo francês	Branco	Religiosidade e mitologia africana	Seção Livros	2
<i>Paris Tombouctou</i>	Paul Morand	Diplomata e dramaturgo francês	Branco	Religiosidade e mitologia africana	Seção Livros	2
<i>Negrinho</i>	Richard Wright	Romancista estadunidense	Negro	Preconceito racial nos EUA — biográfico	Seção Livros	3
<i>Filho nativo</i>	Richard Wright	Romancista estadunidense	Negro	Preconceito racial nos EUA	Seção Livros	3
<i>Filhos de santo (peça de teatro)</i>	José de Moraes Pinho	Dramaturgo e ativista brasileiro	Negro	Religiosidade negra e crítica social	Seção Livros	4
<i>Broquéis e poesias diversas</i>	Cruz e Sousa	Poeta brasileiro	Negro	Temas diversos, não só ligados à racialidade.	Seção Livros	5
<i>Biografia de Cruz e Sousa</i>	Ironildes Rodrigues	Ator, dramaturgo, crítico e escritor. Integrante do corpo editorial do impresso	Negro	biográfico	Seção Livros	5
<i>As memórias de Josephine Baker</i>	Marcel Sauvage	Jornalista francês	Branco	Vida e obra de cantora e bailarina negra (Josephine Baker)	Seção Livros	6
<i>Poemas duma vida simples</i>	Solano Trindade	Poeta brasileiro	Negro	Temas diversos	Seção Sociais	4
<i>Solidão nos Campos</i>	Raimundo Souza Dantas	Escritor e diplomata brasileiro	Negro	Desigualdade social (romance)	Quadro na página 5	5

⁴⁹ O perfil dos autores foi feito a partir da descrição do próprio impresso associada a uma pesquisa externa, para traçar uma descrição da atuação profissional e da nacionalidade dos autores, conforme apresentado no quadro.

⁵⁰ A identificação racial foi feita somente a partir do impresso. Em alguns delas foi feita adequação de linguagem: no caso de Mário de Andrade, por exemplo, o *Quilombo* o classifica como “mulato”, na concepção atual isso o enquadraria na categoria “pardo” do IBGE, ou seja, negro (pretos e pardos).

⁵¹ As informações que compõem o quadro foram, em sua maioria, retiradas do impresso. Em alguns momentos, no entanto, foi necessário ler os textos e livros indicados, principalmente para podermos classificar o tema da obra.

<i>O elemento negro</i>	João Ribeiro	Historiador e folclorista brasileiro	Negro	História e cultura afro-brasileira	Quadro na página 4	5
<i>Xangô</i>	Vicente de Lima	Intelectual brasileiro	Negro	Cultura afro-brasileira	Seção Sociais	6
— (Recomenda-se o autor de maneira ampla, sem menção a obras específicas)	Mario de Andrade	Escritor modernista brasileiro	Negro	—	Seção Sociais	6
<i>Relações de raça no Brasil</i>	Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Joaquim Ribeiro e Estanislau Fischlowitz	Os dois primeiros: ambos políticos brasileiros, respectivamente jornalista e sociólogo, integrantes do corpo editorial do impresso. O último: professor de direito polonês que vivia no Brasil.	Negros	Relações raciais no Brasil	Quadro na página 10	7-8
<i>O drama de ser dois</i>	Guerreiro Ramos	Sociólogo e político brasileiro. Integrante do corpo editorial do impresso	Negro	Poesias de aspecto autobiográfico	Matéria biográfica página 2	9
<i>O Quilombo dos Palmares</i>	Edison Carneiro	Escritor integrante do corpo editorial do impresso	Negro	História e cultura afro-brasileira	Quadro na página 10	9
<i>O pássaro de Jade</i>	Sônia Regina	Poetisa brasileira	Branca	Poesias de temas diversos	Matéria na página 2	10
<i>Canção da ilha encantada</i>	Sônia Regina	Poetisa brasileira	Branca	Poesias de temas diversos	Matéria na página 2	10
<i>Romanceiro do negrinho</i>	Sônia Regina	Poetisa brasileira	Branca	Discriminação racial	Matéria na página 2	10
Poema: Canto negro (publicado no livro em Claro enigma em 1951)	Carlos Drummond Andrade	Poeta brasileiro	Branco	Preconceito racial e social	Transcrito na página 4	10
<i>Estudo de história</i>	Arnold Y. Toynbee	Historiador britânico	Branco	Religiosidade e cultura africana (entre outros temas)	Matéria “Estado dos Cultos” na página 10	10

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de informações do *Quilombo* (1948-1950) e das obras listadas.

É possível considerar que havia uma certa diferença de destaque entre as obras indicadas na seção “Livros” e as indicadas em outras seções no que se refere ao objetivo de formação do leitor. A seção “Livros” pretendia objetivamente formar leitores, enquanto a seção “Sociais”, por exemplo, visava prestigiar obras e acontecimentos que envolvessem a comunidade negra, como eventos, formaturas, lançamentos de peças e livros. A seção “Livros” era exclusivamente dedicada à literatura e à promoção da leitura como hábito. Os livros nela indicados eram selecionados em razão das características que o corpo editorial avaliava como eficientes para os objetivos do grupo enquanto movimento social. Por outro lado, nas outras seções, os critérios poderiam ser outros, como mencionado.

Antes de nos atentarmos às obras, é importante que analisemos os autores selecionados pelo impresso. Há apenas uma autora entre eles, e as suas obras foram indicadas na mesma matéria, na página 2 do último número, em entrevista para anunciar o lançamento de uma delas, o *Romanceiro do negrinho*. Essa ocorrência comunga com outros aspectos que indicam que as expressões femininas no impresso estavam alinhadas com as expectativas e a experiência social comum às mulheres, no que diz respeito aos papéis de gênero no período, a julgar pelos temas⁵² da seção “Fala a mulher” e os concursos de beleza promovidos pelo *Quilombo*.

A percepção da identificação racial dos autores é significativa para a análise. Quando se tratava de um autor negro, o texto o exaltava e valorizava a racialidade. No primeiro número do jornal, a seção “Livros” caracteriza Lima Barreto como “nosso grande romancista negro” (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 2). Outro exemplo dessa valorização é quando, na mesma seção, do número 3, Péricles Leal apresenta as contribuições das pessoas negras para a literatura antes de resenhar as obras de Richard Wright, um importante romancista negro estadunidense, que nasceu no sul do país, em 1908, em Mississipi. De família com histórico de escravização, figurou entre os autores mais lidos no país na década de 1940:⁵³

A CONTRIBUIÇÃO negra à formação artística e literária norte-americana é das mais importantes, e seria impossível falarmos de arte ou literatura dos Estados Unidos sem enumerar a contribuição do homem de côr. [...] Na literatura, entretanto, a contribuição negra não se restringe ao mero fornecimento dos ricos temas folclóricos. Vai muito mais adiante. Aí o negro é o seu próprio porta-voz, anunciador de suas dores, seus problemas sociais e íntimos, seus anseios numa grande e nobre luta pela conquista dos seus

⁵² As expectativas e a formação para a performance de gênero no *Quilombo* serão desenvolvidas no capítulo seguinte.

⁵³ O autor nasceu em 1908, em Mississipi, região no sul dos Estados Unidos. Ao longo da vida migrou para Chicago e depois para Nova Iorque. Escreveu contos, romances, novelas e ensaios. Entre as principais obras estão as duas indicadas no impresso e listadas no Quadro 1. Morreu em 1960, exilado em Paris. Para maior aprofundamento ver, sua autobiografia, *Negrinho: recordações da infância e juventude* (Wright, 1946).

direitos. [...] Dos romancistas, Richard Wright é sem dúvida alguma o que tem logrado a mais merecida aceitação no mundo (*Quilombo*, 1949, n. 3, p. 9)

Os autores negros eram, assim, sempre classificados quanto à racialidade e isso parecia fazer parte das estratégias para a “elevação cultural” e para o reconhecimento do valor das expressões negras, na medida em que explicitava a capacidade das pessoas negras de se apropriar e reproduzir elementos culturais considerados elevados e naturalizava os usos da leitura e da escrita por elas. Na maioria das vezes, a escrita das pessoas negras partia de suas experiências sociais e interpretações do mundo, impactadas por sua racialidade, como podemos ver no tema das obras. Os autores brancos, por sua vez, não são especificamente nomeados, mas, por tratarem de temas raciais, são descritos no papel de aliados. No número 10, ao descrever a obra de Sônia Regina, o impresso elogia a “generosa alma” da autora e avalia que “Sônia Regina sentiu os negros em confiança. Foi, por um momento, negra também!” (*Quilombo*, 1950, n. 10, p. 2). Na seção “Livros” do número 2, Paul Morand tem a classificação racial marcada pela separação entre o autor e “os negros” de diferentes países que ele retrata em seus trabalhos. As obras descritas de Morand são de caráter antropológico, embora ficcionais, e a coluna, que tem como subtítulo “Exotismo literário de Paul Morand”, traz o relato das experiências de negritude do autor em diferentes países, sobre religiosidade, literatura, festas e os modos e condições de vida dos negros do Harlem (EUA), das Antilhas, do Brasil e do continente africano. Percebe-se pelo subtítulo da matéria que, naquela conjuntura, era incomum que um escritor branco se dedicasse ao estudo da cultura negra, já que o trabalho de Morand é tratado como exótico, ou mesmo que a cultura negra em sua diversidade fosse objeto de estudo de uma maneira geral.

Essa lista de obras e os temas nelas tratados buscavam formar os leitores do *Quilombo*. O jornal se dirigia ao seu público comunicando o que pessoas negras poderiam e deveriam ler e escrever, além de indicar que os dilemas, aspirações e interesses das pessoas negras também eram contemplados pela literatura, e por isso merecia atenção. A escolha das obras também revela o leitor visado pelo impresso, em alguns momentos nomeado: as pessoas negras e as pessoas brancas interessadas no reconhecimento e na superação do racismo como problema nacional. Esse é, inclusive, o perfil dos autores indicados: os que não são pessoas negras, são pessoas brancas tratando de temas relacionados à comunidade negra. Além de promover a literatura entre a comunidade negra, quando alcançava um público que extrapolava seus leitores visados, por meio dessa seleção, o jornal também informava que poderia convencer eventuais contestadores das ideias veiculadas pelo impresso de seus postulados: a ideia de que havia desigualdade e discriminação racial no Brasil e que ela deveria ser combatida, visto que as

peças negras eram capazes de compreender e produzir qualquer conteúdo cultural, desde que lhes fosse oportunizado o acesso.

No número 9, foi mencionada a obra *O drama de ser dois*, de Guerreiro Ramos, em uma matéria biográfica sobre o autor, em que foram abordados os conflitos pelos quais passou:

Em novembro de 1939 muda-se para o Rio. Vem comissionado pelo Governo Estadual para fazer o Curso de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia que termina em 1942. Daquela data até 1945, Guerreiro Ramos passa pela maior crise intelectual e espiritual de sua vida. Conheci-o nessa época em que residia em Laranjeiras numa espécie de monastério. Era uma criatura em liquidação interior (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 2).

O drama de ser dois, citado em outro momento da matéria, trata-se de um livro de poesias em que Ramos apresenta vários dilemas da própria vida, provavelmente aos quais estava associada a crise referida no excerto: muitos dilemas religiosos, saudades de sua terra natal e o sentimento de estranhamento que o atravessava por viver longe dela, por exemplo. Esse livro e os textos de Guerreiro Ramos dispostos ao longo dos números do impresso, assim como o projeto Grupoterapia, apresentado no número 5 do *Quilombo*, parecem especialmente dedicados à formação da questão da identidade do leitor de maneira bastante honesta, isto é, evidenciando as angústias do intelectual e, por isso, construindo uma identificação. Ao mesmo tempo que a educação melhorou a vida de Guerreiro Ramos, ele a acusa de tolher a espontaneidade das pessoas para guiá-las a uma ideia de normalidade, como vimos na comparação de seus dois posicionamentos sobre a educação no capítulo anterior. Essas contradições são tema das suas reflexões no que diz respeito à religião, ao local onde vive, aos padrões de beleza, à noção de cultura etc.

A poesia foi especialmente relevante para o *Quilombo*; ao lado dos conteúdos sociais, o lirismo apareceu com notável recorrência. Analisando o quadro, podemos entender que a poesia (como forma e como tema), a crítica social e o estudo das expressões da cultura negra caracterizam as escolhas feitas pelo corpo editorial para a formação do leitor. A expressão do gênero lírico demonstra certo deleite pela leitura, escrita e literatura, que não se restringem, para o corpo editorial, ao papel utilitário da cultura escrita. A seção “Livros” e a preocupação em transformar a literatura num hábito para os leitores indicavam que as palavras não tinham apenas o papel de comunicar e denunciar, mas também o de entreter, encantar e promover reflexões a respeito de si mesmo, como demonstrou Guerreiro Ramos.

Cruz e Souza, poeta que figura como autor de obra indicada e que também foi biografado por Ironildes Rodrigues no número 5, serve às várias estratégias construídas pelo impresso até aqui observadas. É o negro que se destacou pelo uso que fez da palavra escrita, e por isso serve

de exemplo. Por outro lado, também exprimia, em sua obra, suas angústias, que, segundo os argumentos de Ironildes Rodrigues, derivavam em partes da desigualdade racial no Brasil, fortalecendo a construção de uma identidade racial coletiva. Segundo Rodrigues, “é grande o coeficiente de alma negra que há em sua poesia. Só um filho de outra raça [que não a branca] poderia exprimir uma dor tão profunda” (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 4). No poema “Eterna tortura”, que integra o livro *Broquéis*, indicado na seção “Livros”, é possível identificar a dor profunda descrita:

Impotência cruel, ó vã tortura!
 Ó Força inútil, ansiedade humana!
 Ó círculos dantescos da loucura!
 Ó luta, Ó luta secular, insana!
 (Sousa, 1893, p. 124).

O poema acima, não foi publicado no jornal, mas integrava o livro sugerido para seus leitores e retrata uma angústia parecida com a de Guerreiro Ramos, e que parece própria da condição de homens negros que ascenderam social e economicamente, mas ainda enfrentam a subalternização de outras maneiras. A seção “Livros” do número 5 do impresso parece uma prévia de uma biografia anunciada por Ironildes Rodrigues: “Na biografia de Cruz e Souza que tentarei escrever, quero deixar patente uma coisa: é o grande coeficiente de alma negra que há em sua poesia” (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 4). Apesar da matéria ser extensa e ter um caráter biográfico, a obra de fato parece nunca ter sido escrita ou, se escrita, não foi publicada, visto que não há registros de biografias do poeta de autoria de Rodrigues. No entanto, outras biografias posteriores de Cruz e Souza, como Prandini (2015) e Alves (2015), revelam que o abolicionismo foi central na vida do autor, visto que ele nasceu de um relacionamento entre escravizados alforriados e participou de várias conferências abolicionistas. A opção pelo simbolismo⁵⁴ e o sentimento de impotência e ansiedade relacionados acima podem indicar que o poeta vivia num limbo entre ser um indivíduo com alguns privilégios, considerando os outros indivíduos negros naquele contexto do país, e a vida de seus pais, visto que já nasceu livre, teve acesso à educação e, ainda em vida, teve seus trabalhos reconhecidos por membros da elite intelectual da época, como Olavo Bilac. Mesmo assim, ainda fazia parte de um grupo subalternizado e sentia os efeitos psicológicos e as barreiras sociais impostas pelo racismo em sua vida, além de observá-los na sociedade.

⁵⁴ O simbolismo é uma corrente literária marcada pelo protagonismo dos sentimentos, das emoções e da subjetividade, surge em oposição ao realismo. Para maior aprofundamento, ver o verbete “O simbolismo”, de Bernardino Monteiro (1968).

O romance *Negrinho*, de Richard Wright, e *As memórias de Josephine Baker*, de Marcel Sauvage, também são de caráter biográfico e, somados aos dois outros casos acima, formam um compilado de obras que remetem à estratégia de educar pelo exemplo, rememorando a vida de pessoas negras que, apesar dos desafios e angústias, encontraram formas de lidar e eventualmente superar a subalternização por meio da educação, do acesso e da reprodução das expressões culturais consideradas elevadas ou superiores, como sugere o próprio jornal. As biografias, na maior parte das vezes, cumprem esse papel de elaborar o biografado como um exemplo. No caso de biografados negros, mais do que um exemplo, essas obras apresentavam a esperança, visto que demonstravam que pessoas de um grupo social minorizado poderiam ascender social e economicamente, além de indicar caminhos para a ascensão.

Na seção “Livros” do número 6, a sugestão de leitura da obra biográfica de Josephine Baker relembra a trajetória da atriz desde sua infância no estado do Mississippi, no sul dos Estados Unidos, famoso pela expressão cruel do racismo, até o auge de sua carreira em Paris, que o impresso chamou de “a capital do universo”: “E a preta sonhadora que nasceu às margens do Mississippi, lembrava-se dos algodoads da sua Nova Orleans e o cântico profundo e grave dos negros a cantar no crepúsculo. E o livro vai num crescente lirismo descrevendo as lutas tódas da mais célebre atriz negra do mundo” (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 4). Além da ideia de superação transmitida pela matéria, em especial pelo uso do adjetivo *sonhadora*, que sugere que a jovem tinha expectativas de alcançar o sucesso que teve mesmo antes de se tornar cantora e bailarina, é comum que obras biográficas e autobiográficas reconstruam a infância e a juventude a partir de um pertencimento específico — no caso de Baker, o pertencimento racial — como demonstraram Galvão, Neiva e Jinzenji (2018, p. 199):

As memórias de infância são, portanto, produzidas a partir de eixos escolhidos pelos autores para dar sentido e coerência às suas vidas. Nesse processo, o engajamento em torno de causas relacionadas aos pertencimentos analisados torna-se, em muitos casos, o argumento central sobre o qual se articulam os demais aspectos das trajetórias narradas.

A ideia de que Paris é “a capital do universo” também reforça o eurocentrismo inerente à elevação cultural, sugerindo qual tipo de expressão cultural é considerada superior. Em contrapartida, as obras teóricas a respeito da população negra, de caráter sociológico, histórico e até mesmo antropológico — representadas entre as indicações por livros como *O elemento negro*, *Relações de raça no Brasil*, *Xangô*, *Estudo de história e Magie Noire (Black Magic)*, por exemplo —, buscam informar a respeito da origem dos costumes, hábitos e matrizes culturais da população negra, bem como inventariar as contribuições dos negros para o

desenvolvimento das sociedades ocidentais, a fim de combater os preconceitos e estigmas/ estereótipos construídos pelo desconhecimento, correspondendo, portanto, ao objetivo de afirmar positivamente a história e a cultura das pessoas negras. Na indicação de *Magie Noire (Black Magic)*, do autor Paul Morand, por exemplo, o *Quilombo* (1949, n. 2, p. 4) afirma que a obra é “um dos mais lúcidos estudos sobre as feitiçarias e superstições do negro” e, em seguida, relata que os “pretos do Harlem e das Antilhas ali praticam a mandinga de seus ancestrais” como demonstra o livro indicado ao associar tais “mandingas” a práticas religiosas que ocorriam na cidade de Kankan no oeste do continente africano (não especificam o país). Nesse caso, além de informar sobre religiões tratadas como tabu para combater o desconhecimento e os preconceitos, a ideia de ancestralidade ou tradição dos costumes religiosos em questão atribuíam valor “cultural” a religiosidade negra praticada nas Américas. Similarmente, na indicação de *O elemento negro*, no número 5, a coluna afirma: “O livro, que noticiamos, estuda o elemento negro em face da história, do folclore e da linguística [...] pelo estudo científico do homem negro em nossa pátria” (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 4). O impresso anuncia, portanto, que o livro apresenta as contribuições das pessoas e expressões negras para a constituição do país nesses três aspectos.

Ainda nesse sentido, na página 4 do último número do impresso, foi publicado integralmente um poema de Carlos Drummond Andrade. Não há apresentação do autor ou mesmo comentários sobre o texto, ele está apenas disposto na página, ao lado de uma matéria que problematiza a questão da liberdade religiosa e a perseguição às religiões de matriz africana. No poema “Canto negro”, o eu lírico evoca as contribuições negras para o Brasil, ironizando a pretensão de aproximação com países europeus e a negação dos elementos negros da cultura brasileira. Essa escolha, além de cumprir com o objetivo da valorização da negritude, também age em um sentido integrador, pois o eu lírico se nomeia como branco e faz uma ode à negritude, ilustrando o “branco democrata” — o aliado tão aludido pelo *Quilombo*:

Preto que vivi, chupando
 Já não sei que seios moles
 Mais claros no busto preto
 No longo corredor preto
 Entre volutas de preto
 Cachimbo em preta cozinha

Já não sei onde te escondes
 Que não me encontro nas tuas
 Dobras de manto mortal
 Já não sei, negro, em que vaso
 Que vão ou que labirinto
 De mim, te esquivas a mim

E zombas desta gelada
 Calma vã de suíça e de alma
 Em que me pranteio, branco
 Brinco, bronco, triste blau
 De neutro brasão escócio
 Meu preto, o bom era o nosso
 (Andrade *apud Quilombo*, 1950, n. 10, p. 4).

O poema em questão, assim como as obras de caráter informativo acima comentadas, se alinha com o objetivo de “valorar” a cultura negra, apresentado no início do capítulo, e reforça os dois objetivos do *Quilombo* em relação à cultura, que agia simultaneamente em diferentes direções para mitigar os efeitos da discriminação racial de maneira mais ampla. Esse tipo de sugestão de leitura também visava criar um sentimento de orgulho de fazer parte do grupo de “negros” e agenciar uma identidade coletiva, como desenvolveremos no capítulo a seguir.

Também com o objetivo de demonstrar e promover o reconhecimento das pessoas, da cultura negra e de sua contribuição para a sociedade, a obra de João Ribeiro, abaixo citada, foi sugerida e comentada no número 5, na seção “Livros”, e demonstra o papel desse tipo de sugestão de leitura: apresentar a influência e a contribuição das culturas negras vindas do continente africano para a cultura brasileira.

O negro, o fruto da escravidão africana, foi o verdadeiro elemento criador do país e quasi o unico.
 Sem ele, a colonização seria impossivel, ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alevantavam, em grande parte e a principio, os primeiros colonos.
 A adaptação dos brancos ao novo clima, como a de certas plantas, exigia esse arrimo d’onde lhes vinha a vida.
 Tambem por outro lado foi o negro o máximo agente diferenciador da raça mixta que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional.
 Os primeiros negros são de Guiné, mas dentro de pouco tempo o trafico atinge Angola e a contra costa em Moçambique, e de lá chegam levas nas esquadras negreiras, todo o ano (Ribeiro, 1937, p. 18).

A importância atribuída ao “negro” e a indicação da origem desses povos — Guiné, Moçambique, Angola —, o que fornece uma especificidade e humanidade para os povos escravizados, constrói a noção de origem para a população negra, fundamental para a elaboração da identidade racializada.

Além de formar leitores, estimular a leitura e a escrita, e construir uma identidade racial capaz de organizar uma agenda política para a valorização das pessoas negras e a superação do racismo, havia uma face voltada à carreira dos membros do corpo editorial. Muitas das obras

indicadas foram escritas pelos colaboradores do jornal, e essas indicações tinham, provavelmente, a intenção de impulsionar esses trabalhos. Mesmo que sejam inegáveis as aspirações coletivas do grupo que agia na configuração do que hoje entende-se como movimento social, há de se pensar que se tratava de um esforço de trabalho. Como observado no Capítulo 2, muitos dos intelectuais que integravam o corpo editorial estavam buscando estratégias para se firmar como escritores, como é o caso de Guerreiro Ramos e Ironildes Rodrigues.

Entre as obras indicadas, muitas têm como tema a crítica social e as dificuldades sistemáticas enfrentadas pela população negra, como desigualdade social e econômica, discriminação e violência policial. Mesmo que algumas delas sejam ficção, cumprem o papel de estimular reflexões nesse sentido. O livro *Poemas dum vida simples*, de Solano Trindade, indicado no número 4, se enquadra nesse tipo de obra. Solano Trindade, além de importante poeta, era teatrólogo, pintor, escritor, estudioso das tradições populares e também integrava o TEN. Teve sua trajetória como artista e militante marcada pela fundação da Frente Negra Pernambucana (1936); juntamente com Abdias do Nascimento e outros ativistas, do Teatro Experimental do Negro (1944); do Teatro Popular Brasileiro (1950), com Edison Carneiro; e do Centro Cultural Afro-brasileiro (1998).⁵⁵ O livro indicado foi lançado no mesmo ano de fundação do TEN (1944) e, além de tecer críticas à desigualdade racial, apresentava poemas relacionados à miséria e à exploração do trabalhador. O poema “Tem gente com fome”, que mais tarde se tornou um dos mais famosos do autor, aborda a fome a partir de associações com o transporte público, o autoritarismo e o silenciamento impostos aos trabalhadores.

O livro de Solano não é o único da lista de indicações a associar os temas pobreza e opressão racial, essas também são as denúncias feitas pelos romances de Richard Wright e pelo livro *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto. Apesar das peculiaridades de cada uma das obras, o pano de fundo dos enredos constrói para o leitor a percepção da realidade social além da sua experiência individual, comunicando, assim como em outras matérias do *Quilombo*, que a desigualdade social e racial eram problemas coletivos e sistemáticos, que estavam frequentemente associados em razão do passado escravocrata, da abolição sem reparação e dos efeitos do racismo. Uma das implicações desses fatores era a concentração de renda nas mãos de uma elite branca não só no Brasil, como em todo o continente, devido à maneira como se formaram as sociedades nas Américas a partir da colonização. Isso buscava convencer ao leitor, mais uma vez, a se engajar em um movimento coletivo. Como demonstra, por exemplo, o trecho

⁵⁵ Para mais informações, ver o verbete “O poético militante Solano Trindade”, de Silva (2023).

do livro *O filho nativo*, que, embora o jornal não tenha publicado em suas páginas, apostava que o leitor o consultaria:

Ele iria ver exatamente como agiam. Claro, era tudo um jogo e os brancos sabiam como jogá-lo. E gente branca rica não era tão dura com os negros; eram os brancos pobres que odiavam os negros. Eles odiavam os negros porque eles não recebiam a parte deles do dinheiro. Sua mãe sempre lhe dissera que os brancos ricos gostavam mais de negros que dos brancos pobres. Ele sentia que se ele fosse um branco pobre e não recebesse sua parte em dinheiro, então mereceria ser chutado. Gente branca pobre era estúpida. Os brancos ricos é que eram inteligentes e sabiam como tratar as pessoas. Ele lembrou de ter ouvido alguém contar uma história de um chofer negro que se casou com uma garota branca rica e a família dela despachou o casal para fora do país e forneceu dinheiro para eles (Wright, 2024, p. 46).

O trecho acima demonstra o racismo em suas diferentes faces: na exploração do trabalho, na hostilidade e na aversão. A ideia de que os brancos ricos são menos duros com os negros porque se beneficiam da subalternidade, por meio da exploração de seu trabalho, e de que, quando não estão os explorando, os preferem longe, explicita que a hostilidade e a discriminação racial não são as únicas expressões do racismo nas sociedades com um passado escravocrata. O trecho citado provoca, ainda, uma reflexão a respeito da questão racial como um fenômeno social e sobre as múltiplas formas do racismo. Há, também, o espelhamento do ódio de classe, que na obra se mistura com o ódio à pobreza.

Outra possibilidade de análise das obras indicadas é o trabalho, como movimento social, de formular um diagnóstico da sociedade que pretendiam transformar. As ficções eram construídas a partir da observação da realidade e, ao lado das denúncias de discriminação, de abusos no trabalho doméstico e dos debates publicados no jornal, serviam para elencar as questões que mereciam atenção no campo social e político. Essa percepção pode ser confirmada pelas entrevistas publicadas, como a de Jael de Oliveira Lima, analisada no capítulo anterior. Embora, na entrevista, Lima não apresente ou indique um livro, na apresentação de seus planos como futuro governador, ele trata de questões como a falta de oportunidade de trabalho e os problemas de habitação e planejamento urbano, que também aparecem nas obras de ficção que fazem crítica social.

Essa lista de sugestões de leitura, os comentários tecidos nas indicações e os debates suscitados pelas obras demonstram que o *Quilombo* promovia entre seus leitores um letramento racializado: o uso da leitura e da escrita era pensado para a população negra e também para despertar a consciência sobre os impactos da racialidade na experiência social das pessoas, numa sociedade construída com base na subalternização racial. Ou seja, mais do que incentivar

a leitura, o *Quilombo* propunha uma leitura estratégica, visando à compreensão e participação no debate público a respeito das desigualdades raciais e sociais no país, bem como a elaboração e crítica das políticas para superação do quadro social apontado pelas obras. Além disso, no que se refere a despertar o gosto pela leitura, era importante que as obras se comunicassem com o mundo do leitor, para estimular o interesse, a adesão e a ideia de possível recompensa — ganhar prestígio social e ascender economicamente — pela tarefa de ler, o que tornaria os leitores do *Quilombo* “cultos”. A leitura apareceu associada a outros hábitos ligados à noção elevada de cultura, tais como a escola, o balé, o teatro, e até mesmo como uma forma de acessar essas manifestações, como é o caso da relação entre a alfabetização e o teatro. Verifica-se, portanto, que o projeto de “elevação cultural”, apesar de influenciado pelo ideal liberal desenvolvimentista, era tão progressista e coletivo quanto possível para o período, já que combinava estratégias para a superação de um quadro social que afligia a população negra, por meio do acolhimento, da esperança, da identificação e da colaboração entre pares, mais tarde desenvolvidos por Abdias Nascimento no conceito de *quilombamento*.⁵⁶

As visões de cultura veiculadas no *Quilombo*, assim como suas elaborações e reflexões, estavam relacionadas com a construção da identidade negra. Essa identificação e o senso de pertencimento dela decorrente organizavam as estratégias do grupo como movimento social e também promoviam o engajamento de outras pessoas negras, que, ao compreenderem que seus anseios e problemas eram de ordem coletiva, se uniam em torno da superação dos desafios impostos pela subalternidade racial. No capítulo seguinte nos dedicaremos à análise dos esforços de construção e difusão dessa identidade coletiva.

⁵⁶ Para maior aprofundamento, ver Nascimento (2019).

5

O JORNAL COMO PROMOTOR DE UMA IDENTIDADE COLETIVA: A CONSCIÊNCIA RACIAL

O *Quilombo* tem uma característica essencialmente coletiva e muitos são os indícios disso: o nome do jornal, a forma como ele surgiu e foi produzido — como o porta-voz de um movimento social —, além dos objetivos anunciados no programa do impresso e analisados nos capítulos anteriores. Em razão da importância da coletividade, o agenciamento da identidade negra esteve costurado a todas as movimentações do corpo editorial, pois, para levar as pessoas negras a se engajarem em um movimento coletivo, o jornal precisou convencê-las de que pertenciam a essa coletividade. Neste capítulo, analisaremos as estratégias utilizadas pelo *Quilombo* para promover a consciência racial entre as pessoas negras e convencê-las a se apropriar dessa identidade.

Muitos são os trabalhos que pensam a formação da identidade associada à formação das nações, como o de Perry Anderson (2004), que analisa a formação dos Estados Nacionais europeus, e o de José Murilo de Carvalho (1990), que apresenta o projeto de construção da identidade brasileira a partir da República. Há também estudos decoloniais, como os de Frantz Fanon (1979; 2008), que analisam, por sua vez, a fragmentação das identidades como estratégia de dominação e a importância da reorganização da identidade dos grupos colonizados para viabilizar suas lutas de libertação. A teoria sociológica de Émile Durkheim (2007), que descreve o processo de socialização, de alguma maneira, também apresenta uma tese sobre a fabricação de identidades coletivas a partir da internalização das regras e costumes do grupo social em que o indivíduo está inserido. Mesmo diante de tantas possibilidades, para a análise do *Quilombo*, conforme se seguirá, adotaremos a elaboração de Manuel Castells (2018, posição 995):⁵⁷

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social.

⁵⁷ O livro foi acessado em versão digital (E-book). A referência em posição e não em página obedece à norma, pois a paginação pode variar de acordo com as configurações de leitura adotadas por cada leitor, já a posição é fixa.

Castells (2018) pensa a identidade em três formas: as construídas por instituições dominantes, as que surgem de grupos sociais marginalizados como formas de resistência, e as que são construídas como um projeto que visa transformar a sociedade e introduzir nela um novo conjunto de valores. A estratégia do *Quilombo* pode ser interpretada como a terceira forma de identidade coletiva pensada pelo autor, visto que o impresso se esforça não apenas para unir pessoas negras, mas também para transformar o comportamento social no Brasil no que se refere à discriminação racial. Mesmo que, ao longo da história brasileira, muitas expressões culturais negras tenham surgido como parte de uma identidade de resistência na categorização de Castells (2018), no caso dos movimentos sociais, essas expressões passam a ter o objetivo de transformar o pensamento hegemônico e valorizar um grupo marginalizado, como forma de mudar a percepção social sobre ele. Esse é o caso do impresso aqui analisado, que, além de figurar como uma expressão de resistência da população negra, promoveu uma identidade que era um projeto para esse grupo.

5.1 A construção da identidade como um projeto

O primeiro tipo de estudo mencionado nesse capítulo — aqueles que abordam as nações — demonstra que a construção e a manutenção de identidades é uma estratégia política, produzida e introjetada para a organização de grupos humanos. De acordo com a categorização de Castells (2018), a identidade nacional se enquadraria no primeiro grupo, pois tem o objetivo de expandir e racionalizar a dominação. Não ao acaso, o processo de socialização se encarrega de fazer com que os recém-chegados a um grupo social aprendam a fazer parte dele por meio da apropriação de símbolos, hábitos, objetivos e valores. No Brasil, a escravidão fez com que as pessoas negras fossem compreendidas, nesse processo de elaboração da nacionalidade, como um grupo específico (ontologicamente como “coisa”)⁵⁸ desde os tempos coloniais, não para o benefício desse grupo, mas para garantir a exploração. Apesar da diversidade étnica e cultural das pessoas negras sequestradas no continente africano e trazidas para o trabalho compulsório no Brasil, aqui elas passaram a integrar o mesmo grupo, definido pela cor da pele e pela função social que ocupavam: escravizados, como aborda Moura (2021). Mesmo após a abolição da escravidão, a identidade da racialidade negra permaneceu pejorativa como efeito do racismo, cicatriz feita pelos quase quatrocentos anos de escravidão na história do país. O *Quilombo* se esforçou, nesse sentido, para tornar positiva a identidade negra e construir símbolos, hábitos,

⁵⁸ Fanon (1979) argumenta que, no processo de colonização, o colonizador coisifica o colonizado no movimento de domínio, de exploração e de pilhagem; a descolonização, em contrapartida, é o processo por meio do qual a “coisa” colonizada converte-se em humano, ou seja, se liberta.

objetivos e valores que fossem capazes de organizar as pessoas negras no Brasil em seu próprio benefício, para além do lugar em que foram colocadas nas formulações do passado nacional até ali.

Os movimentos de resistência à escravidão, em sua diversidade de estratégias em diferentes momentos, desde a colônia até o império, podem ser compreendidos como as primeiras organizações de pessoas negras nesse sentido, mas, como pontuado por Guimarães (2001), depois da abolição,⁵⁹ essa unidade identitária perdeu força. O enfraquecimento ocorreu, muito provavelmente, devido à aspiração de integração social da recém livre população negra, que buscava se apropriar da identidade nacional, mesmo diante das dificuldades causadas pelos anos de escravidão e mantidas pelo processo abolicionista sem políticas de reparação. Dessa maneira, o agenciamento da identidade negra volta a ser feito de forma política, em 1930, pela Frente Negra Brasileira em São Paulo. Os movimentos negros que se organizaram a partir desse período agiram para combater a discriminação racial e buscar igualdade social, jurídica e política para a população negra brasileira.

A agitação e arregimentação política dos negros eram feitas em torno de ideias e atitudes algumas vezes contraditórias. Mas, de modo geral, prevaleciam aqueles que enfatizavam a origem mestiça e mulata do povo brasileiro, repudiavam os costumes africanos sobreviventes e pregavam a necessidade de educar as massas negras para livrá-las do preconceito e da ignorância; ainda que houvesse quem, na imprensa negra da época, reafirmasse a raça negra e a importância da herança cultural africana (Guimarães, 2001, p. 91).

As ideias contraditórias descritas por Guimarães (2001) podem ser observadas nas estratégias do *Quilombo*: destaca-se a combinação entre a valorização do que as pessoas negras já representavam e a busca pelo que gostariam de se tornar. Essa combinação foi o ponto organizador de uma identidade: o impresso apostou na premissa de que as pessoas negras já eram semelhantes entre si do ponto de vista da experiência social, mas foi necessário, portanto, expor essa semelhança, publicizando situações sociais corriqueiras na vida da maioria das pessoas negras que o jornal alcançava. Além disso, buscou enaltecer a negritude por meio da exaltação de símbolos e histórias de pessoas negras “louváveis”, para fazer com as pessoas tivessem orgulho de afirmá-la.

Os desafios de se construir uma identidade de projeto estavam associados ao fato de que ela possivelmente se sobreporia a outros esforços de identidade coletiva, como o nacional. A

⁵⁹ Do ponto de vista pragmático, a Lei Áurea teve pouco efeito, já que a maioria das pessoas negras já estavam libertas por outros caminhos e leis, conforme demonstrado por Conrad (1975). No imaginário social, a ideia de não existir mais, legalmente, a possibilidade de pessoas negras serem escravizadas representou um marco na ideia de integração e na possibilidade de inclusão da população negra no exercício da cidadania.

ideia de identidade e seus esforços de construção são historicamente associados ao processo de unificação política/nacional. No caso latino-americano, de maneira geral, esse processo foi mais complexo, dada a diversidade étnica ocasionada pelo sistema colonial que ocupou o território de exploradores europeus e de escravizados de diversas partes do continente africano, além de violar os nativos de muitas maneiras. Nos países latino-americanos, a construção da identidade nacional esteve associada aos processos de independência do século XIX, que foram guiados pelos interesses políticos das elites econômicas das colônias e guardaram certa heterogeneidade étnica. Veiga (2022) aponta para o fato de que, de alguma maneira, na América Latina, “os discursos de formação das nações contribuíram para consolidar a hierarquização racial” (Veiga, 2022, p. 87). Mesmo que essa hierarquização estivesse associada a um projeto de desenvolvimento nacional, criou-se nesses países uma identidade fragmentada. No caso do Brasil, a forma como se deu o processo de independência,⁶⁰ dando continuidade a uma sociedade escravagista e depois a manutenção da hierarquia racial no pós-abolição, tornou ainda mais arrevesada a experiência identitária dos brasileiros.

Quando instaurada a República no Brasil, a influência do pensamento liberal fez com que a questão da identidade coletiva tivesse ainda menor relevância para o desenvolvimento da sociedade brasileira, pois a ideia de igualdade jurídica parecia suficiente para organizar um Estado que teria como objetivos garantir os direitos individuais e propiciar o desenvolvimento feito por mãos privadas, ignorando as desigualdades sociais estruturais. No século XX, o controle da produção cultural nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), feito pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), buscou promover o fortalecimento da identidade nacional brasileira por meio da valorização da mestiçagem e explorar o potencial de algumas manifestações culturais de origem não europeia, como o samba, se tornarem símbolos nacionais.⁶¹ Esse percurso de elaboração da nacionalidade brasileira e as diferentes formas de abordar a questão racial ao longo dele são indicativos da razão pela qual, no final dos anos 1940, era necessário um trabalho estratégico, como o do *Quilombo*, para produzir e difundir uma identidade coletiva negra. O processo de desenvolvimento e a difusão dessa identidade precisavam lidar com o fato de que, historicamente, a população brasileira tinha, até ali, uma experiência pequena para se entender como parte de um coletivo e pertencente a uma identidade

⁶⁰ A independência do Brasil está entre as últimas do continente e foi feita mais como um processo de continuidade do que de ruptura, visto que é proclamada por um monarca português, que deu início a uma monarquia inspirada no mesmo tipo de sociedade de Antigo Regime que colonizou o país, e não pelas insurreições populares republicanas que antecederam a independência (Pimenta, 2022).

⁶¹ Para maior aprofundamento, ver Capelato (1996)

racial que se referia apenas às pessoas negras do país, pois esse processo parecia ameaçar a frágil identidade brasileira em desenvolvimento.

Essa hipótese é reforçada nos momentos em que o *Quilombo* se defende, sem explicitar de onde vieram as acusações, de que estaria tendo uma postura que favoreceria, de alguma forma, a segregação, como podemos ver no trecho, que faz parte de uma coluna não assinada, intitulada “Convite ao Encontro”: “Nosso movimento não é um protesto: é uma afirmação. Não se inspira na luta de classes; inspira-se na ideia de cooperação. Não tem por lema segregar; mas unir” (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 3).

O uso recorrente da palavra *integrar* e suas variantes, como analisado no primeiro capítulo do presente trabalho, também demonstra que o impresso não pretendia ameaçar a unidade brasileira, mas sim fazer com que as pessoas participassem parte dela de forma plena. O desafio era duplo: dizer às pessoas negras que elas formavam um grupo com especificidades; e dizer às autoridades políticas e intelectuais que pudessem ler o jornal que não pretendiam incitar nenhum tipo de rivalidade racial. Esse é um movimento delicado, pois, ao organizar a coletividade negra, o impresso tinha como intenção fazer com que as pessoas negras tivessem uma experiência social e política semelhante à das pessoas brancas brasileiras — isto é, frequentar escolas, teatros, universidades sem sofrer discriminação; candidatar-se e eleger-se para cargos políticos; ter profissões das mais variadas naturezas; e ter a oportunidade de ascender economicamente por meio dos estudos e do trabalho. Nesse sentido, é possível interpretar que a identidade negra já se apresentava como desigualdade, pois as pessoas negras eram identificadas pela sua racialidade no tecido social e enfrentavam desdobramentos semelhantes a partir desse reconhecimento. No entanto, elas precisavam se apropriar e tornar positiva essa identidade, a fim de produzir condições de igualdade, ou seja, de integrar plenamente a sociedade brasileira.

5.2 A produção de cânones negros

Logo no primeiro número, o *Quilombo* inaugurou uma seção chamada “Negros da história”, que permaneceu até o quarto número. A seção celebrava a trajetória de pessoas negras que contribuíram para a coletividade que representavam, os denominados “heróis de cor”, como definiu o impresso ao descrever Antonio Maceo, que atuou na independência de Cuba (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 8). Outros “heróis de cor” apareceram, na seção e fora dela, do primeiro ao último número do jornal. Mesmo após o desaparecimento da seção, o impresso

manteve a estratégia de elogiar pessoas negras de relevância coletiva: escritores, políticos, músicos e revolucionários, conforme exemplificado abaixo:

Entre as grandes figuras do Abolicionismo, o nome de Luiz Gama se destaca e se agiganta como uma montanha aparte. Quando ainda ninguém se dignara fazer algo, pela ação sistemática, a favor do negro sem esperança, Luiz Gama, inicia a sua luta de verdadeiro precursor. [...] Tudo nesse negro incomparável era grande e nobre. Seu coração e sua inteligência (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 1).

Gama é apresentado no segundo número, na seção “Negros da história”, em um texto não assinado, como uma das “grandes figuras do abolicionismo”, o que o coloca como parte relevante de um movimento coletivo, o que pode funcionar como um exemplo para o objetivo do jornal de estimular a movimentação coletiva em prol da superação da discriminação racial. Outras três expressões fazem alusão à sua grandeza ainda na primeira oração da citação, como forma de convencer o leitor da importância histórica do abolicionista, são elas: “destaca”, “agiganta” e “montanha”. Além da capacidade intelectual, a generosidade e a bondade expressas pela alusão ao coração e nobreza de Luiz Gama também fazem parte da sua construção como herói, já que, aparentemente, são essas qualidades que o estimulam a lutar pela libertação do “negro sem esperanças”.

Estratégias discursivas semelhantes também são mobilizadas em outros casos, como o do Padre Maurício:

Padre Maurício se projetou como a figura brilhante da época esplendorosa da Capela Imperial, onde se ouvia no órgão desde Palestrina, Mozart, até ao próprio Padre Maurício. É conhecida a campanha que Marcos Portugal, célebre músico português da época, moveu contra o mulato Maurício, que assim mesmo triunfou e passou à história de música brasileira onde o primeiro, só figura como um estigma de baixesa e de seu carácter e negação criadora (*Quilombo*, 1949, n. 4, p. 3).

O músico Padre Maurício⁶² é apresentado, na mesma seção e também em um texto não assinado, como talentoso e perseverante; nesse caso, menos como um herói e mais como um exemplo para as pessoas negras, pois o destaque não é para a sua contribuição coletiva, mas para a sua capacidade de reproduzir as obras reconhecidamente excelentes pela cultura hegemônica, como a de Mozart, e de criar suas próprias músicas a despeito das barreiras que a discriminação racial lhe impusera. Além disso, o padre tinha se tornado, segundo os registros

⁶² O Padre José Maurício foi um padre e músico mestiço brasileiro dos tempos coloniais. Ficou famoso devido aos seus talentos como músico, que fizeram com que ele fosse bem quisto nas festas da corte portuguesa no Brasil durante o período joanino, chegando a ser publicamente elogiado por Dom João. Para mais informações, ver Vaccari (2018).

históricos, um dos músicos favoritos de Dom João VI; logo, além do exemplo, a história do padre também transmitia alguma esperança, pois, se durante os tempos coloniais, em que a subalternidade racial era mais explícita, um “mulato” tinha se tornado padre e músico de prestígio, seria possível vencer a discriminação no cenário em que o *Quilombo* se inseria.

Mário de Andrade também é celebrado nas páginas do jornal:

Comemoramos esse mês mais um aniversário da morte de Mário de Andrade, daquele que foi, com justiça, a mais completa organização de escritor dos últimos trinta e cinco anos.

Ele foi, no Brasil, o caso raríssimo de um homem de letras emancipado da literatura.

Num país em que a literatura é uma espécie de perversão coletiva, o mulato Mário de Andrade conseguiu fazer um apostolado de genuína inteligência e de genuína expressão espiritual (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 2).

Na celebração da obra de Mário de Andrade, feita na seção “Sociais” em texto não assinado, a ideia de “fazer justiça” com a sua memória evidencia o propósito de construir cânones negros que outrora tinham sido apagados. Na mesma matéria, o jornal traz uma citação de Mário de Andrade, indicada por aspas, na qual o poeta teria criticado a “inaturalidade” da produção artística que não reconhece a arte como tendo “uma funcionalidade imediata social” e sendo uma “profissão e uma força interessada na vida”. Isso sugere que o autor usou sua poesia para promover debates e discussões sociais a serviço da interpretação e da transformação da realidade social, contrapondo-se ao que o trecho acima chamou de “perversão coletiva”.

Figura 9 – Homenagem à diplomata



Fonte: *Quilombo*, maio 1949, n. 2, p. 3.

A homenagem acima também funciona como um exemplo de superação para o leitor, demonstrando a possibilidade de ascensão por meio da educação; afinal, o homenageado é fruto da pior condição imposta às pessoas negras no Brasil, pois é neto de escravizados e, ainda assim, conseguiu alcançar uma posição de destaque internacionalmente por meio da educação.

Operar a memória coletiva, elegendo símbolos e elaborando um passado comum, é uma estratégia de unificação nacional nas histórias das civilizações, como demonstra Carvalho (1990) no caso brasileiro, pois cria senso de pertencimento. *Quilombo* lançou mão dessa estratégia, em combinação com outras, para promover a identidade negra num sentido de projeto. Os homens mencionados nos trechos são apresentados como exemplo da excelência de pessoas negras, numa busca por alterar a percepção social preconceituosa a respeito desse grupo, exatamente como descreve Castells (2018, posição 336):

No meu ponto de vista, uma identidade de projeto surge quando os atores sociais, baseados em quaisquer materiais culturais que estiverem disponíveis a eles, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade e, ao fazer isso, buscam a transformação da estrutura social como um todo.

Em seu segundo número, na seção “Negros da história”, ao contar a história de Luiz Gama, o jornal o nomeou como “Herói e Santo da Abolição” (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 1). Nesse caso, além de exaltar um herói negro, a seção reelaborou um evento histórico marcante para o passado comum dos negros, sem nem mencionar a princesa branca que normalmente protagoniza a história da abolição e citando outras pessoas negras que foram determinantes na luta abolicionista, como Luiza Mahim (mãe de Luiz). Se, por um lado, a noção de herói remete à formulação das histórias nacionais, a ideia de santo invoca o componente católico da socialização brasileira: ser adjetivado como *santo* seria o ápice da virtuosidade, que, portanto, serviria de exemplo. O adjetivo era definido, nos dicionários do período, como “estruturalmente puro, soberanamente perfeito. Que está puro, isento de mancha ou de imperfeições; que não tem culpas; que pode servir de modelo religioso” (Morais Silva, 1949, p. 894). A trajetória de Luiz Gama foi valiosa na comunicação do *Quilombo*, pois estava alinhada com seu projeto. Filho de Luiza Mahim, mulher livre que ajudava organizar insurreições de escravizados, na vida adulta conseguiu, por meio dos estudos, se libertar e atuar na política, na imprensa e como advogado, lutando pela liberdade de seus semelhantes.⁶³ Por meio da história de Gama, o impresso demonstrava a eficácia de suas principais estratégias: a promoção dos estudos para elevação social e econômica de pessoas negras e a ação coletiva dos negros para vencer os desafios que marcavam essa população no Brasil. Desse modo, é possível verificar que, além dos elementos anteriormente citados para construção do pertencimento, a seção buscava também educar pelo exemplo.

Estabelecendo um paralelo entre as identidades construídas por instituições dominantes e as identidades de projeto, é possível perceber, nesse caso, certa relação entre elas. Elencar personalidades negras do passado, destacando suas contribuições coletivas, se aproxima, ao mesmo tempo em que atravessa, da elaboração institucional da ideia de nação no caso do Brasil. O Estado, ao produzir e promover uma identidade nacional, também revisita o passado e elege heróis que atuam como símbolos dos valores nacionais que se pretende engendrar num povo. A forma como o *Quilombo* faz isso, no entanto, desafia a narrativa hegemônica ao construir cânones negros para fatos históricos, questionando o passado comum ilustrado na memória coletiva e buscando evidenciar as contribuições da população negra, que haviam sido silenciadas e apagadas da história nacional.

⁶³ Para maior aprofundamento sobre a vida e a obra de Luiz Gama, ver Azevedo (1999).

5.3 Os objetivos da coletividade negra

Além de indicar a importância de se pensar os impactos da raça de forma coletiva, o jornal elencou causas pelas quais as pessoas negras deveriam se mobilizar. Obviamente não era necessário dizer para as pessoas negras quais eram os problemas que elas enfrentavam em seu cotidiano, mas era importante fazer com que refletissem sobre o fato de aqueles problemas não serem de ordem pessoal. Dessa maneira, ao denunciar discriminações em instituições escolares, pautar o trabalho doméstico e as questões habitacionais nos bairros mais pobres, por exemplo, o *Quilombo* trazia reflexões que indicavam que, entre as pessoas negras, as dificuldades financeiras não eram resultado de fracassos individuais, e os abusos sofridos no trabalho não estavam ligados a características exclusivas de seus patrões, mas sim a uma mentalidade marcada pela discriminação racial no país.

Na seção “Arquivo” do primeiro número, uma matéria intitulada “Linha de côr”, assinada por Raquel de Queiroz, elenca vários casos de discriminação racial como forma de refutar o argumento apresentado por um colega escritor de que no Brasil estava ocorrendo a “invenção artificial do problema da gente de côr”:

Lembra-se o meu prezado colega e mestre de certo requerimento feito pelos comerciantes do chamado Triângulo paulista à interventoria de S. Paulo, em abril de 1944, pedindo que fôsse proibido às pessoas de côr o trânsito pela área do citado Triângulo? E lembra-se da intimação feita às sociedades recreativas de cidadãos paulistas de côr, ordenando a mudança compulsória das suas sedes sociais para fora da área sagrada — o supradito Triângulo? Será isso simples “caso individual”?

Recorda o famoso caso de Creciúma, Sta. Catarina, onde um engenheiro de côr (filho aliás de um médico ilustre), quase foi linchado porque ousou entrar — com convite — num baile do clube local?

E será por ausência de preconceito que quase nenhuma das ordens religiosas existentes no Brasil recebe pessoas de côr no seu seio — salvo como leigos, quer dizer, como criados? (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 2).

No mesmo número, na sessão “Fala a mulher”, Maria Nascimento expõe outro caso de discriminação, dessa vez partindo de uma criança, e estimula a reflexão a respeito da discriminação como um comportamento relativamente comum, que se desenvolveria desde a infância:

O caso é o seguinte: possuo uma amiga de inteligência espontânea e viva, empregada domestica. Tem uma filhinha que ela leva para a crèche todas as manhãs e vai buscar quando termina o trabalho á noite. Certa vez o filho da patrôa, garoto de dez anos, resolveu acompanhá-la até a crèche. Quando regressaram minha amiga perguntou ao garoto: — “Então, Robertinho, gostou da casa das crianças?” Robertinho deu de ombros, fez uma cara de despreso, e petulante “sinhozinho” de Copacabana, respondeu:

— Não, não gostei. Muita mistura. Crianças brancas e pretas, todas nas mesmas salas...” (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 8).

No segundo número, o texto abaixo não assinado apresenta uma denúncia feita pelo então deputado Barreto Pinto, do PTB — partido pelo qual Abdias Nascimento lançou sua primeira candidatura, divulgada no impresso, e pelo qual concorriam outros candidatos também apoiados pelo *Quilombo*. A denúncia foi feita num contexto em que o movimento negro do período reivindicava uma legislação que criminalizasse a discriminação racial, como já discutido anteriormente:

Também na câmara dos Deputados, na sessão de 21 de fevereiro, repercutiu o incidente racista do Hotel Glória. S. Excia. o deputado Barreto Pinto, em seu nome e no da bancada do P.T.B., manifestou-se da seguinte forma:
[...] O SR. BARRETO PINTO (º) (*Pela Ordem*) — Sr. Presidente, estou informado de que hoje, no Senado, o ilustre Representante do Distrito Federal, Sr. Hamilton Nogueira, protestou, e muito justificadamente, contra o ato indébito da Polícia do Distrito Federal, que por intermédio de comissários, impediu a entrada de cidadãos pertencentes ao Teatro Experimental do Negro, pessoas que haviam sido convidadas para um baile que se realizava no Hotel Glória (*Quilombo*, 1949, n. 2, p. 6).

Figura 10 – Título de matéria que listava instituições que proibiam o ingresso de pessoas negras



Fonte: *Quilombo*, maio 1949, n. 2, p. 8.

Os exemplos acima evidenciam casos de discriminação racial no Brasil em diferentes ambientes, em vários estados e cometidos, de maneira ampla, contra pessoas específicas e “de cor”, mesmo quando essas pessoas gozavam de algum prestígio social, como o “filho de médico ilustre”. Os exemplos demonstram também que a discriminação estava tão enraizada na sociedade brasileira a ponto de ser reproduzida inclusive por crianças, o que refutava a possível alegação de que o racismo se dava em “casos individuais”, conforme argumentado no primeiro trecho. No capítulo 3, vimos como as denúncias de casos de discriminação que ocorriam em ambientes educacionais impediam a população negra de se educar, mas, nos casos acima, as denúncias evidenciavam o preconceito que era negado por muitas pessoas, devido à comparação com países em que a legislação oficial explicitava a segregação racial. Ao demonstrarem para leitores negros que tivessem sofrido algum tipo de discriminação que eles

não estavam sozinhos, os casos também criavam argumentos para pautar uma legislação de criminalização da discriminação racial. O jornal pautou ainda outras situações em que as dificuldades impostas às pessoas negras estavam associadas à sua racialidade. É o caso do trabalho doméstico e das condições de habitação nos morros:

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e post-parto sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de século atrás, pior do que nos tempos da escravidão. Além desse aspecto puramente econômico, há outro mais doloroso ainda: são as violências morais de que as empregadas domésticas são vítimas frequentes (*Quilombo*, 1950, n. 4, p. 3).

O trecho acima é parte da seção “Fala a mulher”, assinada por Maria Nascimento. Nele, a ideia de “justiça social” é influenciada, naquele contexto, por vários fatores tais como a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o princípio de autodeterminação dos povos (1945-1948); a organização dos movimentos de descolonização na África e na Ásia; e, no contexto nacional, a década de 1930 tinha sido marcada por legislações de reparação, como o Código Eleitoral de 1933 e a Constituição de 1934, que anunciavam uma abertura progressista, pautando, por exemplo, o voto feminino e os direitos trabalhistas (Cepêda, 2009). A argumentação acima, portanto, se ancora no fato de que as trabalhadoras domésticas não estavam sendo incluídas nesses avanços legislativos. Como mencionado no excerto, esse tipo de trabalho ainda era muito associado ao passado escravocrata, não somente pela falta de regulamentação, mas também pelas relações de trabalho marcadas pela violência. A realidade das trabalhadoras defendidas pelo impresso, em contraste com os debates sociais do período, convenciona o leitor da importância de lutar pela regulamentação em questão.⁶⁴

Falar em ajuda ao negro é abordar o problema das favelas. E foi por este caminho que enveredou a conversação: — Os planos no Brasil estão muito desmoralizados. Por isso sinto constrangimento em declarar que dos meus estudos das favelas resultou também um plano de urbanizar os morros. Isso é obra que leva tempo e dinheiro, mas acontece que, das minhas experiências como construtor, sei das possibilidades que de fato existem de, dentro de certo prazo, ter a população das favelas tanto conforto quanto os habitantes da cidade. [...] Os morros têm direito à água encanada, iluminação, esgotos, ruas decentes e meios de transporte, cuja ausência obriga sua população às longas

⁶⁴ Mesmo que a fonte demonstre que desde, pelo menos, a década de 1940 existiam reivindicações a respeito da regulamentação do trabalho doméstico, apenas em 2013 foi aprovada no Brasil uma proposta de emenda constitucional que garantiu aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos os mesmos direitos trabalhistas dos demais trabalhadores urbanos e rurais, como FGTS, seguro-desemprego, salário-maternidade e outros.

caminhadas pelos becos tortuosos após o dia de trabalho (*Quilombo*, 1950, n. 5, p. 5).

O excerto acima é parte da entrevista realizada com Jael Oliveira Lima, candidato a deputado pelo PTB, que, além de debater os problemas que assolavam a população das comunidades⁶⁵ da cidade do Rio de Janeiro, ampliando a percepção dos desafios habitacionais e de ordem pública, também estimulava o debate por direitos, nesse caso o direito à cidade, para incentivar uma participação política consciente. O engajamento político é uma das maneiras de alcançar os objetivos do impresso, que ao longo de seus números pleiteou legislações e agenciou candidaturas, como a do engenheiro Jael Oliveira Lima, para mitigar os problemas sociais diagnosticados e denunciados pelo *Quilombo* e seus colaboradores.

Os dois trechos acima citados, sobre o trabalho doméstico e sobre a falta de infraestrutura nas favelas, além de evidenciarem um problema coletivo que assolava as pessoas negras, também as convocavam a se unir para transformar essas situações: o primeiro pelo tom mobilizador e pela divulgação de uma agremiação de mulheres negras que lutavam por direitos, e o segundo porque apresentava um futuro candidato que tinha como projeto solucionar os problemas que denunciava. Mais do que criar uma percepção de que as pessoas negras formavam um grupo sobre o qual incidiam dificuldades específicas, o impresso apresentou planos de ação para que esse grupo se mobilizasse.

O agenciamento de uma identidade negra também se relaciona com a ideia de acolhimento e responsabilidade coletiva. No *Quilombo*, muitas vezes, é invocado o sentimento de responsabilidade das pessoas negras umas pelas outras, o que cria uma comunidade. No terceiro capítulo da presente dissertação foram analisados dois trechos do impresso que demonstram isso:

O Negro gaúcho que quer estudar e progredir: [...] Quem poderá negar, tendo boa fé e conhecimento de causa, que dentre as nossas questões básicas de progresso está a da coesão? O negro que possui mais instrução normalmente se afasta dos demais. Isso é um erro. Dirão os negros que conseguiram situar-se melhor na vida que a aproximação com seus irmãos de baixo só lhes poderá trazer prejuízo. Não penso assim. Com união os negros constituíram uma opinião pública que não permitiria a prática dos atos discriminatórios que diariamente se registram no país, e também seriam autossuficientes para se educarem e melhorar seu nível econômico (*Quilombo*, 1949, n. 3, p. 2).

Entrevistas com Joviano Severino de Melo: “União dos homens de cor do Distrito Federal” foi fundada a 19 de Março do corrente ano [1949] por um

⁶⁵ O contexto, já anteriormente descrito, de desenvolvimentismo provocou no país um movimento acelerado de industrialização, que levou a migrações internas e à urbanização sem planejamento, tendo como um de seus efeitos a favelização. Para maior aprofundamento, ver Brito (2006) e Maciel; Aquino (2020).

grupo de negros e mulatos, animados do propósito de trabalhar pela elevação social dos seus patrícios. Entre os que lutam pelo melhoramento dos seus irmãos de cor, está um grupo que constitui a primeira Diretoria da “União” [...]

O Snr. Joviano Severino de Melo, que agora exerce as funções de secretário Geral da União, foi quem nos prestou essas informações [sobre as pretensões da UHC]:

— União da família brasileira para quebrar o preconceito de côr herdado da escravidão. E de acordo com a Declaração dos Direitos do Homem, aprovados pela O.N.U, em dezembro de 1948, pleitear o ingresso do negro na alta administração do país. Queremos ter homens de côr Ministro de estado, senadores, deputados, prefeitos, juízes, diplomatas...

— Mas como pretendem atingir o objetivo?

— Estamos arregimentando os intelectuais negros, os portadores de diplomas superiores, a fim de nos ajudarem. A presença, entre nós, desses médicos, advogados, professores, engenheiros, dentistas, assistentes sociais, se virar ainda como incentivo aos estudantes de côr em seus possíveis complexos e marca também o rumo educacional do que propomos realizar (*Quilombo*, 1949, n. 3, p. 8).

Os dois trechos acima têm em comum a ideia de que as pessoas negras se beneficiam da ascensão umas das outras e que, por isso, devem se responsabilizar por oportunizá-la. O senso de comunidade também pode ser percebido pelo uso da expressão “irmãos de cor”, que, associada ao nome do impresso, invoca a unidade das pessoas negras em torno da ideia de família. Outro ponto similar nos dois trechos é a centralidade da intelectualização e da profissionalização das pessoas negras, pois a aquisição da cultura letrada, como abordado em capítulos anteriores, é um objetivo dessa coletividade. Se, por um lado, ela agrega qualidade de vida para os intelectualizados, por meio da elevação da posição social e econômica, por outro, coletivamente, a intelectualização em massa de pessoas negras e sua presença em cargos de destaque poderiam ter como efeito a percepção geral da capacidade dessas pessoas, contribuindo, em tese, para a mitigação da discriminação. Assim, além de um benefício imediato para a comunidade, instala-se um pacto que promete certo amparo entre esses “irmãos”.

Também no terceiro capítulo, observamos que não são raros os trechos em que o impresso defende a hipótese de que, se as pessoas negras tivessem oportunidade de estudo, desempenhariam qualquer tarefa. Essa argumentação buscava alterar a mentalidade de eventuais discriminadores e incentivar os indivíduos negros que, devido à socialização pela qual passaram e por não enxergarem possibilidades, tivessem dificuldades de sonhar ou se movimentar em direção à mobilidade social. Sodré (1999), ao refletir sobre a formação da identidade negra no Brasil, se atenta para o fato de que, devido à estrutura social em que estão inseridos, os negros brasileiros introjetam os valores de discriminação e hierarquização social,

rejeitando a si próprios e, por isso, se afastaram dos elementos constituintes de sua racialidade. Ao analisar o papel da mídia na construção da identidade do sujeito negro, Sodré aponta para o fato de que as representações negativas sobre o que é ser uma pessoa negra ou mesmo o não aparecimento de representações negras em papéis de associação positiva fazem com as pessoas negras não queiram ser compreendidas como negras.

Com referência ao negro, a mídia, a indústria cultural, constroem identidades virtuais, a partir, não só da negação e do recalcamento, mas também por um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual nascem os estereótipos e as folclorizações em torno do indivíduo de pele escura (Sodré, 1999, p. 246).

O *Quilombo* agia, portanto, dentro dos limites do período em que estava inserido, buscando produzir uma imagem confiante e, ao mesmo tempo, esperançosa do e para o negro brasileiro.

5.4 A valorização das expressões culturais e da estética negra

Outro eixo importante desse processo de construção identitária é a exaltação de manifestações culturais tipicamente negras, isto é: além de comprovar por meio de denúncias e análises que a vida, os problemas e as aspirações das pessoas negras eram semelhantes e que isso merecia um esforço coletivo, o impresso também tratou de apresentar manifestações marginalizadas num lugar de cultura, tais como as religiões de matriz africana e o samba. Esse tipo de matéria visava criar um certo orgulho de fazer parte da identidade negra, pois produzia um outro olhar para as práticas que até já haviam sido criminalizadas,⁶⁶ mas que, sob olhos dispostos e com ferramentas conceituais menos enviesadas pela hierarquização para exploração, poderiam e deveriam ser compreendidas como arte e ou como cultura.

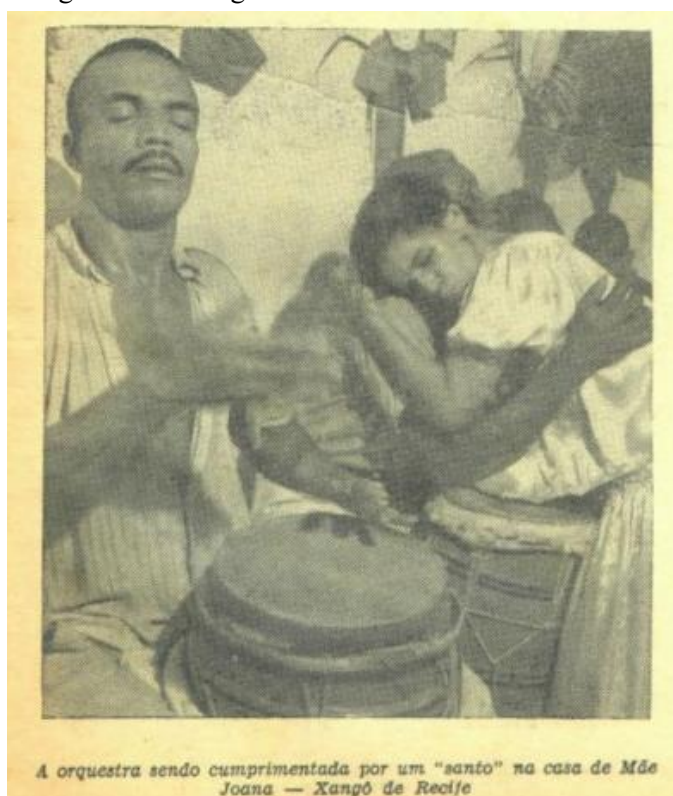
Figura 11 – Manchete de matéria sobre o candomblé



Fonte: *Quilombo*, dez. 1948, n. 1, p. 4-5.

⁶⁶ Historicamente, a cultura negra sofreu várias tentativas de criminalização, como demonstram Silva e Bruno (2022). Mesmo após a revogação das legislações que promoviam a perseguição de alguma expressão cultural negra, como o samba, as religiões de matriz africana e atualmente o funk, essas práticas continuaram e continuam a enfrentar a estigmatização social.

Figura 12 – Fotografia da matéria sobre o candomblé



Fonte: *Quilombo*, dez. 1948, n. 1, p. 5.

Figura 13 – Manchete de matéria sobre visita a uma escola de samba



Fonte: *Quilombo*, dez. 1948, n. 1, p. 4.

Figura 14 – Manchete de matéria sobre evento de samba da quadra da Mangueira



Fonte: *Quilombo*, maio 1949, n. 2, p. 4-5.

Figura 15 – Manchete de matéria sobre o carnaval carioca



Fonte: *Quilombo*, fev. 1950, n. 6, p. 12.

Certeau (2012), ao refletir sobre a literatura veiculada por meio dos livreiros ambulantes na França, demonstra que os estudos sobre a cultura popular tendem a se conduzir sob a forma de um monólogo, ou seja, não acontece em diálogo com o “povo” ou permitindo que o povo fale sobre suas expressões, mas sim a partir do olhar do folclorista. A descrição das expressões culturais acima, feitas pelo corpo editorial do *Quilombo*, demonstram a boa intenção de, por meio da disseminação de informação a respeito de práticas outrora criminalizadas e perseguidas, reduzir os estigmas que incidem sobre elas e garantir mais liberdade para seus adeptos. Entretanto, como aponta Certeau, essa tentativa de proteção, de certa maneira, separa o “povo” — ou seja, os candomblecistas, os sambistas, os que participam de festas como o carnaval — dos letrados que aprendem ou pretendem aprender sobre a cultura popular:

O folclorista, no entanto, não está isento de segundas intenções: ele deseja localizar, prender, proteger. Seu interesse é como que o inverso de uma censura: uma integração racionalizada. A cultura popular define-se, desse modo, como um patrimônio, segundo uma dupla grade histórica (a interpolação dos temas garante uma comunidade histórica) e geográfica (sua generalização no espaço atesta a coesão desta) (Certeau, 2012, p. 63).

Além dessas manifestações, o *Quilombo* também descreve e reflete sobre outras práticas populares que não estão ligadas à experiência social e cultural carioca, onde o jornal é produzido e publicado, como o Maracatu, a festa de Bumba meu boi e a festa de Iemanjá. Fazendo referência às suas raízes históricas — “Há quem afirme que o Bumba-meu-boi é inspirado nos cultos e festas celebrados nos tempos dos faraós ao ‘Boi Apis’” (*Quilombo*, 1950, n. 9, p. 9) —, o impresso promove conhecimento sobre essas práticas, evitando deixar espaço para conspirações e preconceitos que as marginalizam. Outro recurso usado, além da informação, é a descrição das práticas, exaltando sua bondade e inocência:

Fomos convidados, não faz muito tempo, para assistir a cerimônia da posse de nova diretoria da Escola de Samba “Sem você eu vivo bem”. Nunca tínhamos visto uma dessas organizações assim de perto, que não fosse durante suas ruidosas e espetaculares exibições de rua. Mas era antigo o nosso desejo de uma aproximação do estabelecimento de vínculos mais estreitos com esses grupos que exprimem — através do ritmo e da melodia espontânea do povo —, a própria alma inocente e boa dos descendentes dos nossos escravos. Numa

casinha humilde e pobre de Vigário Geral, a cerimônia não poderia ter sido nem mais pobre e nem mais humilde. Porém quanta beleza naquela festa simples, em que todos comiam, cantavam e dançavam como crianças grandes que desconhecem o mal (*Quilombo*, dez. 1948, n. 1, p. 4).

O trecho demonstra que, antes do convite, as pessoas que faziam parte do corpo editorial, mesmo as negras, não comungavam das práticas populares entre a população/comunidade negra, evidenciando que nem todas as pessoas negras se envolviam com o carnaval, o samba ou as religiões de matriz africana, mas dando a entender, pela excessiva defesa da prática, que algumas delas se afastavam dessas manifestações para se desvincular da identidade virtual, quase sempre pejorativa, a que se refere Sodré (1999). Ao promover o conhecimento sobre essas expressões, o impresso busca tir -las do lugar criminalizado e pejorativo que ocupam no imaginário das pessoas que não as conhecem, produzindo a compreensão de que, a despeito das práticas culturais que podem aprender e reproduzir as pessoas negras quando em contato com as culturas hegemônicas, a coletividade negra já produziria História e cultura. Em contrapartida, coloca-as em um lugar folclórico de pureza, também analisado por Certeau (2012), que faz com que elas pareçam menos reais. Enquanto os hábitos e costumes ligados às classes dominantes deveriam ser apropriados e se tornarem cotidianos para pessoas negras, para que elas alcançassem a ascensão, as suas expressões culturais “populares” ocupavam, mesmo que positivamente, um lugar de folclore:

O povo é, como um todo, o bom selvagem: o confinamento cultural pode ser seguido da reserva ou do museu. O olhar dos letrados pode se querer neutro e — por que não? — simpático. A mais secreta violência do primeiro folclorismo foi ter camuflado sua violência. Ela nos transporta para o presente. (Certeau, 1995, p. 65)

Ainda no que se refere a fazer com que expressões da identidade negra fossem interpretadas como positivas, o grupo de intelectuais responsável pela publica o do impresso promoveu alguns concursos de beleza que exaltavam a estética negra, indicando, principalmente para mulheres negras, que elas poderiam ser belas, já que o modelo produzido pelos padrões artísticos e midiáticos do período estava representado por características fenotípicas brancas. Os concursos eram um movimento de afirma o que, mais do que questionar os padrões de beleza do período, promoviam acolhimento e bem-estar para as mulheres negras, que, a partir dessa possibilidade, podiam se compreender e ser compreendidas como belas.

O baile de encerramento dos concursos da “Boneca de Pixe” e da “Rainha das Mulatas” de 1949, apesar do seu alto nível social, é uma festa democrática, de

confraternização racial e das várias camadas da nossa sociedade, não se exigindo trajes a rigor. A gente negra não deve faltar a essa noite de gala do concurso de suas rainhas, pois estarão dessa forma prestigiando a mais uma iniciativa em prol da valorização estética e social das qualidades mestiças de nossa civilização (*Quilombo*, 1949, n. 3. p. 1).

A valorização que o concurso pretendia promover se verifica pela ideia de alto nível de formalidade, que faz deduzir que seria necessário vestir trajes de gala para o evento. Em contrapartida, a compreensão da situação econômica da maior parte das pessoas negras naquele contexto leva à marcação explícita da “gente negra” no convite e ao aviso de não obrigatoriedade dos trajes; confirmando a hipótese de que a mudança da percepção das pessoas negras a respeito da própria estética era o objetivo principal, por isso sua presença era indispensável. O texto leva à compreensão de que os convidados beneficiaram as candidatas com sua validação, e promove, também, a ideia de que o evento valoriza a estética de toda a comunidade negra. Se o estereótipo negativo e o apagamento de elementos da identidade negra, das produções artísticas e midiáticas afastavam as pessoas negras da construção de pertencimento, como aponta Sodré (1999), os concursos de beleza faziam o contrário: produziam a vontade de fazer parte de um grupo cujas características eram exaltadas e celebradas em eventos de prestígio e destaque social, como recordou Abdias Nascimento anos mais tarde.

Os concursos de beleza negra organizados pelo TEN e promovidos pelo *Quilombo* não foram os primeiros concursos de beleza destinados às mulheres negras, conforme demonstram estudos (Braga, 2021; Xavier, 2021), apesar de estarem assim apresentados no impresso (ver Figura 16). A forma como os concursos se combinavam com outras ações do grupo permite que eles sejam compreendidos como parte dos esforços destinados à produção de uma consciência racial afirmativa que seguia a mesma lógica ambígua e aparentemente contraditória até aqui observada, conforme analisado por Maciel e Galvão (2025):

Nesse sentido, o impresso e os outros projetos do corpo editorial agiam para viabilizar a formação das pessoas negras que, por meio desse processo de “elevação”, poderiam minimizar, em alguma medida, a discriminação racial sofrida individualmente, assim como atestar as capacidades de toda a comunidade para mitigar o racismo de maneira mais ampla, em direção à integração dos “homens e mulheres de côr” na sociedade brasileira de maneira plena. Ao mesmo tempo, o impresso tensionava os limites desse processo ao exaltar alguns elementos da estética e da cultura negra entre a própria população negra e para a elite artística e intelectual do período, de modo a imprimir pelo menos parte da identidade negra nas crenças, valores e normas sociais brasileiras, não só no que diz respeito à beleza, às habilidades e a sociabilidade das mulheres, mas da comunidade negra em geral (Maciel; Galvão, 2025, p. 26).

Figura 16 – Foto das candidatas do primeiro concurso de beleza produzido pelo grupo



Fonte: *Quilombo*, maio 1949, n. 2, p. 1.

A estética sempre foi um elemento determinante das relações raciais no Brasil, como trabalhado no capítulo anterior a partir da ideia de estética da falta de Cynthia Greive Veiga (2022). Como o racismo no país tem sido de ordem fenotípica, os caminhos para a superação dele transitam entre o esforço do branqueamento e a valorização de elementos negros. Muitas das capas do *Quilombo* foram ilustradas, ao longo de seus 10 números, por candidatas e vencedoras dos dois concursos: Boneca de Pixe e Rainha das Mulatas.⁶⁷ Nas fotografias das candidatas de ambos os concursos é possível observar uma tentativa de aproximação do padrão estético universal feminino, portanto branco, mesmo que os concursos reconheçam especificidades fenotípicas dentro da comunidade negra: o primeiro reservado para as pretas e o segundo para as pardas. Os penteados presos, e com os fios artificialmente alinhados observados na imagem acima, são um indício desse caminho.

A forma como a cor da pele e o cabelo são vistos no imaginário social brasileiro pode ser tomada como expressão do tipo de relações raciais aqui desenvolvido. Nesse processo o entendimento do significado e do sentido do cabelo crespo pode nos ajudar a compreender e a desvelar as nuances do nosso sistema de classificação racial (Gomes, 2006, p. 34).

Os concursos de beleza são mais uma expressão dessa dupla movimentação em relação à identidade das pessoas negras, pois buscavam, de alguma forma, valorizar a beleza de mulheres negras, ao mesmo tempo em que estimulavam a se aproximarem do padrão estético e cultural que se balizava pela branquitude. Assim como os demais esforços de construção identitária, os concursos se direcionavam tanto às pessoas negras, no sentido de criar para elas

⁶⁷ Para uma análise sobre os títulos dos dois e as distinções entre eles, ver Maciel; Galvão (2025).

a possibilidade de se sentirem belas, quanto à sociedade de maneira geral, buscando alterar a percepção de beleza para que as pessoas negras fossem integradas.

A beleza premiada e produzida pelos concursos também se associava à ideia da identidade de projeto, pois, no imaginário social brasileiro, as possibilidades de reconhecimento do “valor” estético das mulheres negras estavam associadas à promiscuidade e à objetificação sexual. Nesse sentido, os concursos buscavam construir uma beleza moral, como nomeou Braga (2021). Essa construção se daria tanto por meio de uma educação estética⁶⁸ das mulheres negras, a partir de imagens e instruções de comportamento veiculadas pelo jornal, como pela apresentação delas para a sociedade geral, em termos idênticos aos que eram colocados para as mulheres brancas: trajés, hábitos, “nível” educacional e vocabulário, por exemplo. O trecho abaixo confirma esse objetivo:

O concurso da “Boneca de Pixe”, iniciativa do Teatro Experimental do Negro e deste periódico, visa adestrar a mulher de cor para a vida social das classes mais elevadas da nossa sociedade, procurando ainda despertar entre elas o gosto pela eugenia bem como premiar seus dotes de graça, elegância, educação e cultura. Não é, como se vê, um concurso meramente esportivo, mas que tem em sua base objetivos que vão além de um simples rosto bonito e de um corpo bem feito (*Quilombo*, 1950, n. 6, p. 12).

Esse conjunto de ações para construir uma coletividade racial positiva e atuante pode ser interpretado como uma identidade de projeto, como descreveu Castells (2018), pois visava introduzir novos valores na sociedade brasileira, a fim de mitigar os efeitos do racismo para as pessoas negras. Olhando para os outros feitos do grupo — como as conferências e os congressos; a atuação política para criminalizar a discriminação, o alcance do Teatro Experimental do Negro; e o adensamento do movimento negro nos anos seguintes —, é possível classificar o projeto de vencer os *problemas* e realizar as *aspirações* do negro, por meio do *aquilombamento*, como propunha Abdias Nascimento e o jornal, como bem-sucedido.

A consciência racial construída e divulgada pelo *Quilombo* se referia não só a fazer com que as pessoas negras pensassem sobre a própria racialidade num sentido social, mas também a estimular que elas afirmassem essa racialidade por reconhecê-la como positiva. Essa percepção positiva sobre ser negro não poderia, no entanto, ignorar os desafios e desigualdades impostos à população negra e é por isso que o agenciamento dessa identidade tinha como objetivo organizar a população negra politicamente em torno das transformações sociais que as

⁶⁸ A ideia de educação estética e a análise das expressões *adestrar* e *eugenia* para nomear a formação da mulher negra por meio do impresso e dos concursos também são mais profundamente analisados por Maciel e Galvão (2025).

beneficiariam. Uma comunidade negra unida, ativa e organizada teria, nas projeções do grupo organizador do jornal, a possibilidade de garantir a integração do “homem de cor” na sociedade de maneira plena.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do impresso *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* estimula reflexões e permite a compreensão de aspectos estruturais da sociedade brasileira que estão além da conjuntura histórica e geográfica em que o jornal se inscreve. Entre esses aspectos, é possível elencar: as desigualdades sociais relacionadas à raça; o valor atribuído à educação escolar, à leitura, à escrita e à relação entre educação e desenvolvimento econômico; a forma como os movimentos sociais formam e transformam a sociedade em que se desenvolvem. Demonstra ainda a importância das identidades coletivas para promover libertações e conquistar direitos. Para compreender a relevância da atuação do *Quilombo* no enfrentamento do racismo em suas diferentes formas e refletir sobre a persistência desses aspectos estruturais, algumas considerações precisam ser feitas.

A organização do grupo de colaboradores que produziram o *Quilombo* e outras mobilizações — como o TEN, os congressos, os concursos, os cursos e as candidaturas —, assim como os elementos da sua trajetória como grupo e como intelectuais, nos levam à compreensão de que as visões de educação são amplas e de que existem diversas formas de educar e ser educado, além de muitos objetivos que educadores e educandos podem alcançar por meio desse processo. Embora a luta por escolarização verificada nas páginas do impresso estivesse alinhada com as tendências do período e não restrita às aspirações da comunidade negra, no caso desse grupo ela estava diretamente ligada ao objetivo de romper a subalternidade racial, como demonstra Domingues (2016, p. 331).

As associações negras que floresceram nas primeiras décadas do século XX vislumbravam, na educação, senão a solução, pelo menos um pré-requisito indispensável para a resolução dos problemas da “gente de cor” na sociedade brasileira. Se a Abolição não resolveu muitas das necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais do negro, ela lhe abriu a possibilidade de se organizar sob condições diferentes daquelas da escravidão, com graus significativamente diferentes de liberdade.

As denúncias de discriminação em espaços escolares, as críticas à invisibilização da história e da cultura negras no país, as colunas que visavam enaltecer as contribuições negras para a história do país e do mundo, bem como para a arte e para a ciência, demonstram que esse desejo por educação não era ingênuo. O *Quilombo* e os membros do seu corpo editorial compreendiam e pretendiam transformar os estigmas que os discursos sobre a educação, a

literatura e a história oficialmente legitimados ajudavam a propagar. Isso demonstra que os grupos subalternizados encontravam maneiras de se escolarizar, mas também se educavam e educavam a sociedade de outras formas. Organizavam-se e seguem se organizando para aprender conhecimentos específicos e produzir saberes ligados à sua experiência social e à aspiração de vencer a subalternidade. Para isso, contornam, muitas vezes, os interesses das classes dominantes quanto à educação das massas, mas também se aproveitam desses interesses, para alcançar os próprios. Conforme demonstrado por Veiga (2022, p. 344):

As políticas de escolarização da população se pautaram na retórica de que o progresso dependia de ações que retirassem o povo da ignorância na qual estava imerso. Os argumentos foram os mais variados, por exemplo, o de que a aprendizagem da leitura e da escrita favoreceria a aquisição de melhores hábitos, a alteração dos costumes e a eliminação de vícios, o interesse por trabalhar, produzir e consumir, o amor à pátria etc. [...] A escola teria o poder de homogeneizar culturalmente os povos, na perspectiva eurocêntrica do conhecimento.

Quando Abdias Nascimento, logo na primeira página do primeiro número do *Quilombo*, afirmou que “a cultura, com intuição e acentos africanos, a arte, poesia, pensamento, ficção música, como expressão étnica do grupo brasileiro mais pigmentado paulatinamente vai sendo relegada ao abandono” (*Quilombo*, 1948, n. 1, p. 1), ele demonstrou que reconhecia esse projeto de homogeneizar os povos na perspectiva eurocêntrica. Mesmo assim, em muitos outros momentos, o impresso demonstrou que era desejável que população negra assimilasse e até mesmo se apropriasse da cultura das classes dominantes. Esse movimento, aparentemente contraditório, de desejar o acesso e, ao mesmo tempo, criticar alguns aspectos e tensionar os limites, não se restringiu à educação e às instituições escolares, mas também foi um padrão nas ações do grupo no que diz respeito à cultura.

O projeto de elevação cultural, portanto, não se realizou por meio da aculturação da população negra e do silenciamento de suas expressões e reivindicações para reproduzir os padrões hegemônicos, mas sim do uso e da adequação das ferramentas socialmente legitimadas de produção e circulação de conhecimento e cultura, de acordo com os problemas e aspirações das pessoas negras, como, por exemplo, o Teatro Experimental do Negro, a literatura feita por pessoas negras e sobre sua realidade social, e a própria imprensa negra, nesse caso representada pelo *Quilombo*. Apesar de parecer contraditório, esse modo de mobilização social estava relacionado às possibilidades e tendências do período; afinal, as revoluções partem da realidade social em que estão imersos seus agentes e são impactadas pelos elementos das sociedades que pretendem transformar.

A compreensão do movimento negro em suas diferentes fases e formas de mobilização, a partir dos trabalhos de Domingues (2007) e Guimarães (2021), demonstra a relevância das ações do corpo editorial do *Quilombo* na ressignificação da identidade negra no Brasil e também o papel do grupo na luta por direitos que reduziram as desigualdades raciais significativamente ao longo do século XX, como demonstra Gomes (2019, p. 21):

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.

A construção da identidade negra, agenciada pelo *Quilombo*, portanto, ressignificou a ideia de raça, não apenas para acolher e enaltecer as pessoas negras e a negritude, mas para organizar a população negra em direção à sua emancipação por meio da conquista de direitos, da ascensão social e econômica e do acesso a espaços e serviços muitas vezes garantidos por lei, mas que, na prática, são negados a essa parcela da população, devido aos desdobramentos do racismo.

O *Quilombo* fazia parte de um conjunto variado de ações do mesmo grupo, como vimos ao longo do trabalho. Todos os outros projetos do grupo, no entanto, estiveram contidos no impresso ou foram inscritos nele, seja pela divulgação de eventos, do levantamento de pautas e temas para os congressos ou de reflexões a respeito das atividades desenvolvidas. Isso se explica pelo fato de que o *Quilombo* atuava como o porta-voz do grupo, ou seja, buscava informar as pautas agenciadas pelo grupo, registrar seus feitos e arregimentar integrantes. O papel da imprensa para a mobilização negra, nesse sentido, é muito anterior à fundação do *Quilombo* ou mesmo do TEN, já que remonta ao século XIX (Pinto, 2010), e se apresenta numa configuração parecida com a do *Quilombo* na fase anterior do movimento negro organizado, como indica Domingues (2016) ao investigar a Frente Negra e seu jornal, *A Voz da Raça*, que fizeram parte inclusive da formação de Abdias Nascimento como intelectual e militante. A questão central aqui, no entanto, é que o jornal figurou como uma estratégia de educação tanto da elite intelectual quanto da população negra de maneira mais ampla, ao promover debates e questionar postulados como o da democracia racial e da população negra, especificamente ao lhe dar orientações sobre como deveria agir, pensar, se comportar, o que deveria ler, em quem votar e quais os espaços frequentar para vencer e subalternização, , ao veicular informações históricas, sociais e antropológicas silenciadas pelos veículos legitimados/hegemônicos.

O contato das pessoas negras com a cultura letrada e a forma como se apropriaram dela a partir do *Quilombo* ou a partir de outras iniciativas do movimento negro registradas pelo impresso era o que na concepção de Street (2014) se chama de um letramento ideológico, ou seja: associada à sua experiência social, que por sua vez era determinada em muito por sua racialidade. Esse letramento racial promoveu um uso da leitura e da escrita a serviço da construção de uma identidade negra positiva e engajada no objetivo de fazer com que as pessoas negras refletissem sobre e transformassem sua própria vida, resolvessem seus problemas e alcançassem suas aspirações de maneira coletiva, ou seja, criando condições para que seus “irmãos de cor” também experienciassem condições melhores de vida, vencessem a subalternidade e se integrassem plenamente na sociedade brasileira.

Boa parte da educação promovida pelo impresso se desenvolveu, nesse sentido, a partir do objetivo de criar uma identidade negra positiva e da inerência do aspecto coletivo dos problemas e aspirações das pessoas negras. Ou seja, se as desigualdades e a discriminação já faziam com que as pessoas negras fossem socialmente lidas como um grupo, cabia a esse grupo reconhecer suas semelhanças e afirmá-las, a fim de se organizar para vencer a subalternidade. Embora essa aspiração de elevação cultural demonstre que, por mais progressista que fosse, o jornal era fruto de seu tempo e por isso suas concepções de educação, cultura e beleza estavam muito condicionadas aos padrões hegemônicos, ele criou condições para que as pessoas negras alterassem, progressivamente, esses padrões. Exemplo disso é a trajetória de Abdias Nascimento, que foi radicalizando seus posicionamentos ao longo da vida, à medida que tensionava os limites dos padrões em diferentes períodos.

Nesse sentido, é possível avaliar que o *Quilombo*, não sozinho, alcançou grandes vitórias, a julgar pelos objetivos anunciados em seu programa, lançando mão de estratégias anteriores a ele e que permanecem atuais, mas essas vitórias não são permanentes. Como pontuado por Abdias Nascimento (*Quilombo, um jornal da imprensa negra...*, 2018): “Alguma coisa melhorou. Mas tudo isso foi fruto de uma grande luta. [...] As coisas estão mudando, mas elas não podem parar, porque senão volta tudo. A sociedade brasileira é hipócrita e covarde. O negro não pode bobear”.

REFERÊNCIAS

- AFOLABI, Niyi. O jornal *Quilombo*, Abdias Nascimento, e o ativismo dos direitos humanos no Brasil. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 95-116, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/36013>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- ALMEIDA, Neide A. de. Letramento racial: um desafio para todos nós. *In: Portal Geledés*, 28 out. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/>. Acesso em: 18 de out. 2023.
- ALVES, Uelington Farias. *Cruz e Sousa: Dante negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Tradução de Renato Prelorentzou. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ARANTES, Adlene Silva. Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1818-1938). *In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 363-394.
- ARRIGHI, Jean Michel. *OEA: Organização dos Estados Americanos*. São Paulo: Manole, 2004.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BARROS, Leila Maria de. *Encruzilhadas: representações sobre e entre as mulheres negras no jornal Quilombo e em outros escritos (1940-1960)*. 2021. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2021. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Versao%20final%20Dissertacao%20Leila%20%20Maria%20de%20Barros>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.
- BRAGA, Amanda Batista. *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. 2. ed. São Paulo: Editora da UFSCar, 2023.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1946*. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, decretado e promulgado pela Assembleia Constituinte. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, DF, 19 set. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1940-1949/constituicao.adct-1946-18-setembro-1946-365201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.630, de 9 de janeiro de 2003. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, DF, 9 jan. 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; SOUZA, Davison da Silva; ANDRADE SOBRINHA, Zélia Maria Lemos. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. *Ensino em Perspectivas*, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8869>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos avançados*, v. 20, p. 221-236, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ybD6Zn3KWKf3kffYcmSPRMh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*, v. 16, n. 31/32, p. 328-352, 1996. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001020762>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Joselene. A luta antirracista de Abdias Nascimento a partir do jornal *Quilombo*. *Revista TransVersos*, v. 1, n. 30, p. 79-97, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/81467>. Acesso em: 14 de jul. 2025.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. *E-book*.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Ed.). *Memórias do exílio, Brasil 1964-19???*: obra colectiva. São Paulo: Arcádia, 1976.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2293>. Acesso em: 29 jun. 2025.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

CHAPPELL, David. Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte das leis Jim Crow. *Tempo*, v. 13, p. 64-97, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/GgVcz87yVy7yngSP55kcWwg/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Guilherme Souza. *Uma leitura sociocrítica do jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950)*. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/bac44d18-4a97-4d43-a280-f7102d816aad>. Acesso em: 14 jul. 2025.

COSTA, Helouise. A invenção da revista ilustrada. In: COSTA, Helouise (Org.). *As origens do fotojornalismo no Brasil: um olhar sobre O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles: 2012. p. 202-323.

COSTA, Pietro. “Direitos humanos” e “autodeterminação” dos povos no Processo de descolonização. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 16, n. 32, p. 726-740, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/rbhc.v16i32.16452>. Acesso em: 21 jul. 2025.

CUNHA, Vanessa Lima. Quilombo: a voz do teatro experimental do negro (Rio de Janeiro, 1940/1950). *Cadernos de Clio*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 283-300, 2012. <https://revistas.ufpr.br/clio/article/view/40401> Acesso em: 14 jul. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

D’ÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945*. São Paulo: Unesp, 2006.

DOMINGUES, Petrônio José. Os pérolas negras: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. *Afro-Ásia*, n. 30, p. 199-245, 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21058/0>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt> Acesso em: 14 jul. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 329-362.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1986.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Julia Maria Fernanda Machado. *O Jornal Quilombo e a representação da identidade afirmativa da mulher negra: uma proposta paradigmática no ensino de história*. 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Setor de Ciências Humanas,

Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/597721/2/disserta%c3%a7%c3%a3o-julia.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge *et al.* (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FONSECA, Marcus Vinícius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF; 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. *Educação e Pesquisa*, v. 35, p. 585-599, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/dchpPx4Fq4cN7ncftpNM5Bs/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, v. 13, n. 2, p. 63-86, 2007. Disponível em: <https://leht.org/wp-content/uploads/2022/11/1-Estado-Novo-e-os-Trabalhadores-Alexandre-Fortes.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A produção dos significados dos termos analfabeto e analfabetismo no século XIX: um estudo baseado em dicionários. *LaborHistórico*, v. 9, n. 2, p. e55100-e55100, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/55100>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Analfabetismo, práticas de cura e população negra: uma análise da produção discursiva da imprensa brasileira na década de 1850. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. e10768, 2022. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/10768>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; JINZENJI, Mônica Yumi. A quem se destinava o Boletim Vida Escolar?. In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). *Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17-53.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Tabora de (Org.). *Historiografia da Educação: abordagens teóricas e metodológicas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 223-259.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MOREIRA, Kênia Hilda. *Impressos que educam*. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. São Paulo: Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2021.

hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Educação 2024 / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102180>. Acesso em: 7 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil, 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956

JÚNIOR, João Feres. O combate à discriminação racial nos EUA: estudo histórico comparado da atuação dos três poderes. *Sociedade em Estudos*, v. 2, n. 2, p. 53-61, 2007.

LETRAMENTO racial. In: Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/letramento-racial>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e nacional-desenvolvimentismo (1946-1964). *Revista HISTEDBR*, v. 14, n. 56, p. 26-45, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640432/7991>. Acesso em: 18 jul. 2025

MACIEL, Ana Luísa Reis; GALVÃO, Ana Maria Oliveira de. A educação estética da mulher negra como estratégia para a formação de uma identidade coletiva: um estudo do jornal *Quilombo* (1948-1950). 2025. No prelo.

MACIEL, Lidiane Maria; AQUINO, Arthur de. As migrações internas à luz do Pensamento de Roberto Simonsen: uma análise crítica do ensaio “Recursos econômicos e movimentos das populações”. *Tempos Históricos*, v. 23, n. 2, p. 65-97, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/23620>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, p. 141-158, 1999.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-61. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/handle/1/135>. Acesso em: 14 de jul, 2025.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Ed.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; CCBB, 1996.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 26, n. 41, p. 14-41, 2019.

MONTEIRO, Bernardino. O simbolismo. *Curriculum*, v. 7, n. 16, p. 37-50, 1968

MOREIRA, Kênia Hilda. História do Brasil para o ensino secundário: legislação e programas (1889-1950). *Interfaces da Educação*, v. 8, n. 23, p. 107-133, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/1967/1660>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*. São Paulo: Dandara, 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estudos avançados*, v. 18, p. 209-224, 2004.

NUNES, Rafael dos Santos. *A formação e educação do negro pelo Teatro Experimental do Negro (TEN): um estudo a partir das páginas do jornal Quilombo (1948-1950)*. 2012. 69 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10350>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Adna. O Itamaraty no início da Guerra Fria e a ONU: discussão anticomunista e a perseguição do PCB. *Augustus*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 9-17, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15202/1764> Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, Amurabi. Um antropólogo brasileiro nos Estados Unidos: Arthur Ramos e o curso sobre raças e culturas no Brasil. *Antropolítica*, v. 55, n. 2, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/53957/34304>. Acesso em: 21 jul. 2025.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. O ethos do trabalho nas páginas de periódicos educacionais brasileiros: trabalhos manuais como signo da modernização pedagógica (1906-1934). *Cadernos de História da Educação*, v. 18, n. 2, p. 386-405, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50290/26748>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *"O mundo negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Rio de Janeiro: Editora, 2010.

PÉRICLES Leal, o criador esquecido. 2009. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal TV Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VkkwTx57hY>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PÉRICLES Leal. [s.d.]. In: *Museu Brasileiro de Rádio e Televisão*. Disponível em: <https://www.museudatv.com.br/biografia/pericles-leal/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PÉRICLES Leal. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/25948-pericles-leal>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PERSONALIDADES: Abdias Nascimento. In: *Ipeafro*. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PIMENTA, João Paulo. Questão nacional e independência do Brasil: um problema de 200 anos. *Revista USP*, n. 133, p. 97-110, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/199288>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PRANDINI, Paola. *Cruz e Sousa: retratos do Brasil negro*. São Paulo: Selo Negro, 2015.

QUILOMBO, um jornal da imprensa negra, nas décadas de 1940 e 1950. In: *Vermelho*, Brasília, 26 jan. 2018. Disponível em: <https://www.vermelho.org.br/2018/01/26/quilombo-um-jornal-da-imprensa-negra-nas-decadas-de-1940-e-1950/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

REPÚBLICA de Cuba. Constitución Política de 1940. 2008. Disponível em: <https://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Cuba/cuba1940.html>. Acesso em: 21 jul. 2025.

RIBEIRO, João. *O elemento negro*. Rio de Janeiro: Record, 1937.

RODRIGUES, Ironildes. Diário de um negro atuante, segunda parte (1974-1975). *THOTH, escriba dos Deuses: Pensamento dos Povos Africanos e Afrodescendentes*. Brasília, v. 5, p. 195-245, 1998. Disponível em: <http://ipeafro.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/THOTH-5.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *O intelectual “feiticeiro”*: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. 2011. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20intelectual%20%E2%80%9Cfeiticeiro%E2%80%9D%20Edison%20Carneiro>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Ana Beatriz Rogeria dos Santos Ribeiro da. *Quilombo (1948/1950): narrativas e aspirações do negro em páginas culturais*. 2019. 62 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/17422>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, Antônio de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10. ed. rev., corrig.,

aum., atual. Lisboa: Confluência, 1949-1959. Disponível em: <https://purl.pt/35356/4/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Assunção de Maria Sousa. O poético militante Solano Trindade. *In: Literafro: O portal da literatura Afro-Brasileira*, 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/teatro/28-critica-de-autores-masculinos/427-o-poetico-militante-solano-trindade-critica>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SILVA, Eduardo Dias da; SOUZA-DIAS, Romar. Letramento racial mediado pela literatura infanto-juvenil na Educação Básica. *Intertexto*, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/intertexto/article/view/2424>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, José Bruno Aparecido da; BRUNO, Laura Soares da Silva. Da roda de samba ao baile funk: uma perspectiva histórico-jurídica da tentativa de criminalização da cultura negra no Brasil. *Revista em Favor de Igualdade Racial*, v. 5, n. 3, p. 34-48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6072>. Acesso em: 24 jul. 2025.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). *Revista Ibero-americana de Estudos em Educação*, v. 8, n. 4, p. 900-922, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070/4897>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUSA, Cruz *et al.* *Broquéis*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1893.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VACCARI, Pedro. O Padre José Maurício Nunes Garcia e o mulatismo musical: embranquecimento histórico?. *Revista Música*, v. 18, n. 1, p. 170-185, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistamusica/article/view/145563/146549>. Acesso em: 29 jun. 2025.

VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CORREA, Fabiola Maciel. Abdias Nascimento: a trajetória de um intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre as décadas de 1920 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 22, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/fzf3Fdxs9kwfy7VhH5yRMbL/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

WRIGHT, Richard. *Filho nativo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

WRIGHT, Richard. *Negrinho: recordações da infância e juventude*. Rio de Janeiro: Editora Nacional. 1946.

XAVIER, Giovana. *Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-abolição*. Niterói: EdUFF, 2020.

XAVIER, Giovanna. *História social da beleza negra*. Rio de Janeiro: Record, 2021.